



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO  
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

**HAYDEÉ BORGES FONSECA**

**QUILOMBOLAS DE JAMBUAÇU:**

seus saberes e educação como fator  
de politização e identidade

Belém  
2011

**HAYDEÉ BORGES FONSECA**

**QUILOMBOLAS DE JAMBUAÇU:**

seus saberes e educação como fator  
de politização e identidade

Dissertação de Mestrado apresentado ao Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Uímido da Universidade Federal do Pará, como requisito para o grau de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento

Orientadora: **Prof. Dra. Rosa E. Acevedo Marin.**

Belém  
2011

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)  
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

---

Fonseca, Haydeé Borges

Quilombolas de Jambuaçu: seus saberes e educação como fator de politização e identidade / Haydeé Borges Fonseca ; Orientador, Rosa Acevedo Marin – 2011.

112 f.: il. ; 29 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

1. Quilombos – Moju (PA). 2. Educação – Aspectos políticos – Moju (PA). 3. Educação rural - Moju (PA). 4. Identidade social – Moju (PA). I. Marin, Rosa Acevedo, orientadora. II. Título.

---

CDD 22 ed. 305.869008115

---

**HAYDEÉ BORGES FONSECA**

**QUILOMBOLAS DE JAMBUAÇU:**

seus saberes e educação como fator  
de politização e identidade

Dissertação de Mestrado apresentado ao Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Úmido da Universidade Federal do Pará, como requisito para o grau de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento

**Banca Examinadora:**

Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin  
Orientadora - NAEA/UFPA

Profa. Dra. Nirvia Ravena  
Examinadora interna - NAEA/UFPA

Prof. Dr. Salomão Mufarej Hage  
Examinador externo – ICED/UFPA

Dedico este trabalho aos meus filhos, meu marido,  
minhas irmãs e a meus pais Aurino e Marília e meu  
irmão, *in memoriam*.

## **AGRADECIMENTOS**

### **A Deus,**

Pela divina graça de ter me guiado para que eu pudesse alcançar mais uma vitória em minha vida. Pelas viagens, pelos amigos que encontrei, pelo conhecimento e pela oportunidade de preencher a minha vida mais uma vez, e principalmente pela conclusão desse trabalho, que representa a minha realização como profissional.

### **À Profa. Rosa Acevedo Marin, minha orientadora,**

Sem sua orientação esse trabalho não seria possível, que mesmo com suas diversas atribuições me orientou com dedicação. Seu acompanhamento e sua paciência foram fundamentais em todas as etapas do processo do meu trabalho. Por isso, agradeço-lhe imensamente.

### **Aos Membros da Banca de Avaliação,**

Profa. Edna Castro, por participar de minha qualificação, Profa. Nirvea Ravena pela participação em minha defesa, Prof. Salomão Mufarrej Hage por ter participado em minha qualificação e defesa de dissertação. A esses Professores meu muito obrigada pela valiosa contribuição.

### **Às comunidades do território quilombola de Jambuaçu,**

Meu muito obrigada a todos que me acolheram com carinho e contribuíram na realização deste trabalho, principalmente, Max Assis, liderança das Associações, por sua grande colaboração, no período em estive no território participando das reuniões política nas comunidades. Também agradeço aos Professores: Walmir, Gualberto, Maria do Carmo Waldirene, D. Raimunda, D. Maria Olinda e outras pessoas que gentilmente colaboraram com minha pesquisa.

### **Aos Professores do Nucleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA,**

Que tão sabiamente, transmitiram seus conhecimentos meu muito obrigada, principalmente a Profa. Ana Paula Bastos, que com tato e diplomacia soube conduzir os obstáculos, que surgiram por ocasião de sua gestão.

### **Aos Professores do Instituto de Ciencias Sociais Aplicadas -ICSA,**

Claudia Soler, que muito colaborou no meu projeto de pesquisa inicial, Jose Thadeu, e Maria Elvira Rocha de Sá, por me liberar para fazer o mestrado, Marcelo Bentes e Antonio Erasmo pela compreensão, Cristina Oshai pela grande amizade.

### **À Comissão Pastoral da Terra – Guajarina,**

Na pessoa da Irmã Rosa Maria Paes Figueiredo, pela atenção especial e pela importante contribuição para esse trabalho.

**A todos colegas da turma 2009 dos Técnicos,**

Obrigada pelo convívio, companheirismo e amizade, principalmente a Lucinha que me acalmava em meus momentos de desespero; Obrigada amiga querida pelo teu carinho e compreensão

**A todos os colegas do ICSA,**

Pelo apoio e compreensão em razão de dois anos ausentes. Obrigada pelo estímulo. Em especial ao Gelson pelo incentivo que me deu para participar do processo de seleção ao mestrado. Obrigada querido, deu certo.

**Aos meus amigos e colaboradores,**

Francisco Andre, Jair e a Profa. Ana D`Arc Azevedo, pela base sólida de companheirismo, fidelidade e incentivo para que eu atingisse mais um ideal.

**À Universidade Federal do Para/NAEA,**

Que me propiciou essa oportunidade, que muito contribuirá em minha trajetória profissional.

**A todas as pessoas,**

Que direta ou indiretamente colaboraram para o sucesso desse trabalho, o meu profundo agradecimento.

A diversidade e o pluralismo não têm um valor em si, como patrimônio humano, mas constituem condições inerentes e necessárias para que o ser humano realize-se como indivíduo e membro de uma comunidade e sociedade, fazendo-se todos, assim, igualmente livres, autônomos, capacitados para autodeterminar e autogerenciar sua história pessoal e coletiva. O valor final que sustenta a diversidade, como consequência, é a liberdade.

**SCHMELKES (2000)**

## RESUMO

O objetivo deste estudo é identificar e analisar as práticas e saberes relacionadas ao fazer político de quilombolas organizados em Associações e no Conselho de Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Jambuaçu. Por entender, que estes conhecimentos constituem tanto uma educação política quanto um tipo de capital político. Neste estudo busco compreender o universo do qual fazem parte os quilombolas de Jambuaçu, nas questões que envolvem seus saberes e práticas sociais. A partir daí passei a participar com mais frequência das reuniões de associações com intuito de observar todo o potencial existente, daquele grupo de pessoas pertencentes a um território quilombola. Por entender que a experiência através de práticas educativas, por eles adquirida, não tem objetivos em diplomas, mas um conhecimento advindo de um saber não-escolar, que predispõe e potencializa o indivíduo a enfrentar novos desafios e vencer os limites de uma nova experiência. O processo que iniciou com as mobilizações políticas fez com que os grupos se unificassem com o objetivo de construir novos conhecimentos e práticas políticas. Assim sendo, foi possível observar que os eventos de conflito foram relevantes para compreender, que o processo de titulação reorganizou socialmente as pessoas, estabelecendo relações entre os “de dentro” e os “de fora”, no campo de disputas políticas, passando a exigir uma gama de práticas e saberes por conta dos novos contatos que passaram a ser estabelecidos. Para a realização do estudo foram de fundamental importância diversos procedimentos, como a pesquisa de campo, desenvolvida com base na observação, entrevistas abertas/livres e semi-estruturadas, e, diversos registros fotográficos como forma de retratar as práticas sociais das famílias. Além da pesquisa de campo foi necessário o levantamento bibliográfico e documental em diversas instituições e entidades.

**Palavras - chaves:** Populações Quilombolas. Saberes culturais. Práticas educativas, movimentos sociais, Jambuaçu, Pará.

## ABSTRACT

The objective of this study is to identify and analyze the practices and knowledge related to political associations organized in maroon and the Council of Associations of quilombola communities of Jambuaçu. By understanding that this knowledge is both a political education as a kind of political capital. This study aims to understand the universe of which are part of the Maroons Jambuaçu in matters involving their knowledge and social practices. From there I started to participate more frequently in meetings of associations with a view to watch all the potential, that group of people belonging to a territory maroon. By understanding that the educational experience through practice, they have gained, has no goals in degrees, but a knowledge that comes from knowing a non-school, who opens and empowers the individual to face new challenges and overcome the limits of a new experience. The process began with the political mobilizations made to unify groups with the aim of building new knowledge political practices. Thus, we observed that the events of the conflict were important to understand that the titling process realigned social people, establishing relationships between the "inside" and "outside" in the field of political disputes, and require a range of practices and knowledge on behalf of new contacts that have become established. For the study of fundamental importance were various procedures, such as field research, developed based on observation, interviews, open / free and semi-structured, and how many records photographic portrayal of the social practices of families. In addition to field research was necessary bibliographic and documentary in various institutions and entities.

**Keywords:** Quilombo populations. Cultural Knowledge. Practices educational and social movements, of Jambuaçu, Pará

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1</b> - Comunidades de remanescentes de quilombos de Jambuaçu	37
<b>Mapa 1</b> - Localização do Território Quilombola de Jambuaçu	39
<b>Fotografia 1</b> - Reunião, que aconteceu na comunidade de Santa Luzia do Bom Prazer Poacê, por ocasião do processo de auto-definição da referida comunidade. Data: 22/03/2011	42
<b>Fotografia 2</b> - Mostra um momento de reunião após o ritual de oração, realizado no Escritório BAMBÂÊ, localizado na comunidade N.S; das Graças, em Jambuaçu. Data: 23/03/2011	44
<b>Fotografia 3</b> - Momento em que as famílias da comunidade de Santa Luzia do Bom Prazer Poacê, se reúnem para o trabalho coletivo, na produção de farinha. Data: 10/03/2011	47
<b>Fotografia 4</b> - Situação da Rodovia dos Quilombolas, principalmente na época chuvosa. Esse trecho da rodovia fica nas proximidades da comunidade de São Bernardino. Fotografia feita no dia 14/04/2011	54
<b>Fotografia 5</b> - Momento em que as famílias da comunidade de Santa Luzia do Bom Prazer Poacê, se reúnem para o trabalho coletivo, na produção de farinha. Data: 10/03/2011	62
<b>Fotografia 6</b> - Situação da Rodovia dos Quilombolas, principalmente na época chuvosa. Esse trecho da rodovia fica nas proximidades da comunidade de São Bernardino. Fotografia feita no dia 14/04/2011	71
<b>Quadro 2</b> - Nome de Associações e suas respectivas presidentas	84
<b>Quadro 3</b> – Ofício expedido à Prefeitura de Moju no dia 07/09/2010	86
<b>Fotografia 7</b> - Casa Familiar Rural Pe. Sergio Tonetto, localizada na comunidade N. S. das Graças em Jambuaçu. Data: 12/03/2011	87

## LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ACS	Agentes Comunitários de Saúde
ADCT	Ato das Disposições da Constituição
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AID	Área de Influência Direta
ALUNORTE	Alumina do Norte do Brasil
BAMBAE	Coordenação das Associações dos Quilombolas de Jambuaçu
CBs	Comunidade Eclesiástica de Base
CCN	Centro de Cultura Negra
CEDENPA	Centro de Defesa e Estudos do Negro do Pará
CFRPST	Casa Familiar Rural Pe. Sergio Tonetto
CNBB	Conselho Nacional dos Bispos do Brasil
CONAQ	Coordenação Nacional de Quilombola
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DEM	Partido Democrático
EFR	Escola Familiar Rural
EIA	Estudos de Impactos Ambientais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FCP	Fundação Cultural Palmares
FETAGRI	Fundação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará
FIDESA	Fundação Institucional de Desenvolvimento da Amazônia
GT	Grupo de Trabalho
IBPC	Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MPE	Ministério Público Estadual
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
MPF	Ministério Público Federal
MPU	Ministério Público da União
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PBQ	Projeto Brasil Quilombola
PNCSA	Projeto Nova Cartografia da Amazônia
REASA	Reflorestadora Amazônia Sociedade Anônima
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SECTAM	Secretaria Estadual de Tecnologia e Meio Ambiente
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
SEJU	Secretaria de Justiça
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UEPA	Universidade Estadual do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UNAMAZ	Associação de Universidades Amazônicas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 TRAJETÓRIA POLÍTICA DA CATEGORIA QUILOMBOLA.....</b>	<b>25</b>
2.1 OS IMPASSES NA QUESTÃO DOS PARADIGMAS DO CONCEITO DE QUILOMBO.....	27
2.2 ASSOCIAÇÕES DE QUILOMBOLAS E MOVIMENTO SOCIAL.....	30
2.3 QUILOMBOLAS A PROCURA DE GARANTIAS DE DIREITOS.....	32
2.4 OS QUILOMBOS DO TERRITÓRIO DE JAMBUAÇU.....	35
2.5 PLANOS SOCIAIS NO ESTUDO DOS QUILOMBOLAS DE JAMBUAÇU... ..	41
2.6 USO DA TERRA PARA CULTIVO DE ALIMENTOS BASICOS.....	46
2.7 PLANO DA VIDA SOCIETAL.....	48
2.8 PROJETOS COMUNITÁRIOS.....	56
<b>3 CONFLITOS, MOVIMENTO SOCIAL E FORMAÇÃO POLÍTICA EM JAMBUAÇU.....</b>	<b>57</b>
3.1 CONFLITOS COM A COMPANHIA VALE DO RIO DOCE.....	59
3.1.1 O Mineroduto e a Linha de Transmissão.....	60
3.1.2 Novas negociações e a intervenção do Ministério Público.....	68
3.1.3 As decisões do MPF em favor dos quilombolas de Jambuaçu.....	69
3.1.4 Identidade quilombola objetivada em Movimento Social.....	72
3.2 A MOBILIZAÇÃO DOS QUILOMBOLAS DE JAMBUAÇU.....	73
3.2.1 A interferência da Igreja nos conflitos em Jambuaçu.....	74
3.2.2 Formação política e social em Jambuaçu.....	78
3.2.3 A formação das lideranças quilombolas em Jambuaçu.....	79
3.2.4 O papel das lideranças de Jambuaçu.....	81
3.2.5 O trabalho das lideranças femininas em Jambuaçu.....	82
<b>4 CASA FAMILIAR RURAL EIXO DE PROJETOS E CONFLITOS.....</b>	<b>85</b>
4.1 OS INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS.....	90
4.2 PROGRAMA DE SUBSISTÊNCIA DA CASA FAMILIAR RURAL.....	91
4.2.1 Educação quilombola na Amazônia.....	93
4.3 PRÁTICAS E SABERES NA ORGANIZAÇÃO QUILOMBOLA.....	95
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>112</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho de pesquisa o objetivo principal é identificar e analisar práticas e saberes relacionados ao fazer político de quilombolas organizados em Associações e no Conselho de Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Jambuaçu – Moju. Entende-se que estes conhecimentos constituem tanto uma educação política quanto um tipo de capital político.

Essa educação proveniente de práticas e saberes é parte de um processo educacional mais amplo que envolve a convivência nas relações de trabalho, os laços e formas de pertencimento dentro do universo comunitário, familiar e, paralelamente, o envolvimento em diversas situações que compreendem diversos processos, entre eles os de uma política identitária que orienta as ações reivindicativas para garantia e defesa de direitos territoriais e étnicos, as quais canalizam junto ao Estado, instituições e organizações governamentais e não - governamentais e ainda empresas privadas.

A categoria “remanescentes das comunidades dos quilombos” passa ter existência jurídica desde a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, pela Assembléia Nacional Constituinte. A partir desse momento histórico ficou instituída a ideia de que determinadas comunidades rurais deveriam ser contempladas por um dispositivo legal específico que lhes garantisse o direito às terras tradicionalmente ocupadas. As pressões dos movimentos sociais, fez com que o Estado brasileiro admitisse a existências dos territórios quilombolas na contemporaneidade, passando a reconhecer o direito à propriedade definitiva e a obrigação em delimitar e titular os territórios das comunidades concretizando dessa forma o pleno direito das populações às terras ancestrais, evidenciando os quilombolas enquanto novo sujeito nas discussões por direitos territoriais e étnicos (ALMEIDA, 2008) e ainda por políticas públicas específicas inseridas nos Programa Brasil Quilombola, Programa Territórios Quilombolas, que contemplam ações específicas no campo da educação, saúde e cultura.

No momento decisivo de definição do novo texto constitucional de 1988, o projeto de reforma agrária naufragou, quando foi perdida a oportunidade da realização de uma reforma agrária efetiva. No entanto, nesse mesmo momento, foi conquistada a possibilidade de reconhecimento das terras dos denominados pela Constituição de: “remanescentes das comunidades dos quilombos”, o que é proposto como uma medida de reparação histórica e cultural dirigidas à população negra (ARRUTI, 2008, p. 10).

Trata-se de uma temática sobre a atuação dos quilombolas e com dimensão importante na atualidade em que se desenvolvem lutas dos remanescentes de quilombos. Leite, I. (2000, p.333) enfatiza que “Falar dos quilombos no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção”.

O estudo nas comunidades Santa Luzia do Poace, São Bernardino e Nossa Senhora das Graças, no Território quilombola de Jambuaçu, objetiva identificar e analisar a educação proveniente de práticas e saberes relacionados ao “fazer político” de quilombolas organizados em Associações e no Conselho de Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Jambuaçu - Moju. Parte-se da hipótese que essa educação política é um fator que contribui para a organização e mobilização, orientando os sujeitos para o reconhecimento de seus direitos enquanto grupo étnico. Este representa um fator relevante para a elaboração ou construção da identidade quilombola.

Na compreensão de Almeida, A. (2006, p. 60):

O primeiro critério para busca de uma identidade quilombola é o critério étnico, mesmo que a noção de ‘étnico’ não tenha laços de sangue ou uma origem comum. O critério étnico é construído a partir de mobilizações que expressam formas de agrupamento político em torno de elementos comuns, e está diretamente atrelado a um fator político-organizativo.

Esta pesquisa focaliza o fator político organizativo dos quilombolas de Jambuaçu.

No interior das comunidades quilombolas e, as aqui estudadas de forma especial, assiste-se a uma emergência de forças sociais que são movimentadas por agentes sociais de várias ordens que produzem ações coletivas em vários planos, seja na organização da Casa Familiar Rural, das Associações, da Coordenadoria destas e de grupos de mulheres. Mas, também as ações para se contrapor ao tipo de dominação exercido pela empresa VALE S.A, pelo Estado ou para articular relações políticas com órgãos, entidades, universidades. Estas ações coletivas são desenvolvidas com base em saberes (individuais e coletivos). Aqui entendidos como conjunto de competências ou de disposições adquiridas por experiências e que se traduzem em ações e reflexões recorrentes do universo de relações sociais e políticas nas quais estão inseridos, não apenas as lideranças, mas um conjunto significativo de membros das Associações, Conselho, Grupo de Mulheres. Com freqüência nos atos cotidianos para relacionar-se com um funcionário da empresa, técnico governamental, pesquisador, utilizam-se de um aprendizado que não é desenvolvido por procedimentos

explícitos. Embora as evidências pelas práticas recorrentemente se desenvolvam nos indivíduos, de acordo com a situação social, regras do jogo, posição assumida.

A noção de prática traz à luz os aprendizados e se relacionam com as ações coletivas. Ela dá sentido aos atos individualizados, às ações e relações que as pessoas e grupos mantêm entre si; igualmente as relações que se estabelecem entre as pessoas, entre estas e a comunidade ou grupo; entre grupos; entre grupos e sociedade como assinalam Garcia-Montrone (2004). No entendimento destes autores, “As relações surgidas nas práticas sociais, além de pertencerem a um contexto histórico e se estenderem em um espaço/tempo construído por aqueles que delas participam, envolvem diferentes sujeitos de diferentes classes sociais, etnias, raças, opções sexuais”. Para Garcia-Montrone (2004) as práticas sociais têm como objetivos:

[...] repassar conhecimentos, valores, tradições, posições e posturas diante da vida; - suprir necessidades de sobrevivência, de manutenção material e simbólica de um grupo; - reconhecer socialmente necessidades do grupo ou de pessoas; - controlar, expandir a participação política de pessoas e de grupos em decisões da sociedade; - propor e/ou executar transformações na estrutura social, nas formas de racionalidade, de pensar e de agir ou articular-se para mantê-las; - manter privilégios; - garantir direitos sociais, culturais, econômicos, políticos, civis; - corrigir distorções e injustiças sociais; - pensar, refletir, discutir e executar determinadas ações. (GARCIA-MONTRONE, 2004,<sup>1</sup> não paginado)

Nesta pesquisa, entendo que a educação política – conjunto de aprendizados não formais para agir, refletir, decidir no campo político não está dissociada de níveis de educação formal<sup>2</sup>, e que representa aumento do capital político.

Na teoria de Bourdieu (1975), o conceito de capital político representa uma forma de capital simbólico, que depende do reconhecimento fornecido pelos pares, da legitimidade daquele indivíduo para agir na política. Este capital guarda relação com cargos nas Associações e Conselho e lutas por estas posições, pelo reconhecimento, mas não é o único determinante. O capital social viria ser uma espécie de crédito social, no sentido preciso do termo, isto é, algo que depende fundamentalmente da crença, socialmente difundida na sua validade.

---

<sup>1</sup> Material produzido pelos docentes da disciplina Práticas Sociais e Processos Educativos do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos.

<sup>2</sup> Entre os quilombolas de Jambuaçu duas lideranças femininas cursam estudos universitários. Em 2011 três concluíram curso de graduação em uma universidade privada.

Ainda no sistema teórico de Bourdieu (1975), deve ser trazido o conceito de campo político - “o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher” (BOURDIEU, 1975, p. 77)

Como se produzem e destacam os agentes sociais que são designados e identificados como lideranças? Que trajetórias registram? Os que dominam nesses espaços do fazer político se apresentam para outros grupos e sua própria coletividade como o politizado do grupo. Tal noção está imbuída de certas características e constrói um perfil do que Emir Sader entende por:

Ser politizado é entender como funcionam as relações de poder em cada sociedade e no mundo em geral. É compreender que, por trás das relações de troca no mercado existem relações de exploração. Que, por trás das relações de voto, existem relações de dominação. Que, por trás das relações de informação, há um processo de alienação.

Ser politizado, no mundo de hoje, significa compreendê-lo no marco das relações capitalistas de acumulação e de exploração. Representa entender o mundo no marco da hegemonia imperial estadunidense, baseada na força militar e a propaganda do modo de vida estadunidense.

Ser politizado é compreender que tudo o que existe foi produzido historicamente, pelas relações entre os homens e o meio em que vivem. Ou melhor, entre os homens, intermediados pelo meio em que vivem. E que, portanto, tudo o que foi construído pelos homens pode ser desconstruído e reconstruído. Que tudo é histórico. Que a própria separação entre sujeito e objeto - que nos aparece como "dada" - é produzida e reproduzida cotidianamente mediante relações econômico-sociais alienadas.

Ser politizado é saber subordinar as contradições menores às estratégicas, saber que as contradições com o capitalismo são sempre também contra o imperialismo, pela fase histórica atual do capitalismo (SADER, 2009, não paginado).

Esta pesquisa inicia com as primeiras experiências de diálogo com os quilombolas de Jambuaçu, pois, é a partir deles que foram construídas as minhas indagações sobre o que representa **educação e saber para a atuação política deste grupo**. Meu primeiro contato com os quilombolas de Jambuaçu se deu por ocasião de um convite que recebi da Prof. Ana Darc Azevedo<sup>3</sup> (UEPA) por recomendação da Profa. Rosa Acevedo para acompanhá-la e,

---

<sup>3</sup> A Profa. Azevedo escreveu a tese de doutorado intitulada “Tensões na Construção de Identidades Quilombolas, a Percepção de Professores de Escolas do Quilombo de Jambuaçu-Moju (PA) 321 f. Ano: 2011. Tese (Doutorado), defendida na Pontifícia Universidade Católica - PUC- São Paulo.

possivelmente, a partir desta experiência de pesquisa, identificar questões a estudar. Naquela oportunidade tinha a expectativa de realizar uma pesquisa sobre a forma como a Educação à distância - enquanto programa e política - estava atingindo os quilombolas do Estado. O contato foi breve e bastante acolhedor.

Outro momento em que estive com os quilombolas de Jambuaçu foi pela ocasião de uma reunião realizada no dia 20 de setembro de 2010, às 15h30, na sala do Ministério Público do Estado, no qual um grupo formado pelos presidentes das Associações de Quilombolas de Jambuaçu e o presidente do Conselho das Comunidades de Jambuaçu estabeleciam um novo momento de busca de diálogo e de reconhecimento de suas reivindicações, e em busca de negociações com representantes da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

O assunto era referente ao descumprimento de um acordo feito, anteriormente, por parte dos representantes da CVRD, com os quilombolas de Jambuaçu. Nesse sentido, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou uma ação civil pública contra a Companhia Vale do Rio Doce pleiteando o pagamento, no prazo de três dias, da renda mensal equivalente a 5 salários mínimos a cada uma das 788 famílias residentes no Território Quilombola do Jambuaçu, retroativo ao dia 26/02/2010, bem como a suspensão imediata das atividades da mina “Miltônia 3”, da linha de transmissão de energia e do mineroduto, até que seja efetivado o pagamento dos salários dos quilombolas e a implantação imediata e integral do Projeto de Geração de Renda elaborado pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). (BRASIL, 2011).

O Ministério Público Federal é obrigado a se envolver nas questões sociais que dizem respeito às minorias étnicas, não significa tutelar um grupo, mas fornecer auxílio em situações que envolvem ameaças de lesão ao direito coletivo de minoria étnicas. (MULLER, 2006). No caso do território quilombola de Jambuaçu, tal decisão do MPF se deu em razão de que os quilombolas têm direito à integralidade do seu território (BRASIL, art. 68/ADCT), cuja utilização pelas famílias quilombolas estaria sendo prejudicada na área do mineroduto e das torres de transmissão de energia, desde a época do início das instalações do mineroduto.

De acordo com a Lei Complementar 75/93 uma das funções do Ministério Público Federal - MPF é o de defender ‘os direitos e interesses coletivos, especialmente das comunidades indígenas, da família, da criança, do adolescente e do idoso’ (Art. 5º). Ao MPF compete promover inquérito civil público - ICP e ação civil pública - ACP para a proteção de direitos constitucionais, do patrimônio público e social, dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos às minorias étnicas. (BRASIL, 2005, art. 6º).

Neste evento tive a oportunidade de ouvir e compreender suas falas politizadas e o seu domínio para expor e defender posições face a empresa e ao Ministério Público Federal que mediava o que se apresentou como sendo um ato de negociação de partes envolvidas em conflito.

O outro contato aconteceu no dia 18 de outubro de 2010, após uma viagem de Belém até Moju. Chegando em Moju peguei o único transporte que faz a linha até Jambuaçu, pois minha intenção era conhecer a “Casa Familiar Rural Pe. Sergio Tonetto”. Essa escola localizada na comunidade Nossa Senhora das Graças, é uma das escolhidas para minha pesquisa. O interesse não é apenas conhecer o sistema de ensino escolar adotado pela escola, mas esta instituição como foco de posições políticas internas, de construção de projetos coletivos, de articulação de lideranças e ponte das relações com a empresa, com a Secretaria de Educação (SEDUC).

Neste ano, retomei o contato no dia 23 de fevereiro, no Hotel Beira-Rio durante a apresentação dos Seminários Integrados de Políticas para Comunidades Quilombolas. Foi um seminário de oficina técnica de apresentação da pesquisa de “Avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas”. Nesse evento estavam reunidos técnicos de Brasília e quilombolas de várias regiões do Pará, entre eles, os de Jambuaçu. Novamente, estive em Jambuaçu no dia 12 de março de 2011, por ocasião da apresentação da tese de doutorado da Prof. Ana D`Arc de Azevedo aos quilombolas realizada na Casa Familiar Rural Pe. Sergio Tonetto.

Alguns dias após a apresentação da tese de doutorado da Prof. Ana D`Arc de Azevedo eu retornei a Jambuaçu com a intenção de fazer as entrevistas. Naquela, ocasião já havia escolhido as comunidades do território de Jambuaçu, que iriam fazer parte de minha pesquisa já mencionada.

A minha inquietação de conhecer a trajetória de educação e prática política dos quilombolas de Jambuaçu significa produzir um conhecimento que diz respeito a suas experiências sociais e que é fundamental para as gerações novas. A pesquisa se propõe ***identificar e analisar a educação proveniente de práticas e saberes relacionado ao “fazer político” de quilombolas organizados em Associações e no Conselho de Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Jambuaçu - Moju.***

A trajetória educacional formal dos quilombolas de Jambuaçu apresenta destaques como a aquisição da escrita e domínio da oralidade. Documentos manuscritos do Projeto

Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)<sup>4</sup>, resultantes de oficinas, indicam as competências e habilidades das pessoas e do grupo de adultos na prática de relatar reuniões, elaborar pautas reivindicativas, cartas, além de elaboração de croquis do território. Diante da competência e habilidade do grupo surge em mim a inquietação de conhecer a forma que chegaram a uma expressividade política e de que forma são desenvolvidas suas práticas e saberes.

Nessa trajetória, os quilombolas revelam iniciativas e lutas por educação verificadas em diversos momentos, que situam a escola como instituição do futuro, que eles desejam mudar. Desta forma, o cerne desta transformação está em incorporar o “fator étnico”, em reivindicar o direito à educação diferenciada, com base nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, que trata da preservação de valores culturais de grupos étnicos. O Artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal, a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT-1989), e mais precisamente no disposto no decreto 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica. Esses instrumentos representam o avanço na História do país, no que se refere aos aspectos de reconhecimento dos direitos culturais dos negros.

Neste estudo elaboro duas hipóteses. Primeira: os saberes e a educação são fatores que contribuem para a organização e mobilização pelo reconhecimento de direitos enquanto grupo étnico. Desta maneira, entendo que a educação mostra-se não pelo grau atingido na classificação oficial de ano, série, mas por habilidades para expor posições, argumentar, acompanhar reuniões e decisões e este aprendizado é resultado de uma série de práticas adquiridas que estão associadas à organização política do grupo étnico. Segunda: a organização e a mobilização têm relevância para a elaboração ou construção da identidade quilombola, no que se refere às práticas associadas à organização política dos grupos.

A pesquisa de campo, como mencionado, iniciou com visitas nas comunidades para organizar as primeiras observações. Antes havia estado no escritório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) Guajarina e assisti a uma reunião no Ministério Público Federal. Estes primeiros contatos foram centrais para elaborar a problemática desta pesquisa. Na perspectiva desse trabalho coletei uma série de materiais através de pesquisa documental e bibliográfica,

---

<sup>4</sup> O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) tem como principal objetivo dialogar com os sujeitos sociais organizados em grupos e associações que buscam por reconhecimento de suas expressões culturais e territoriais, entre eles quilombolas, indígenas, faxinalenses, artesãos, extratores, ribeirinhos, pescadores. O projeto propõe a realização de um mapeamento dos grupos sociais e de suas formas organizativas, por meio da realização de oficinas de cartografia. Nessas oficinas, há um envolvimento direto dos próprios sujeitos na produção de sua cartografia social, através dos conhecimentos cartográficos formais, como uso do equipamento GPS. (PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, 2007).

identificando desde já os arquivos da Comissão Pastoral da Terra – Guajarina que durante mais de vinte anos realiza atividades entre as comunidades. Os materiais diversos existentes na CPT Guajarina foram sistematizados de acordo com sua relevância para compreender as ações e os discursos dos agentes sociais.

Contudo para a realização deste estudo foi de fundamental importância a pesquisa de campo. De acordo com Oliveira & Oliveira (1981, p.32) neste tipo de pesquisa o fundamental, é o pesquisador observar a vida social em movimento, procurando captar a rede de relações sociais que atravessa a comunidade, os problemas que a desafiam e a percepção que a população tem de sua própria situação e de suas possibilidades de mudança.

Somente em março de 2011 dei início às entrevistas com as lideranças das comunidades: Santa Luzia do Poacê, São Bernardino e Nossa Senhora das Graças, bem como entrevistei o Coordenador da Casa Familiar Rural Pe. Sergio Tonetto e outras pessoas residentes nas comunidades. Nestas conversas busquei saber algumas informações como: origem, o número de famílias, a existência de áreas de uso comum, as formas de organização das comunidades e os percursos do processo de reconhecimento como quilombola, o que ainda está em curso.

Durante a entrevista que realizei com o então Coordenador das Associações dos Remanescentes de Quilombos do Jambuaçu - BAMBÂ sobre as questões que envolvem os saberes do cotidiano dos quilombolas também procurei obter conhecimentos mais detalhados sobre: a) O reconhecimento das práticas e saberes do grupo de liderança das Associações do Conselho; b) os materiais e os discursos em reuniões dos Núcleos de Organização. A outra organização existente nas comunidades são os Grupos de mulheres igualmente pesquisados. Nas Associações e Conselhos foram solicitadas cartas, relatórios, ofícios na ideia de que estes se constituem os registros dos discursos do fazer político.

O trabalho de campo se estendeu nos meses de abril e maio. Como o trabalho não havia terminado retornei em junho e julho para concluir a pesquisa de campo. As visitas ao campo tiveram necessidade de coincidir com os dias em que ocorriam reuniões para discutir assuntos referentes à titulação da comunidade de Poace, (que falarei mais adiante com detalhes) e outros pontos da questão política central que envolve os confrontos e negociações com a Companhia Vale do Rio Doce.

Sempre que precisei me deslocar até Jambuaçu entrava em contato antecipadamente com a liderança. Como eu já sabia que estas comunidades rurais normalmente se organizam por meio de uma coordenação e/ou presidente procurei pelo coordenador da comunidade. Em

Jambuaçu, encontrei com o Coordenador das Associações BAMBÁÊ, o senhor Max Assis, bem como, a Prof. Waldirene do Santos Castro, Presidente da Associação de Santa Luzia do Poacê. Profa. Maria do Carmo Cuimar, Presidente da Associação de São Bernardino e da Associação Nossa Senhora das Graças, a Sra. Maria Matildes Morais Aires. Todos desempenhando um trabalho reconhecido como liderança nessas comunidades.

A partir destas pessoas, que inclusive também me acolheram em suas casas durante o tempo em que fiquei nas comunidades, pude contatar outras lideranças e conseguir as informações necessárias para o meu trabalho de pesquisa. As entrevistas foram semi-estruturadas com roteiro de perguntas pré-fixadas com uso de gravador. Além das entrevistas, com: Diretor da Casa Familiar Rural Pe. Sergio Tonetto, as lideranças políticas, pessoas reconhecidas por suas habilidades para debater e compreender situações políticas. Esta metodologia se aproxima da elaboração de um mapa social sobre os reconhecimentos detentores de saberes e interpretes das situações políticas, demandadas do grupo.

Neste trabalho foi importante a narrativa das pessoas que sabem contar a história do grupo no plano político como, por exemplo, as lutas contra a Reflorestadora da Amazônia Sociedade Anônima (REASA), os que conhecem melhor a história dos quilombolas, os que participaram de negociações com a VALE e os que estabelecem relações com instituições e organizações dentro do Estado (SEDUC, UFRA, ITERPA, UFPA, UNAMAZ, SEJU, MALUNGU) e fora (SEPIR, CONAQ).

Foram realizadas também entrevistas abertas com moradores mais antigos e com algumas famílias, com as quais tive a oportunidade de conversar, sobre vários aspectos relacionados à vida em comunidade, como: religião, lazer e problemas com transporte e a questão da regularização de terras.

Estas entrevistas eram realizadas nas residências das famílias, outras vezes na rua ou na casa de farinha, como aconteceu em Santa Luzia do Poacê, quando entrevistei a Profa. Waldirene no quintal da casa de farinha. De acordo com Oliveira & Oliveira (1981, p.18), “[...] com esta técnica pode-se estimular a livre expressão da pessoa com quem se conversa, ampliar o campo do discurso, que passa a incluir não só fatos mas opiniões bem delimitadas”. Para execução deste trabalho foi importante estabelecer relações de pesquisa mediadas pela confiança.

A realização de entrevistas semiestruturadas aberta constituiu uma etapa importante da pesquisa, principalmente quando o entrevistador consegue estabelecer uma relação de confiança com o entrevistado. De acordo com Lakatos (1998, p.42) a observação participante

“[...] tem como objetivo ganhar a confiança do grupo, fazendo com que os indivíduos compreendam a importância da investigação, sem ocultar o seu objetivo ou missão”. Entretanto, nossa perspectiva estará orientada para atos de reflexividade da pesquisa e das relações sociais.

Também realizei entrevista com alguns representantes de entidades. Entre eles: a representante da CPT/Guarajara), Irmã Rosa Figueiredo, que teve a maior boa vontade em me fornecer informações sobre o quilombo e os quilombolas de Jambuaçu, referente aos conflitos com as empresas “intrusas” no território. Este assunto tratarei no terceiro capítulo.

Nesse sentido foi agendada uma visita ao Instituto de Terras do Pará (ITERPA) para um contato com os técnicos: Sra. Rosa Modolo e Sr. Aldenor Nascimento para saber sobre o processo de titulação da comunidade Santa Luzia do Poacê. Outra entidade contatada foi a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU). Foi feito um primeiro levantamento bibliográfico e documental nas instituições e entidades, já citadas. Também realizei diversos registros fotográficos, muito parcialmente, inseridos nesta dissertação. A escolha é feita sobre situações em que quilombolas agem publicamente, como reuniões com o Ministério Público Federal e com a VALE.

A pesquisa tentará orientar-se pelo método etnográfico como o eixo condutor da análise que reflete sobre o fazer antropológico relativo às comunidades quilombolas. Entende-se que o método etnográfico privilegia o encontro dialógico entre pesquisador e interlocutores (GEERTZ,1978). Dessa forma busco identificar na comunidade, além das informações já citadas, principalmente as atividades desenvolvidas referentes à organização social e política, bem como o percurso educacional de práticas e saberes.

O trabalho de campo foi realizado prioritariamente nas comunidades de Santa Luzia do Poacê, Nossa Senhora das Graças e São Bernardino. Este permitiu acompanhar o processo de titulação, os debates, as relações com as instituições para essa finalidade. Nossa Senhora das Graças é sede da BAMBAÊ, nome fantasia do Conselho das Associações de Remanescentes de Quilombo e São Bernardino, é onde se encontra a organização do Grupo de Mulheres. Realizei várias viagens semanais, como mencionado anteriormente, com a finalidade de participar das reuniões políticas com as lideranças quilombolas.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos, considerando a introdução como primeiro capítulo, além da conclusão. A partir desse momento exponho os momentos percorridos, minhas idas e vindas entre Belém - Moju - Jambuaçu com o objetivo de colher as

informações por meio de entrevistas e diário de campo. Em seguida, o trabalho foi concentrado em interpretar e refletir esses dados, com base nas categorias de análise sociológica.

No **segundo capítulo** foi feita uma abordagem sobre os quilombos contemporâneos. Nesse descrevo como se organizam as comunidades quilombolas, fortalecidas a partir de 1984 como movimento social, ainda em construção. Será mostrado em seguida como estão se desenvolvendo na atualidade através de uma nova política nacional. E como estão os direitos quilombolas após a Constituição Brasileira de 1988. A partir dessa abordagem são enfatizadas as comunidades do território quilombola de Jambuaçu, juntamente com a questão do território e territorialidade, e mais os conflitos de terra, que surgiram desde 1980, no território quilombola de Jambuaçu, no município de Moju. O primeiro conflito com a empresa REASA, logo em seguida com a Marborges–Norte Empreendimentos Comércio e Indústria, e por fim em 2004, inicia um novo enfrentamento o território de Jambuaçu, dessa vez pela Companhia Vale do Rio Doce - CVRD. A partir dos conflitos e mobilizações, o critério étnico é construído e expressam formas de agrupamento político em torno de elementos comuns. Um critério étnico de composição faz com que as pessoas se sintam pertencentes a uma mesma identidade e desenvolvam laços solidários (ALMEIDA, A., 2006).

No **terceiro capítulo** estão descritos os conflitos existentes em Jambuaçu e como funciona a organização política, social e cultural das Associações das comunidades, mostrando as atuações, inclusive tentando demarcar questões de gênero. Na organização feminina será mostrado o trabalho social e político e econômico que está sendo desenvolvido pelas mulheres quilombolas. Nesse sentido buscarei analisar práticas e saberes relacionados ao fazer político dos quilombolas organizados em Associações, no Conselho de Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Jambuaçu e no Grupo de Mulheres. Por ser importante conhecer a criatividade, o potencial, a experiência, o conhecimento, e a maturidade de cada uma destas formas organizativas.

No **quarto capítulo** será discutida à questão da educação na Amazônia, que revela a exclusão de povos e comunidades tradicionais nos processos educacionais. Sendo esse um fator de gravidade relacionado com o baixo alcance das políticas públicas para alguns grupos da Região Amazônica, entre eles, os quilombolas. Tratarei da importância do direito a uma educação diferenciada. Nesse sentido, cito a educação quilombola, suas práticas e saberes com uma perspectiva de educação em que cada um seja capaz de ir além da leitura das páginas do caderno ou do livro didático (NUNES, 2006). Visto que pensar em educação nas

comunidades quilombola é pensar a partir da própria comunidade, onde seja contemplado um conhecimento agregador de saberes sociais e saberes científicos, não se desvinculando de sua cultura e sua história. Desta maneira, a educação deverá ser pensada para o grupo como uma forma de reforçar sua identidade.

Mostrarei também o modelo de educação conhecido como Pedagogia da Alternância que está sendo implantado no Território Quilombola de Jambuaçu. Sua origem, sua organização pedagógica, funcionamento, as dificuldades e conquistas. Essa metodologia permite ao aluno alternar períodos na Casa Familiar Rural e na propriedade sem prejuízo dos estudos, podendo tranquilamente colaborar nas atividades da agricultura junto à sua família, já que no campo as crianças iniciam muito cedo no trabalho para ajudar a família e essa inserção é fundamental para sua reprodução material e social.

A Casa Familiar Rural Pe. Sergio Tonetto (CFRPST) é uma instituição educativa no Território Quilombola de Jambuaçu, criada para formar os filhos de agricultores que buscam uma educação personalizada e uma formação integral, a partir de sua própria realidade. É considerada uma escola-residência, na qual os jovens a partir de 14 anos estudam os conteúdos da educação básica e recebem conhecimentos de formação geral e profissional (agrícola). É administrada por uma associação de pais e lideranças das comunidades envolvidas no projeto. Por último apresentamos a conclusão do trabalho.

No final será mostrado o resultado da pesquisa sobre *“A educação proveniente de práticas e saberes relacionado aos fazeres políticos dos quilombolas organizados em Associações e no Conselho de Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Jambuaçu”*, pelo grau atingido em expor posições, argumentar, acompanhar reuniões e decisões. Este aprendizado é resultado de uma série de práticas inventadas, adquiridas que estão associadas à organização política do grupo. Portanto, é importante conhecer a criatividade, potencial, experiência, conhecimento, unidade, maturidade e até as discordâncias entre os grupos, que é comum em uma organização política.

Compartilho da ideia que pensar em educação nas comunidades quilombola é pensar a partir da própria comunidade, onde seja contemplado um conhecimento agregador de saberes sociais e saberes científicos, portanto, não é desvinculado de sua cultura e sua história, de suas formas de construir relações políticas, negociar e marcar posição. Não tenho a ilusão de pensar um grupo homogêneo, isento de tensões e conflitos internos e de rupturas. A educação aqui refletida mostra o grupo nos atos de reforçar sua identidade e marcar a diferença.

## 2 TRAJETÓRIA POLÍTICA DA CATEGORIA QUILOMBOLA

Os quilombos formados no final do século XVI foram grupos que surgiram como resistência ao regime escravocrata. Este quilombo histórico representa uma grande diversidade de situações, experiências de organização e resistência no Brasil. Ao longo da história colonial e do império estas “comunidades de fugitivos” criaram modos de vida, formas de resistência e negociação dentro da ordem escravocrata (GOMES, 2006). Pesquisas históricas sobre mocambos e quilombos na Amazônia destacam a sua existência e concentração nas zonas canaveiras do Estado. O rio Moju destaca-se pelo cultivo desse gênero, a existência de grandes engenhos e de numerosa escravidão. Vários quilombos formaram-se no entorno das fazendas e engenhos (SALLES, 1971). Entretanto, e sem negar, esta formação histórica, a realidade sociológica dos “novos” quilombos estabelece outros problemas de sua existência política e social.

No final do século XX, vários historiadores, antropólogos e sociólogos revelaram as experiências de organização quilombola sob nova perspectiva. Elas foram observadas não só como recurso útil para a sobrevivência física e cultural daquelas pessoas, mas, acima de tudo, como instrumento de preservação da dignidade de pessoas descendentes dos africanos traficados para o Brasil, que lutaram para reconquistar o direito à liberdade, inerente à sua condição humana, mas também conviver de acordo com a sua cultura tradicional. Estes estudos comprovaram que além dos quilombos remanescentes do período da escravidão, outros se formaram após a abolição formal da escravatura. Essa estratégia, para muitos desses africanos, foi a única possibilidade de viver em liberdade. Conforme aponta Gomes (2006), várias situações antecederam a formação dos quilombos, desde as manifestações de conflitos, fugas e às vezes acomodações, as quais reinventavam formas de protestos contra o regime vigente. Sempre acompanhados de tensão e enfrentamento conquistaram seu espaço e autonomia (GOMES, 2006).

Hoje, antropólogos e historiadores reconhecem que essas comunidades não se materializam somente pelo isolamento geográfico, apesar das grandes dificuldades de acesso para alcançar o núcleo residencial de algumas delas, nem pela homogeneidade física ou biológica dos seus habitantes, mas pela ligação com o passado, que reside na manutenção de práticas de resistência e reprodução do modo de vida num determinado território onde prevalece o domínio coletivo dos bens materiais e imateriais (ALMEIDA, A., 1996).

O termo quilombo<sup>5</sup> afastou-se da antiga concepção vinculada à imagem e modelo implantado por Zumbi em Palmares e consolidou-se no âmbito da antropologia<sup>6</sup>. Hoje o conceito de quilombo e de quilombola vai muito além de escravos fugidos, passando a uma nova pauta na política nacional, como um seguimento da sociedade brasileira com direitos a ser reconhecido. Afirma Leite (2000, p. 335) que “[...] os partidos políticos, cientistas e militantes são chamados a definir o que vem a ser o quilombo e quem são os quilombolas”.

A característica que aproxima a dimensão de quilombo no período colonial às mais recentes formas organizativas dos quilombos contemporâneos está presente nas práticas econômicas desenvolvidas, cujos modelos produtivos agrícolas estabelecem uma necessária integração à micro-economia local com vistas à consolidação de um uso comum da terra. Para Almeida (1996, p.151) “[...] As comunidades que se denominaram ou foram denominadas como ‘terras de pretos’ ou ‘terras de santo’, viviam, em grande parte, da plantação de subsistência ou da extração de recursos naturais para sustento das unidades domésticas”.

Atualmente, a legislação brasileira já adota este conceito de comunidade quilombola e reconhece que a determinação da condição quilombola advém da auto-identificação. O antropólogo José Mauricio Andion Arruti argumenta a propósito:

[...] Do ‘significado contemporâneo de Quilombo’. O que está em disputa, não é a existência das formações sociais, nem das suas justas demandas, mas a maior ou menor largueza pela qual o conceito as abarcará, ou excluirá completamente. Está em jogo o quanto de realidade social o conceito será capaz de fazer reconhecer. Qual parcela da realidade ganhará, por meio deste reconhecimento, uma nova realidade, jurídica, política, administrativa e mesmo social (ARRUTI, 2008, p. 2).

Portanto, na contemporaneidade as comunidades quilombolas não se baseiam mais em provas de um passado de rebelião e isolamento, mas depende antes de tudo como eles mesmos se definem no meio em que vivem.

---

<sup>5</sup> A expressão “quilombo” vem sendo sistematicamente usada desde o período colonial, é um conceito próprio dos africanos bantos que vem sendo modificado através dos séculos" [...] Quer dizer acampamento guerreiro na floresta, sendo entendido ainda em Angola como divisão administrativa. O Conselho Ultramarino Português de 1740 definiu quilombo como toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles. Indica, também, uma reação guerreira a uma situação opressiva (LEITE, 2000, p. 336).

<sup>6</sup> Equipe do Centro de Cultura Luiz Freire e do Instituto Sumaúma - Revista Quilombos Hoje, Ano 2002.

## 2.1 IMPASSES NA QUESTÃO DOS PARADIGMAS DO CONCEITO DE QUILOMBO

A noção histórica e arqueológica, na ideia de patrimônio material, ganhou repercussão sobre o que era falado em termos de “quilombos contemporâneos”. Algumas comunidades chegaram a ser visitadas por técnicos do Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC), arqueólogos e arquitetos. Com o decreto que cria a Fundação Cultural Palmares (FCP) esta deveria dar resposta às demandas que surgiram pela aplicabilidade do artigo 68. “[...] era preciso superar o desacordo entre a concepção de quilombo e as demandas sociais efetivamente apresentadas” destaca Arruti (2008, p. 14). Ainda necessitava ser resolvida a difícil relação de continuidade e descontinuidade histórica que foi introduzido no artigo 68 ADCT-88 quanto ao uso do termo “remanescente”

[...] haja visto que os laços de descendência não pareceu ser um fator suficiente para explicar o passado histórico dos grupos negros rurais. No termo “remanescente” o que está em jogo não são mais as “reminiscências” de antigos quilombos, mas “comunidades”, organizações sociais, grupos de pessoas que “estejam ocupando suas terras”, sendo este, portanto o primeiro paradigma à ser apresentado (ARRUTI, 2008, p. 14-15).

Outro paradigma introduzido para resolver o impasse de um problema jurídico verificado na situação fundiária dos quilombolas foi à categoria “Terras de uso comum”. O impasse era visto como problemático pelos agentes que tratavam da questão. Para isso foi proposto um diagnóstico e a criação de novos instrumentos jurídicos para o reconhecimento de tais territorialidades. Isto em razão da “[...] insuficiência conceitual, prática, histórica e política do termo “quilombo” para dar conta da diversidade de formas de acesso a terra e das formas de existir das comunidades negras no campo”. (GUSMÃO, 1991, p. 34 apud ARRUTI, 2008, p. 15).

Essa territorialidade, marcada pelo uso comum, ganhou denominações específicas segundo as diferentes formas de autodenominação dos segmentos camponeses, tais como Terras de Santo, Terras de Índios, Terras de Parentes, Terras de Irmandade, Terras de Herança e, finalmente, Terras de Preto, “domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por famílias de escravos”. Tais domínios teriam origens nas mais diferentes situações, e teriam permanecido sem a análise necessária, por serem consideradas pelo Estado e por setores da academia como:

[...] formas atrasadas, e condenadas ao desaparecimento, formas “residuais de um modo de produção desaparecido.

[...] à medida em que tais formas de territorialidade se converteram em objeto de luta e mobilização política, tornaram-se também objeto de investigação. (ALMEIDA, 1989, p.166 apud ARRUTI, 2008, p.17).

Nesse sentido Almeida, A. (1996) dá caráter pleno à expressão: “terras de uso comum”, por ser abrangente e contemplando diversas realidades empiricamente verificadas:

[...] Situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um dos seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, [pelos] vários grupos familiares, que compõem uma unidade social (ALMEIDA, A., 1996, p. 23).

O terceiro paradigma aborda a etnicidade e diz respeito aos acontecimentos que vinham ocorrendo a partir dos anos 70. Ou seja, eram pequenas alterações nos estudos sobre as denominadas comunidades rurais negras, que depois passaram a se tornar estudos sobre comunidades negras em situação rural. Passando a existir ênfase no uso do termo etnicidade para dar conta dos processos sociais e simbólicos vividos pela população negra no pós-escravidão.

A categoria etnicidade passou a oferecer uma explicação para os mecanismos sociais de manutenção dos chamados “territórios negros”, “[...] Elas seriam definidas com base em limites étnicos, desenvolvidos no enfrentamento da situação de alteridade proposta pelos brancos” (ARRUTI, 2008, p.16). Em síntese, os autores manifestam concordância em romper com a leitura historicista. Para Almeida (1996, p.11) havia “necessidade em se romper com o significado de quilombo, que reproduzia a legislação repressiva do século XVIII”. Arruti (2008), do seu lado, entende que havia idealizações de um movimento negro ainda com uma forte referência ao modelo palmarino. A proposta é que fossem reconhecidas “[...] novas dimensões do significado atual de quilombos, que têm situações sociais específicas caracterizadas, sobretudo por instrumentos político-organizativos, cuja finalidade é a garantia da terra e a afirmação de uma identidade própria” (ALMEIDA, 1996, p. 11).

A Constituição Federal de 1988 foi o marco histórico que propiciou uma ampla mobilização da sociedade civil brasileira buscando incluir dentre os princípios constitucionais a luta quilombola pelo direito a terra e ampliando o debate no campo das políticas públicas acerca da realidade dessa população. Diversos autores frisam os fatos que antecederam a

aprovação do Artigo 68-ADCT para estas diferentes acepções da categoria quilombo, quilombola.

Durante os debates na Assembleia Nacional Constituinte, que gerou a elaboração da Carta Magna, ficou instituída a ideia de que determinadas comunidades quilombolas deveriam ser contempladas por um dispositivo legal e específico, que lhes garantisse o direito às terras tradicionalmente ocupadas.

Para discutir esse assunto foram convocados todos os envolvidos na luta em favor dos direitos de grupos étnicos. Dentre os integrantes que faziam parte da discussão estavam: entidades representativas de movimentos sociais negros, parlamentares e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Esta última foi convocada pelo Ministério Público para dar o parecer em relação às situações já conhecidas e enfocadas nas pesquisas. Assim sendo o documento elaborado pela ABA procurou desfazer os equívocos referentes à suposta condição de remanescente, ao afirmar que “contemporaneamente, portanto, o termo não se referia a resíduos arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica”, como frisa de forma contundente (LEITE, 2000, p. 341)

Tratava-se de desfazer a ideia de isolamento e de população homogênea ou como decorrente de processos insurrecionais. O documento posicionava-se criticamente em relação a uma visão estática do quilombo, evidenciando seu aspecto contemporâneo, organizacional, relacional e dinâmico, bem como a variabilidade das experiências capazes de serem amplamente abarcadas pela ressemantização do quilombo na atualidade. Ou seja, mais do que uma realidade inequívoca, o quilombo deveria ser pensado como um conceito que abarca uma experiência historicamente situada na formação social brasileira. (LEITE, 2000, p. 342).

Neste sentido, a ABA juntamente com o Grupo de Trabalho sobre Comunidades étnicas deram ‘parecer em relação ao Documento do Grupo de Trabalho<sup>7</sup> com o conceito de “remanescente de quilombo”. Os militantes procuravam ver o conceito de quilombo como um elemento aglutinador, capaz de expressar, e nortear aquelas pautas consideradas cruciais à mudança, que pudesse dar sustentação à afirmação da identidade negra ainda fragmentada pelo modelo de desenvolvimento do Brasil após a abolição da escravatura.

---

<sup>7</sup> Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais (Rio de Janeiro, 17-18 de outubro de 1994), produzido a partir de uma reunião que precedeu o XIX Encontro da ABA (Niterói, 20-27 de março de 1994) e que contou com a participação de Ilka Boaventura Leite, Neusa Gusmão, Lúcia Andrade, Dimas Salustiano da Silva, Eliane Cantarino O'Dwyer e João Pacheco de Oliveira (que assina o documento, como presidente ABA) (ARRUTI, 2008).

O conceito de quilombo formulado pela ABA ampliou a visão do fenômeno dando-lhe maior pertinência em relação ao pleito já formulados. Faltava identificar o sujeito de direito e os critérios normativos para os procedimentos e etapas a serem cumpridos, ou seja: a titulação das terras e as responsabilidades e competências dos atores sociais, que seriam envolvidos. A partir daí, foram considerados, principalmente, os interesses conflitantes sobre o patrimônio material e cultural brasileiro, juntamente com as questões que envolviam a identidade cultural e política das minorias (LEITE, 2000).

Segundo Arruti (2008), o documento da ABA inicia reconhecendo que:

Ainda que tenha um conteúdo histórico, o termo “quilombo” vem sendo “ressemantizado” pela literatura especializada e pelas entidades da sociedade civil que trabalhavam junto aos “segmentos negros”, e partindo de uma definição negativa – o documento propõe que os quilombos sejam tomados como ‘grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar’, cuja identidade se define por ‘uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados’. Nesse sentido, eles constituiriam ‘grupos étnicos’, isto é, ‘um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão’, segundo a definição de Fredrick Barth (ABA, 1994 apud ARRUTI, 2008, p.2)

As discussões que nortearam os novos significados de quilombo, ocorrida em outubro de 1994, realizada pelo Grupo de Trabalho da ABA. Estava destinado ao Seminário das Comunidades Remanescentes de Quilombos, promovido pela Fundação Cultural Palmares.

O que estava em pauta era aplicação do artigo 68 do ADCT, da Constituição Federal, que, “[...] confere às Comunidades Remanescentes de Quilombos o direito ao Título de Domínio de posse das terras que ocupam” (BRASIL, 1988, art.68). No entanto, apesar das diversas discussões em busca de um novo conceito de quilombo nenhum conceito ficou determinado. E por ser um assunto muito polêmico, o debate deveria continuar. Dessa forma, o conceito de quilombo ainda continua em construção (ARRUTI, 2008).

## 2.2 ASSOCIAÇÕES DE QUILOMBOLAS E MOVIMENTO SOCIAL

O artigo constitucional criado em meio a discussões sobre reparação cultural e simbólica, foi viabilizado pelo fato dos estudos sobre tais formações camponesas se realizarem justamente em uma região marcada por forte presença de um campesinato negro e

nas quais também realizavam-se as primeiras iniciativas de organização das “comunidades negras rurais”. Segundo Almeida (2006, p.80):

[...] As formas associativas, dos “novos movimentos sociais” estabelecem uma solidariedade ativa entre os sujeitos, delineando uma “política de identidades” e consolidando uma modalidade de existência coletiva, entre eles e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Esses grupos correspondem a territorialidades específicas onde realizam sua maneira de ser e asseguram sua reprodução física e social ou seja, cada grupo constrói socialmente seu território de uma forma própria, a partir de conflitos específicos em face de antagonismos diferenciados.

A primeira articulação dessas comunidades se deu no Pará, em 1985, por meio dos Encontros de Raízes Negras. No Maranhão, a organização de informações sobre tais comunidade teve início em 1986, por iniciativa de militantes do Centro de Cultura Negra (CCN), que começavam a visitar os agrupamentos negros do interior do estado para articular o I Encontro das Comunidades Negras Rurais do Maranhão, já visando às discussões relativas à redação da nova Carta Constitucional Federal (ARRUTI, 2008).

O Projeto Vida de Negro, surgido no encontro de 1987 com o objetivo de mapear as comunidades negras rurais do estado e levantar as formas de uso e posse da terra, manifestações culturais, religiosidade e memória oral, serviu de base para a organização de novos encontros estaduais e das microrregiões que se realizaram nos anos seguintes e que fomentaram o surgimento de várias entidades do movimento negro nos municípios do interior (CCN/SMDDH, 1998 apud ARRUTI, 2008, p. 11)

O Movimento Quilombola, criado em 1995, e vinculado à Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), se articula como resistência às medidas governamentais e contra os impactos provocados por “grandes obras”. Como exemplo é citado o Quilombo de Jambuaçu, que teve em seu território a construção de um mineroduto. Mas outros territórios de Quilombo tem sido impactados com barragens, gasodutos e bases militares. De acordo com Almeida, (2006, p. 80) “[...] As novas denominações que designam os movimentos de forma organizativa demonstram as transformações políticas desses grupos que tem capacidade de mobilização frente ao Estado e em defesa de seus territórios que estão sendo construídos socialmente”.

Os movimentos sociais passaram a exercer grande influência sobre a organização de comunidades negras rurais em várias regiões do país e criam condições necessárias para uma articulação com os Remanescentes de Quilombos. Isso contribui para que a interpretação e os

argumentos que são produzidos possam dar conta das situações ali existentes e alcance projeção nacional.

Este novo agenciamento do quilombo implicou no deslocamento do seu uso e significados que lhe eram atribuídos pelo movimento negro das grandes capitais, para os significados que ganhava no contexto da militância agrária do movimento negro das capitais periféricas, notadamente do Maranhão e do Pará. Desde então, essa associação entre quilombo e a terra é reivindicada nos textos de reflexão jurídica (ARRUTI, 2008).

[...] A implicação que decorre da relação entre as ressemantizações históricas e constitucional de quilombo estabelece uma espécie de genealogia para o artigo 68 -ADCT-88, Mas a possibilidade de sua efetivação passou a depender de uma segunda genealogia seria a que nasce no campo da militância pela Reforma Agrária e nos estudos sociológicos sobre o direito camponês, que tem por foco as regras e padrões específicos de transmissão, controle e acesso à terra. (ARRUTI,2008, p. 17).

Essa militância havia tentado fazer com que a Constituição de 1988 avançasse na direção de mecanismos gerais de reforma agrária e, também, no reconhecimento das modalidades específicas de direito à terra, os quais são fundamentais para a manutenção dos modelos de vida tradicionais encontrados nas regiões do país (TRECCANI, 2006, p. 100).

O embargo total dos novos mecanismos de reconhecimento e de reforma agrária na Constituição levou com que, o artigo 68 ADCT-88, figurasse aos olhos da militância agrária como uma alternativa viável às suas demandas. As expectativas eram de que o citado artigo constitucional corrigisse o Plano Nacional de Reforma Agrária:

[...] O Art.. 68 aparecia como instrumento que poderia fazer o ordenamento jurídico nacional reconhecer a legitimidade das modalidades de uso comum da terra, que remetem um direito popular anterior e/ou alternativo ao regime implantado com a lei de terras de 1850 e seus desdobramentos. (ARRUTI, 2008, p. 15)

### 2.3 QUILOMBOLAS A PROCURA DE GARANTIAS DE DIREITOS

A partir dos debates e as manifestações no cenário político nacional a questão quilombola entrou na agenda das políticas públicas, cujo artigo 68 das Disposições Transitórias prevê o reconhecimento da propriedade das terras dos “remanescentes das comunidades de quilombos”. Segundo o Art. 68 do ADCT: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”, que naquele momento

histórico representava as populações negras rurais que possuíam como traço comum a descendência de comunidades formadas a partir de escravos. Isto porque subjacente ao texto constitucional e presente no senso comum estava à noção de que tais comunidades advinham exclusivamente de fugas de escravos e se constituíam em comunidades isoladas que resistiam a ações de recaptura.

Dentre os direitos emanados da Constituição de 1988, o Art. 68 do ADCT prevê o reconhecimento legal dos chamados “remanescentes de quilombos”. O direito intitulado quilombola emerge no cenário nacional como um dos vetores representativo de grupos até então invisíveis no cenário político nacional e com um reduzido grau de mobilização (LEITE, 2008, p. 91).

Desde a sua aprovação o Art. 68 foi o objeto de discussão para o reconhecimento de direitos étnicos. Com base nesse artigo as comunidades quilombolas rurais e urbanas em todo o Brasil, com o apoio de organizações do movimento negro, de pesquisadores e de representantes de entidades governamentais, começaram a se organizar em torno desses grupos para pleitear direitos territoriais.

[...] Após ter sido vetado pelo governo, voltou a pauta na Câmara e no Senado por forte pressão dos movimentos sociais favoráveis aos direitos quilombolas. Tendo como resultado o Decreto 4887/2003. Esse Decreto veio complementar o Art. 68 da ADCT, [...] e consolida uma nova ordem legal, cujos propósitos atualizam e exprimem o que se expressa na Lei Maior, ou seja a proteção às coletividades indígenas e quilombolas (LEITE, 2008, p. 97).

O Art. 68 do ADCT, o Decreto Federal 4.887/2003 além de outros instrumentos normativos passaram a fazer parte da matéria como: as Instruções Normativas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Convenção 169 da OIT, que institucionaliza o critério da autodefinição para o reconhecimento dos grupos étnicos, e, mais recentemente, o Decreto no 6.040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Entretanto, essa vasta Legislação “[...] esbarra em diversos preconceitos e barreiras calcificadas desde a ordem jurídica hegemônica” (LEITE, 2008, p. 96).

Após a publicação do Decreto no 4.887, de 20 de novembro de 2003, houve várias manifestações de pessoas, grupos, empresas, entidades sindicais e partidos políticos, contrários ao direito das comunidades quilombolas.

Tanto que essas discussões a respeito dos territórios quilombolas tornaram-se explícitas em razão das contestações ao processo de reconhecimento étnico dessas comunidades, que pleiteavam direitos territoriais. Como exemplo foi citado o Partido da Frente Liberal (PF), atual Partido Democratas (DEM), que em 2004, impetrou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) contra o Decreto 4.887/2003, que regulamenta as terras quilombolas.

O Projeto é de autoria do deputado Valdir Colatto (DIM-SC), contrário aos direitos já conquistados pelas minorias, através dos novos dispositivos legal, o qual propõe a suspensão da aplicação do referido Decreto e a modificação do artigo 68 – ADCT. “[...] Recentemente, o governo federal criou um grupo de trabalho que modificou a instrução normativa do INCRA. Como resultado dos trabalhos instituiu-se a IN 49 em setembro de 2008”. (LEITE, 2008, p. 96).

Além da forte oposição montada para que não se institucionalizem determinados instrumentos necessários à operacionalização do Art. 68 os pleitos das comunidades e os procedimentos administrativos, em andamento, não têm resultado em titulações<sup>8</sup> das terras. Apesar de não ocorrer alterações na situação fundiária não tem garantido a priorização de suas demandas por regularização territorial.

O Estado brasileiro tem desenvolvido diversas ações para a regularização fundiária das terras quilombolas e implantado políticas públicas aos grupos reivindicantes dessa identidade social geradora de direitos territoriais. Contudo, essas disposições jurídicas não têm contrapartida nas instituições responsáveis pela execução de políticas.

O Estado delegou aos órgãos estatais, como a Fundação Cultural Palmares, que assumiu entre outras responsabilidades a de conceder a certidão de auto - reconhecimento das terras quilombolas e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que por meio do INCRA, compete o processo administrativo de titulação das terras. Entretanto ainda existe um grande número de comunidades quilombolas que demandam reconhecimento e regularização fundiária. (ARRUTI, 2008). Para Almeida (2006, p.17):

[...] O reconhecimento público do número inexpressivo de titulações que foram realizadas funcionou como justificativas para uma ação governamental específica. O Decreto 4887 regulamenta o procedimento para identificação,

<sup>8</sup> O Decreto 4887 de 20 de nov. de 2004 foi instituído para regulamentar o Art. 68 da ADCT e para o reconhecimento e titulação das terras dos remanescentes de quilombo. Entretanto, existe certa burocracia enfrentada pelos quilombolas por ocasião do processo de regularização de suas terras. Dez meses após assinatura do Decreto foi constatado que os processos para operacionalizar as ações para titulação das terras dos quilombolas permanecem paralisadas (ALMEIDA, 2006).

reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos. Este ato do Poder Executivo corresponde à necessidade de uma intervenção governamental em razão da gravidade do conflito envolvendo as comunidades quilombolas.

Esses grupos tiveram que enfrentar muitos questionamentos sobre a legitimidade de apropriação de um lugar, cujo espaço pudessem se organizar conforme suas condições, valores e práticas culturais. “[...] A segregação social desse grupo se deu mais através das práticas sociais que prefiguram o quadro de mobilidade do que propriamente no imaginário social da nação” (LEITE, 2000, p.334).

Nos últimos vinte anos, os quilombolas, organizados em associações, reivindicam o direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivadas para moradia e sustento. Esse é o caso das comunidades quilombola de Jambuaçu, do qual trataremos a seguir.

#### 2.4 OS QUILOMBOS DO TERRITÓRIO DE JAMBUAÇU

O vale do rio Jambuaçu, afluente do rio Moju<sup>9</sup>, no município de Moju, é ocupado há centenas de anos por afro-descendentes. O território de Jambuaçu está localizado a 25 km de Moju. É perpassado pelo igarapé do mesmo nome, e habitado por grupos auto identificados como quilombolas que têm como meio de sobrevivência a agricultura, extrativismo de frutas, a caça e produção de farinha para consumo e venda. A região é coberta por floresta amazônica e por campos naturais, mas atualmente a cobertura vegetal nessa região se apresenta alterada, em fragmentos de vegetação nativa.

No vale do Moju foram abertos canaviais nos séculos XVIII e XIX. Desta forma, a floresta primária tem sido gradativamente substituída por capoeiras, capoeirões e algumas ocorrências de pasto, que é o plantio artificial de espécies forrageiras para fins de pastagens. Essas mudanças intensificaram-se desde os anos 80 do século passado devido aos efeitos negativos da expansão do dendê, das fazendas de gados e de obras de infraestrutura entre eles

---

<sup>9</sup> Situated in the Zona Guajarina, Moju, significa “rio das cobras” em tupi. É um município localizado no nordeste paraense, a 257 km da capital Belém. Possui aproximadamente 62 mil habitantes (Estimativa IBGE/2006, 2007), a maioria residente na área rural, e é perpassado pelo rio de mesmo nome. Segundo fontes da historiografia (SALLES, [1971]; 2005; GOMES, 2005) era um rio fortemente utilizado para o tráfego econômico no século XVIII. O município faz fronteira com outros oito: Breu Branco, Tailândia, Barcarena, Acará, Baião, Mocajuba, Igarapé-Miri, Abaetetuba, tendo os últimos cinco deles registros de presença de quilombos (MDS11, 2006; TRECCANI, 2006)

o mineroduto e a linha de transmissão, obras implantadas pela Companhia Vale do Rio Doce (PEREIRA, 2008).

Nessa região estão localizadas as 15 comunidades de remanescentes de quilombos, legalmente representadas por 11 associações, das quais sete já possuem o título de domínio coletivo das terras entregue pelo Instituto de Terras do Estado do Pará (ITERPA), por meio da Lei Estadual N° 165/98 e Decreto Estadual 3.572/99. Esse estatuto está fundamentado no que estabelece o artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal. O quadro (1) mostra as 15 comunidades quilombolas de Jambuaçu.

**Quadro 1 - Comunidades de remanescentes de quilombos de Jambuaçu e suas respectivas associações.**

<b>Comunidade</b>	<b>Associação/Data de fundação</b>	<b>Data de Titulação</b>	<b>Área(ha)</b>
1. São Bernardino 2. Vila Nova 3. Nª Srª. das Graças 4. Bom Jesus do Centro Ouro	Associação Remanescente de Quilombo Filhos de Zumbi. Data de Fundação: 13/06/2002	23/11/2006	5.243,1400
5. Santa Luzia do Traquateua	Associação Remanescente de Quilombo Santa Luzia do Traquateua.- Data de Fundação: 16/07/2002	30/11/2009	342,3018
6. Santa Maria do Traquateua	Associação Quilombola de Santa Maria do Traquateua -Data de Fundação: 16/07/2002	20/11/2005	833,3833
7. São Sebastião	Associação Remanescente de Quilombo São Sebastião - Data de Fundação: 14/06/2002	30/11/2009	962,0094
8. Santo Cristo	Associação Remanescente de Quilombo Santo Cristo - Data de Fundação: 23/09/2002	23/08/2003	1.767.0434
9. Santana do Baixo	Associação Remanescente de Quilombo Santa Ana do Baixo - Data de Fundação: 30/04/2005	30/11/2009	1551,1216
10. Conceição do Mirindeua	Associação Remanescente de Quilombo Conceição de Mirindeua - Data de Fundação: 20/03/2004	20/11/2005	2.393,0559
11. Santa Maria do Mirindeua	Associação da Comunidade Quilombola de Santa Maria do Mirindeua - Data de Fundação: 06/02/2002	23/08/2003	1.763,0618
12. São Manoel	Associação Quilombola dos Agricultores de São Manoel Data de Fundação: 15/06/2002	20/11/2005	1.293,1786
13. Jacundaí	Associação Remanescente de Quilombo Oxalá de Jacundaí - Data de Fundação: 12/06/2002	23/11/2006	1.701,5887
14. Ribeira do Jambuaçu	Associação Quilombola Oxossi da Comunidade Ribeira. Data de Fundação: 20/11/2006	02/12/2008	1.303,5089
15. Santa Luzia do Poacê	Associação da Comunidade Remanescente de Quilombos de Santa Luzia do Bom Prazer	Em processo De Titulação	1.852,4599

**Fontes: PNCSA/ITERPA (2007)**

Somado a extensão de cada comunidade é calculado um território quilombola com, aproximadamente 21 mil hectares de terra. Este se encontra localizado na mesorregião do Pará e na

microrregião de Moju, situada no planalto rebaixado do baixo amazonas.

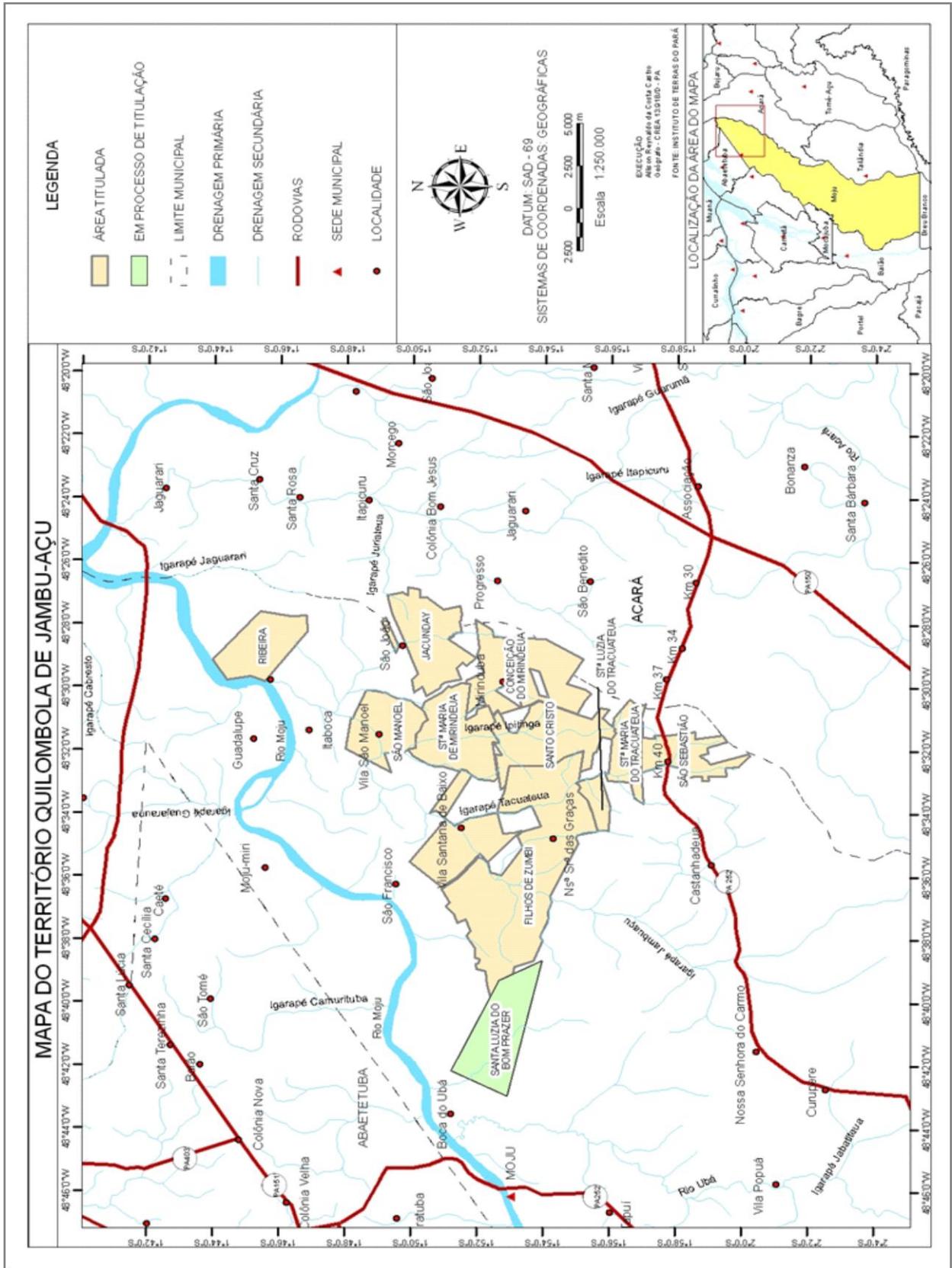
As comunidades desse território possuem uma estrutura territorial que compreende uma área de maior ocupação (vila), por eles denominada de “Quadro do Santo”. Essa área é comunitária e nela estão instaladas: a igreja, a escola, o centro comunitário, o comércio, o campo de futebol, entre outras estruturas de apoio a comunidade. As vilas estão localizadas em “terra firme”, em oposição às várzeas ou ilhas, e são em essência iguais, no que diz respeito à organização espacial. Na área rural das comunidades as moradias estão esparsamente distribuídas ao longo dos igarapés Jambuaçu e Tracoateua e também das estradas internas. Nessa área estão os “sítios” que são as áreas demarcadas pelos quilombolas para a coleta de frutos (PEREIRA, 2008).

Até 2006 contavam-se centenas de castanheiras parte dela foram derrubadas para passagem do mineroduto e da linha de transmissão, e ainda a estrada que corta o território e dá acesso a sede municipal. Nesta micro-região de Jambuaçu, a atividade de coleta de Castanha-do-Pará tem diminuído notavelmente com o impacto destas intervenções.

A maioria dos moradores das comunidades planta e produz de maneira coletiva, de uma forma que as unidades domésticas se adaptaram ao tipo de produção requerido pela qualidade do solo, o qual difere de uma comunidade para outra.

Os quilombolas de Jambuaçu nutrem uma relação positiva, no que concerne à identidade, com o município de Moju ao qual pertencem oficialmente: se consideram “mojuenses”. A história dos remanescentes de quilombos desse território está fortemente articulada com a deste município (PEREIRA, 2008)

Mapa 1 - Localização do Território Quilombola de Jambuaçu



Fonte: ITERPA (2010)

No território quilombola de Jambuaçu existe uma história marcada por resistências, conflitos e tensões vivida, pelos habitantes do local desde a chegada das grandes empresas capitalistas. É neste universo de enfrentamentos que vamos encontrar as raízes da memória e da história, desse grupo étnico, a qual se mantém viva entre seus descendentes e possibilita a constituição da identidade e do sentido de pertença a esse território. Esses fatores conferem ao grupo o direito e a posse de suas terras, como um símbolo de luta iniciada pelos antepassados e que se perpetua até os dias atuais. Acevedo Marin; Castro (2004, p.50) afirmam ser:

[...] essencial esse tipo de estudo para analisar o sistema de parentesco, as formas de territorialização, a organização social, cultural e processos de emergência da identidade. Trata-se de estruturas complexas cuja base principal está na memória dos informantes, pois em muitos casos inexistente o registro paroquial.

Logo no início do trabalho de pesquisa fui buscar informações com os moradores mais antigos do local sobre a formação do território de Jambuaçu. No entanto não se têm informações precisas das origens do território de Jambuaçu<sup>10</sup>, mas sabe-se através dos mais antigos, que muitos nasceram e foram criados nessa localidade ou oriundos do município de Moju. Outros vieram de locais próximos ou de outros estados com intuito de emprego e lá firmaram residência e formaram família, e, em muitos casos, seus ascendentes nela já se encontravam. Segundo Pereira, (2006, p. 17) “[...] o tempo de ocupação e parentesco entre as famílias, e pela idade dos entrevistados mais velhos, todos nascidos no território, pode-se estimar que ocupem a região há pelo menos 120 anos”.

Os primeiros núcleos foram formados por negros e índios<sup>11</sup>. De acordo com Acevedo Marin e Castro (1998, p. 67):

[...] A organização social alternativa do quilombo, reunindo índios, escravos, foros, nasce com a visibilidade negativa por representar limites e afronta à sociedade escravista. O quilombo foi positivamente o limite do regime de propriedade e de produção escravista, como também, do domínio social e político articulado a essa formação social.

<sup>10</sup> Em 1856, a população de cor (livre e escrava) em Moju era 7.044. Cem anos depois, em 1950, o dado era de que a população de pretos no município de Moju era de 2.013, e pardos, 9.648. Estes números são relevantes para que possamos ter idéia de como o Pará como um todo, e especialmente a região de Moju, onde se localizam as comunidades quilombolas de Jambuaçu, contou com uma população expressiva de escravos de origem africana desde o início da ocupação não indígena da Amazônia, no século XVII (SALLES, 1971).

<sup>11</sup> De acordo com Santos (2010), as relações interétnicas entre negros e índios ocorrem desde os séculos XVIII e XIX, especialmente nos quilombos “históricos”. Nessa relação, há um consubstanciamento de práticas ligadas ao trabalho na terra bem específicas. Os contatos contínuos entre dois povos pode resultar em miscigenações e empréstimos culturais que os grupos envolvidos se vêem culturalmente unidos. GOMES, 2005, p. 179).

Os dados fornecidos pela Coordenação das Associações - BAMBAÊ (2006, p. 28), dão conta que: “[...] As famílias que moram no Território quilombola de Jambuaçu, estão em suas áreas há pelo menos 50 anos, e as que nasceram no local, há mais de 70 anos”. De acordo com Leite (1995, p. 116) “[...] esses fatores reunidos engendram um sentimento de pertencimento entre os membros de uma mesma coletividade”.

Os quilombolas compartilham este território e trajetórias comuns; Nele tem produzido durante mais de um século meios de vida, relações comunitárias étnicas e patrimônios imaterias.

Segundo estudos técnicos de arqueólogos e paleontólogos do Museu Emílio Goeldi realizado em 2005, conferem-se materiais sobre as origens e a ancestralidade desse território. Nele foram encontrados vários sítios arqueológicos.

Mas, é, sobretudo, a oralidade e memórias trazidas no presente que tem relevância para a construção da identidade coletiva. Acevedo Marin e Castro (1999, p. 36) analisam que “[...] O processo de reconstrução da identidade, para o grupo não obedece a uma elaboração linear mecânica. A memória oral ajuda a verificar como eles se constituíram até o presente. Os discursos podem trazer os extremos de uma memória fragmentada”.

## 2.5 PLANOS SOCIAIS NO ESTUDO DOS QUILOMBOLAS DE JAMBUAÇU

Como já foi citado anteriormente, o território de Jambuaçu está constituído por 15 comunidades quilombolas, legalmente representadas por 11 associações, das quais nove já possuem o título de domínio coletivo das terras entregue pelo ITERPA, por meio da Lei Estadual N° 165/98 e Decreto Estadual 3.572/99.

Esse estatuto está fundamentado no que estabelece o artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988. O Estado do Pará passou a elaborar leis, programas e instituições para dar cumprimento a esse decreto estadual.

As Associações quilombolas como instâncias representativas da própria comunidade, “[...] objetiva fortalecer os pleitos de terra e de projetos de desenvolvimento, bem como ampliar os projetos políticos dos grupos” (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 1998, p.11). As Associações estão subordinadas ao Conselho das Associações de Remanescentes de Quilombo de Jambuaçu/Moju - BAMBAÊ. Segundo Almeida, et al. (2008, p. 28):

[...] Criar associações torna-se um instrumento básico para categorizarem-se a si mesmos, mediante o poder do Estado. As relações associativas, mesmo

significando relações contratuais e liberdade individual de mobilizações e de reunião, não se separam rigidamente das relações comunitárias.

Existem outras comunidades circunvizinhas ao território que ainda não se auto-definiram ou auto-identificaram, mas elas possuem fortes relações comunitárias e de vizinhança com os quilombolas de Jambuaçu. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no seu Art. I deixa bem claro que:

[...] o critério de distinção dos sujeitos é o da consciência, ou seja, da auto-definição. Em outras palavras, é o que o sujeito diz de si mesmo em relação ao grupo ao qual pertence. A maneira como se auto-representam reflete a representação sobre eles põe aqueles com que interagem com eles. (SHIRAISHI NETO, 2007, p. 45).

De 2001 a 2003 o ITERPA, iniciou a titulação coletiva com cinco comunidades, com base no Artigo 68 – ADCT da Constituição de 1988. Em 2005 e 2009 foram tituladas mais nove, restando apenas uma comunidade, a de Santa Luzia do Poace, que se encontra em processo de titulação. Abaixo mostra um momentos em que é realizada a reunião ara titulação de comunidade dev Poacê.



**Fotografia 1** – Essa reunião ocorreu no dia 22 de março de 2011 na comunidade de Santa Luzia do Bom Prazer Poacê. Por ocasião do processo de auto- definição da referida comunidade.

**Foto de Haydeé Fonseca ( 22/03/2011**

Após o último levantamento realizado pela BAMBAÊ, os Presidentes de associações quilombolas em 2008 identificaram-se 616 famílias no Território, que totalizam 2.973

habitantes, com uma média de quatro pessoas por família. Nas observações das Associações e o próprio Conselho afirmam ter havido aumento no número de famílias e seus membros, calculando mais de 800 pessoas. (RELATÓRIO das atividades das comunidades..., 2006).

O conhecimento desta unidade social pode ser feita mediante o estudo, não aprofundados dos vários planos de sua organização: religiosa, físico-espacial, econômico.

No plano da comunidade religiosa é possível a partir das entrevistas observar que a maioria das famílias do Território Quilombola de Jambuaçu declara-se católica, entretanto há pessoas, que pertencem a outras denominações como evangélicos da Assembléia de Deus, Adventistas do Sétimo Dia. Em alguns relatos informam a realização de cultos de religiões afro, mas nenhuma família destacou essa opção religiosa. É de supor que tal silêncio em relação à existência de cultos afro nesse local pode ser em função do preconceito que existe em relação com os praticantes desses rituais.

A superação do preconceito exige um processo de conhecimento e conscientização sobre a importância da cultura afro-brasileira. Segundo Campelo (2006, p. 152) “[...] O silenciamento sobre as religiões afro-brasileiras também aparece quando grupos pensantes da sociedade nacional criaram o mito da democracia racial”.

A cultura de origem africana, transformada em cultura afro-brasileira pelo processo histórico, tem sido pouco reconhecida e valorizada, principalmente, em seu aspecto religioso. Esta cultura, vista até bem pouco tempo como “cultura dominada”, raras vezes se viu representada em seus valores próprios. Entretanto, os cultos afro-brasileiros tiveram um importante papel na formação da cultura brasileira.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 dispõe que, toda e qualquer forma de expressão, seja coletiva ou individual, que faça referência à sua identidade, será considerada como patrimônio cultural brasileiro, sendo um direito que será garantido pelo Estado, podendo ter um pleno exercício dos direitos culturais. As várias manifestações culturais brasileiras têm a garantia do Estado, asseguradas pelo dispositivo nos artigos 215 e 216, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2005).

Reuniões do Conselho, das Associações são precedidas por uma oração das pessoas posicionadas em círculo e de mãos dadas. Este ritual constrói sentimentos de solidariedade e confiança intragrupo. Em várias oportunidades presencie este momento de confraternização e solenidade na comunidade política que se orienta também por valores religiosos.



**Fotografia 2-** A foto mostra um momento de reunião após o ritual de oração, realizado no Escritório BAMBÂÊ, localizado na comunidade N.S; das Graças, em Jambuaçu.

**Foto de Haydeé Fonseca (23/03/2011)**

O segundo plano para esta descrição é a estrutura territorial de cada povoado; Eles possuem uma configuração que compreende a área mais densamente ocupada denominada de vila, e por eles denominada de “Quadro do Santo”. O usufruto deste segmento é realizado pela comunidade e nela estão instaladas: a igreja, a escola, o centro comunitário, o comércio, o campo de futebol. As vilas estão localizadas em “terra firme”, são parecidas quanto à organização espacial (PEREIRA, 2008).

Fora deste espaço das comunidades as moradias estão esparsamente distribuídas ao longo dos igarapés Jambuaçu e Tracoateua e também das estradas (ramais e ainda os denominados atalhos).

Nesse segmento estão os sítios, as roças, áreas demarcadas pelos quilombolas para a coleta de frutos (PEREIRA, 2008). Esses espaços de uso comum se diferenciam das residências, com seu entorno compartilhado por várias famílias. As casas são construídas de madeira beneficiadas no próprio quilombo. Poucas são de alvenaria, entretanto a tendência é se generalizar esse padrão.

Nos locais mais afastados como os que margeiam o Rio Jambuaçu, a formação do ecossistema é de mata mais fechada com muitas árvores, algumas frutíferas, que ficam nas

proximidades dos domicílios. Nesses lugares, a separação entre uma residência e outra é dada pela organização de sítios, com frutais e com animais de criação (aves, porcos e cachorros).

Os sítios correspondem à extensão de uma área onde são cultivados plantios de frutas e árvores que fornecem madeira de lei e produtos não madeiráveis. Essas terras com capacidade de utilização pelos grupos familiares são apropriadas de acordo com regras de uso comum, sendo essas as principais atividades executadas pelos quilombolas.

Os sítios podem ter um ou mais proprietários dentro da mesma família. Em todas as vilas há pelo menos uma casa de farinha em funcionamento, utilizada coletivamente pelas unidades domésticas. Para Acevedo Marin e Castro (1999, p. 101) “[...] O trabalho em suas formas variadas é fundamental para a construção do vínculo social, a formação da identidade e da cultura do grupo, a comunicação entre gerações e entre famílias”.

A roça é o espaço próximo da casa onde é feita a plantação. Nelas se cultiva várias espécies de frutos e para subsistência da família que vive na área e para os que visitam a família nos fins de semana. A roça se traduz em um espaço para o plantio de alimentos, sendo um espaço permanente de uso e manutenção do solo. Trata-se de plantio praticado por várias pessoas pertencentes a uma família.

Segundo informações de famílias, que residem próximo aos os roçados estes podem ser feitos em qualquer época do ano. Almeida (2009) reinterpreta a centralidade social do sítio e da roça que se aproximam com as observações feitas no território quilombola de Jambuaçu:

[...] Os sítios, onde estão os roçados, são áreas de mato, que vão até um determinado marco estabelecido, pelo grupo, que indica os limites com outros povoados próximo. Essas áreas agricultáveis são imprescindíveis para a sobrevivência e reprodução física e social dos moradores. Além das roças convencionais, que são próximas do povoado, existem os chamados centros onde a produção seria mais expressiva (ALMEIDA, 2009, p. 95).

Quanto aos igarapés são ainda muito utilizados pelos grupos domésticos. Em algumas comunidades, ainda que exista o serviço de abastecimento de água o acesso a um igarapé ou ao rio é de fundamental importância e faz parte das práticas locais.

Os igarapés, matas, além da grande variedade de espécies frutíferas, são riquezas que mantêm a atividade extrativista no território. Os recursos naturais são oportunidades e possibilidades de troca entre os grupos e de trocas relativamente regulares por meio de vendas na sede. Para Acevedo Marin e Castro (2004, p. 129) “[...] O sítio histórico, o igarapé e até

árvores, fazem parte de um conjunto de símbolos com o qual o grupo se relaciona e também é relacionado”.

## 2.6 USO DA TERRA PARA CULTIVOS DE ALIMENTOS BÁSICOS

Os quilombolas de Jambuaçu passaram de “trabalhadores rurais” para uma identidade coletiva produto de uma política de identidade que os conduz para o auto-reconhecimento como quilombolas. Uma característica do grupo é a concepção de formas de uso e apropriação comum os recursos naturais: florestas, campos e pastagens, bem como outras atividades produtivas como o extrativismo, a agricultura e a pesca. Nesse território, são desenvolvidas relações familiares, sociais e políticas. Igualmente nele e sobre eles desenvolvem saberes. Trata-se de uma trama de vínculos afetivos e sociais referidos com o território. A identidade étnica e o sentimento de pertença são associados na interpretação de Acevedo Marin e Castro (2004, p. 49):

[...] O processo de construção da identidade de um grupo não se dá de forma linear ou mecânica: atores sociais, em um determinado contexto, vivem a experiência de definir um nos em relação a um outro ou a eles. Nessa linha o grupo constrói sua história e produz processos de afirmação étnica e política.

Os 15 povoados aos que estão referidas as comunidades estão distribuídos em área de várzeas e terra firme, onde continuam plantando e produzindo de maneira coletiva. Ao longo do tempo aprenderam a desenvolver diferentes estratégias de uso dos recursos naturais, de forma que as unidades domésticas adaptam um tipo de produção requerido pela qualidade do solo, diferente de uma região para outra.

Na região de Jambuaçu distribuem-se árvores de Castanha-do-Pará. Segundo os entrevistados mais antigos, a coleta de castanha gerou mais renda no passado, assim como o corte de madeira, juntas com o cultivo da mandioca, serviam como a base econômica das famílias.

Nos dias atuais as estratégias de obtenção de renda pelas famílias quilombolas de Jambuaçu dependem da coleta de frutos e produção de farinha, parcialmente direcionadas para a venda no mercado. Os assalariados dos povoados trabalham nos empreendimentos de dendê da MARBORGES e AGROPALMA S. A. Contam-se grupos familiares que recebem aposentadoria, Bolsa-Escola, Bolsa Família, de acordo com levantamento da BAMBAÊ no seu Relatório de 2006.

No território quilombola de Jambuaçu a produção de farinha é uma das principais atividades das famílias, sendo beneficiada em casas de farinhas comunitárias. Parte da produção é para o consumo doméstico, sendo seu excedente vendido para fora da comunidade, por marreteiros intermediários, que passam pela área comprando para revender em outros locais. Os marreteiros, ou atravessadores, efetuam a exploração local do trabalho dos quilombolas. A produção de farinha de mandioca pode ser considerada um bem homogêneo em mercados específicos, mas não no mercado global. Mesmo nas regiões Norte e Nordeste, as farinhas apresentam características que as distinguem e as tornam específicas.

O processo de produção da farinha de mandioca (*jatropha manihot*) começa no plantio e não apresenta uso de tecnologia dita moderna, sendo a mão-de-obra empregada, do tipo familiar. Depois da colheita da raiz, a mandioca é levada direto da roça para a casa de farinha, onde é descascada e colocada na água para amolecer e fermentar ou pubar. Em seguida, é triturada ou ralada. A mandioca ralada vai caindo em um cocho, sendo depois prensada.



Depois de peneirada e torrada, a farinha está pronta para o consumo.

**Fotografia 3-** A foto mostra o momento em que as famílias da comunidade de Santa Luzia do Bom Prazer Poacê, se reúnem para o trabalho coletivo, na produção de farinha.

**Foto de Haydeé Fonseca (10/05/2011)**

Trata-se de uma produção familiar e também coletiva, pois as casas de farinha são compartilhadas por diversas famílias. O beneficiamento apresenta alguma semelhança com

outras produções. O cultivo da mandioca é um dos mais explorados pelos quilombolas (ACEVEDO MARIN; CASTRO,1998). Na comunidade de Santa Luzia do Poace existe uma casa de farinha coletiva, onde as famílias trabalham na sua fabricação. Essa casa de farinha tem uma estrutura de construção com metade das laterais em alvenaria e a outra metade toda gradeada; o piso é cimentado com cobertura de telha de barro.

No interior do barracão encontram-se alguns equipamentos necessários para a fabricação da farinha, como o forno, a caixa de ralar mandioca e a caixa de coar. Os instrumentos utilizados na produção da farinha são de fabricação na comunidade e outros adquiridos de fornecedores.

Por ser essencial à alimentação desses grupos a farinha é um dos principais produtos para subsistência e comercialização das famílias. É importante que se fortaleça a cadeia produtiva da mandioca, melhorando a eficiência do seu processo de beneficiamento, através da aquisição de novos equipamentos. No tocante à comercialização a elevação do preço do produto contribuiria para a renda desses produtores.

A farinha e o açaí são os principais alimentos da família, bem como mercadoria para venda. Antes o açaí era destinado somente ao consumo local, entretanto, hoje ocupa novos mercados tornando-se fonte de ingressos monetários, pela valorização do fruto no mercado.

## 2.7 PLANO DA VIDA SOCIETAL

Na cultura dos povos tradicionais todos os elementos da vida estão interligados, e fazem parte da organização social do território quilombola de Jambuaçu: religião, política, trabalho, família, lazer. Esses elementos segundo Nascimento (2002, p. 92) “[...] Somente têm sua função plena quando estão intrinsecamente relacionados, e sua existência formal e estrutural está profundamente conectada com a estrutura dos demais itens da vida”.

Esse território possui uma coletividade unida e autônoma em relação aos agentes externos que ganharam maior consciência sobre a posição alcançada no universo do movimento quilombola no Estado do Pará e no Brasil. Este auto-reconhecimento tem se reafirmado de forma mais intensa quando há necessidade de se unir e mobilizar em prol da luta pelo território, o que é consoante com a afirmativa de Acevedo Marin e Castro (1998) a propósito das ações realizadas pelos quilombolas do rio Trombetas.

[...] As ações políticas movidas por esses grupos tem um objetivo reivindicar a permanência na terra e com isso defendem também o reconhecimento de

um regime de uso comum, para esses grupos rurais a continuidade do território é condição de existência, de sobrevivência, os quais compartilham da mesma origem com a qual se identificam e são identificados. (ACEVEDO MARIN; CASTRO,1998, p.10)

A identidade étnica se constitui em mais um elemento fortalecedor dos laços, conferindo sentido para a ação política. A partir daí passam a se articular e planejar melhor suas ações, principalmente no momento de diálogo com os aliados e opositores. Acevedo Marin e Castro (2004, p. 114) destacam que “[...] No interior desta organização social, as estratégias de unidades familiares são elaboradas e se correspondem com sistemas simbólicos e cultural. Esta formação societária está também associada ao contato e ao confronto de outros grupos étnicos”.

Uma observação recorrente nesta pesquisa é o fato da maioria das pessoas terem nascido nos povoados e constituírem entre si redes familiares. As redes de parentesco existentes na comunidade são estreitadas através do casamento. Quase todos os entrevistados ressaltam os graus de parentesco e os casamentos: em geral, são realizados intra- comunidade, entrelaçando e formando estas redes familiares.

Essas interações que são formadas nas comunidades entre parentes e vizinhos, Santos, (2010), denomina de “rede interquilombos”. Essas redes são essenciais para a troca de informações e principalmente para a segurança desses núcleos. Segundo Santos (2010, p. 22):

[...] após a abolição da escravidão houve criação de redes entre grupos de ex-escravos como também pelas atuais comunidades negras rurais quilombolas. Desse modo, as interações que ocorrem entre eles é uma estrutura dinâmica, mas não é isenta de tensões, cujos membros estão em constante interação, por um interesse comum, o qual pode ser recursos, como informações ou solidariedade.

Percebe-se, que existe um grande elo, não só entre parentes, mas também entre vizinhos. Esse vínculo existente interliga atualmente várias comunidades do território de Jambuaçu o que permite caracterizar tanto uma comunidade de vizinhança quanto as relações comunitárias étnicas que se encontram na literatura sociológica de Max Weber (2009).

A pesquisa de campo abriu diferentes possibilidades de observar em atos do cotidiano a materialização dessas redes de relações. Para Elias (2000, p.57), “[...] é necessário na pesquisa, aprender a observar e conceituar sistematicamente o modo como os indivíduos se agregam, como e por que eles formam entre si uma dada configuração ou como e por que as configurações assim formadas se modificam e, em alguns, casos, se desenvolvem”.

Citarei uma destas configurações visualizada no território. Se algum membro da família se retira do povoado, a comunidade é chamada a refletir e decidir a manifestação de uma vontade de retorno a este quando enfrenta dificuldades fora, o que ocorre com os que se deslocaram para a cidade à procura de emprego. O retorno tem inúmeras explicações: precariedade do trabalho (exemplo de trabalho como doméstica e revolta pela exploração), doença, medo ante o elevado índice de criminalidade nos centros urbanos. A comunidade passa a elaborar critérios e justificativa para o retorno e não resulta apenas decisão das famílias, pois todos ficam preocupados pelo fato.

A busca por diferentes opções de trabalho pode explicar a saída de indivíduos de ambos os sexos e diferentes faixa etária, a municípios próximos como Moju e Belém. Este tema não está ausente das discussões das Associações, Conselho, Grupo de Mulheres e ainda na Casa Familiar Rural que refletem ações que garantam a permanência e a união das novas gerações no território.

Na organização comunitária, os grupos familiares são componentes fundamentais na transmissão de conhecimento, valores e princípios para as gerações seguintes. Isso cria a necessidade da proximidade física, talvez por isso, a construção das moradias dos filhos casados não distante das casas dos pais e das avós. Essa forma de se relacionar faz com que se fortaleçam e se mantenham os costumes e tradições, através das experiências dos mais velhos. Nesse sentido, todos, juntos, constituem identidade, na medida em que os indivíduos estão estruturalmente localizados a partir de sua pertença a grupos familiares que se relacionam dentro de um território. Acevedo Marin e Castro (2004, p.113) interpretam que “[...] Os grupos, construindo novos laços e redes sociais são dinâmicos. Essa formação é central para refletir as experiências de autonomia que o grupo consegue desenvolver ao longo do tempo”.

Ainda destacamos no plano físico-espacial registros sobre a infraestrutura de que dispõem ou não os quilombolas. Esta pode ser um elemento favorecedor ou obstáculo à organização de atividades econômicas, educativas, sociais, portanto que permeia diversos aspectos da vida material e social.

A infraestrutura<sup>12</sup> existente diferencia-se em cada povoado. São espaços e serviços de uso comum ou comunitário, que estão disponíveis em todos os povoados pesquisados. A

---

<sup>12</sup> Infraestrutura - São serviços comunitários: Abastecimento de água e energia, telefone público, casa de farinha, escola e o barco da comunidade. Há áreas de trabalho comunitário que incluem os projetos da comunidade que tem fins produtivos, ainda que o acesso seja de uso restrito.

distância de um povoado ao outro e a localização geográfica dos domicílios são fatores que influenciam no acesso à infraestrutura existente em uma comunidade.

Sobre os denominados serviços básicos ou essenciais - a saber, água luz e telefone registro algumas anotações. Recentemente, foi implantada a energia elétrica em quase todos os quilombos, ainda no Governo Lula. Também associado aos recursos repassados pela CVRD. Esse serviço tem modificado o tipo de consumo, tanto de alimentos, que agora podem ser armazenados em geladeiras, como de eletroeletrônicos em geral (aparelho de som, televisão e até mesmo computadores). Inicialmente a energia não havia contemplado todas as famílias do território, caso da comunidade de Santa Maria do Traquateua, que mesmo sem a luz elétrica, assistia ao noticiário e à novela durante a noite.

**Sobre os serviços de comunicação** para fora do território este ocorre frequentemente por telefones celulares que serve geralmente a outros membros da família. No Quilombo Conceição do Mirindeua e Nossa Senhora das Graças existe um telefone público, mas na maior parte do tempo não está funcionando. Algumas pessoas possuem, ainda, telefones celulares com antenas. A única operadora de telefonia celular que dá cobertura em todo território é a VIVO.

Com relação ao **abastecimento de água** e saneamento, observa-se que, geralmente, a água é obtida por caixas de água comunitárias e o sanitário é localizado fora das unidades residenciais, podendo ou não apresentar ligação com fossas.

**Quanto à saúde**, na comunidade N. S, das Graças funciona um posto de saúde, que faz atendimento médico e dentário, durante duas vezes por semana. Os atendimentos são feitos aos quilombolas de Jambuaçu e de outros municípios próximos.

No último levantamento feito pela Fundação Instituto de Desenvolvimento da Amazônia (FIDESA), junto às famílias do território quilombola de Jambuaçu a principal doença relatada foi gripe. Nos quilombos ribeirinhos e de várzea predominam os casos de diarreia, gripe e febre.

A maioria dos povoados conta com um Agente Comunitário de Saúde (ACS), porém o quadro de agentes necessita de ampliação. Entre os problemas, mais graves, relacionados à saúde, de acordo com o relato dos quilombolas: *“[...] É a falta de ambulâncias para atender os quilombos; falta instalação de fossas sépticas; e um de Sistema de Abastecimento de água em todos os quilombos”*, entre outras solicitações.

As informações levantadas quanto à educação para crianças e jovens de Jambuaçu, está ofertada nas escolas dos povoados que possuem Ensino Fundamental e /ou Ensino

Médio. Apesar da maioria dos Quilombos possuírem escolas de alvenaria em bom estado de conservação, no território existem pessoas não alfabetizadas (RELATÓRIO BAMBAÊ, 2006). Nas escolas onde não funciona o ensino médio, os alunos que almejam este nível devem se deslocar para outra área do município ou para a sede municipal, no município de Moju.

Segundo Azevedo (2011), no território quilombola de Jambuaçu existem cinco escolas que funcionam com educação infantil, ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), 68 professores, 1.170 alunos, dois coordenadores pedagógicos oriundos da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), cinco coordenadores de escolas e cinco de áreas. Esses profissionais respondem pelo processo administrativo da SEMED. Quanto às escolas possuem boa estrutura física, e funcionam nos três horários; manhã, tarde e noite (AZEVEDO, 2011).

**Quanto à cultura**, de acordo com o relato dos quilombolas falta uma Programação Cultural mais diversificada e o fortalecimento das Manifestações Culturais e religiosas. A cultura é sempre diversa, dinâmica e plural, através dos signos impressos nas falas, nos gestos, na música, na dança. Eles reportam os grupos sociais e, conseqüentemente à condição de cada um na sociedade. Para Barbosa (2005, p.25) “[...] Valorizar e respeitar a diversidade de manifestações culturais, artísticas e religiosa é um ato primordial de construção de uma sociabilidade renovada. A cultura se torna mais rica quando expandimos as trocas de saberes, de fazeres e convivências”.

No Território Quilombola de Jambuaçu o lazer é realizado, na maioria das vezes, pelo jogo de futebol. Estes se organizam em competição entre membros do “time” do próprio povoado, ou com um time visitante de comunidade vizinha. Também pode ocorrer de os times da comunidade se deslocarem jogar fora do território.

O Conselho das Associações mostra interesse em promover o Esporte dentro do território. Nesse sentido foram criados os Jogos Quilombolas das Comunidades do Território de Jambuaçu tendo como apoio para premiações a Prefeitura Municipal de Moju. Em 2010 a BAMBAÊ realizou uma Copa voltado exclusivamente para as Mulheres Quilombolas; este contou com o apoio do Governo Municipal.

A 1ª Copa das Mulheres Quilombolas do Território de Jambuaçu foi realizada pela BAMBAÊ, com o apoio da Prefeitura Municipal de Moju através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Contou com a participação de seis Clubes Femininos e nove Associações Quilombolas e Comunidades. Houve cinco Rodadas e dois jogos amistosos. Os jogos

acontecem no Estádio Municipal “Janjão”, e rendeu aos times: 01 Jogo de Camisa, 01 jogo de Shorts, 01 Jogo de Meião e 01 Jogo de Chuteiras. O principal objetivo é incentivar e manter o esporte no território, principalmente para: “manter a integração das Comunidades Quilombolas do Território de Jambuaçu através da prática desportiva; Incrementar as relações de solidariedade” segundo documento da BAMBAE.

Além do futebol, existem as festas dançantes que se constituem em lazer freqüente; estas acionam mecanismos de sociabilidade e reforçam vínculos familiares e afetivos. Principalmente, entre os mais jovens e contribuem para aprofundar o pertencimento étnico. Normalmente elas são realizadas com pequenas aparelhagens de som, compartilhando ritmos que se popularizam regionalmente como brega, tecno-brega.

Durante o trabalho de campo foram listados o que os grupos consensualmente classificam como problemas dos povoados e foi objeto de apontamentos do Relatório elaborado pela BAMBAE a saber:

**a) Saneamento básico:** A maioria das residências possui *sanitário*, entretanto não possuem *fossas biológicas*, por esse motivo os dejetos são despejados em buracos abertos no solo. A situação é mais preocupante nas comunidades as margens do Rio <sup>13</sup>Jambuaçu e em áreas de várzeas, pois as fezes são, em geral, despejadas no próprio igarapé. (RELATÓRIO BAMBAÊ, 2006).

**Transporte e estado precário da rodovia e ramais.** Outro problema crítico diz respeito à infraestrutura. A Rodovia Quilombola e Vicinais não são recuperadas; apesar do fluxo pesado de caminhões da VALE SA. Recuperar as Estradas é uma das principais reivindicações das famílias quilombolas de Jambuaçu. O péssimo estado das estradas e a baixa qualidade do transporte pioram na estação de chuva.

A estrada dos Quilombolas, que dá acesso a cada uma dos povoados foi particularmente prejudicada pela implantação dos minerodutos. Nos períodos chuvosos algumas estradas tornam-se intrafegável. Na ocasião de uma visita de campo, em abril de 2011, vivenciei a precariedade do transporte. Estava a caminho da Casa Rural Pe. Sérgio Tonetto, localizada na comunidade de N. S. das Graças, para participar de uma reunião com dos quilombolas de Jambuaçu com, o Dr. Felício Pontes, Procurador do Ministério Público Federal (MPF). O motivo da reunião era tratar do acordo feito entre a Companhia Vale do Rio

---

<sup>13</sup> O transporte é outro problema sério para a população do território de Jambuaçu, pela dificuldade apresentada em razão das péssimas condições das estradas vicinais, que levam as comunidades. Os quilombolas de Moju são os mais prejudicados, principalmente os que moram ao longo da rodovia dos quilombolas, ficando mais grave na temporada de chuva.

Doce (VALE) e os quilombolas de Jambuaçu. Na estrada mencionada os passageiros foram obrigados a descer do coletivo e os passageiros masculinos carregaram pedras para colocar no caminho. Após esse trabalho o ônibus conseguiu dar partida e continuamos a viagem. Segundo uma moradora da comunidade N. S. das Graças, D. Zinha, esposa do Sr. Estandico, falou que: *“As viagens nessa época chuvosa é muito perigosa. Já aconteceu por diversas vezes as pessoa ter que descer do ônibus, que tem escapado de “virar. Eu mesmo só vou pro Moju se for muita necessidade, tenho medo da estrada”*.

A recuperação dessa estrada consta em um dos acordos feito pela VALE aos quilombolas. Mas, estes acordos não são cumpridos. A Prefeitura do município também negligencia o cuidado com as estradas.



**Fotografia 4-** A foto mostra a situação da Rodovia dos Quilombolas, principalmente na época chuvosa. Esse trecho da rodovia fica nas proximidades da comunidade de São Bernardino.

**Foto de Haydeé Fonseca (14/04/2011)**

Outro episódio aconteceu no mês de abril de 2011, por ocasião de uma viagem que fiz a Jambuaçu. Naquele dia não foi nada fácil. A moto do liderança, Sr. Max Assis, que me acompanhava até a comunidade de N. S. das Graças, deu um problema por ocasião da passagem na estrada, devido o elevado volume de água, que transbordou do rio. Ele conseguiu atravessar acompanhado de um senhor que tentou ajudá-lo na travessia da estrada inundada. Com muita dificuldade consegui atravessar, com a água na cintura. Assim cheguei

até a comunidade de São Bernardino, aguardando a ocasião de uma carona, O meu estado (com roupa molhada e sem transporte) não me permitiu continuar a pesquisa. Posteriormente, apareceu o “Martelão”, (o veículo que transporta passageiros para Moju) que consentiu em me dar “carona” até a sede do município de Moju. Chegando na cidade, mesmo molhada, peguei uma Van para Belém. Durante as águas grandes existe uma canoa pequena que faz a travessia de motos, bicicletas e pessoas. O preço da passagem é de dois reais.

O transporte de pessoas e produtos é realizado de segunda a sábado para os povoados mais próximos da sede municipal. Já os povoados de São Sebastião, Ribeira, São Manoel e Santa Maria do Mirindeua, somente tem transporte duas vezes por semana, saindo às 4hs da manhã para a cidade de Moju e retornando às 12h. O “Martelão” é um dos coletivos que faz o transporte da comunidade. Sai ao meio dia do terminal rodoviário de Moju até a última comunidade do território.

Outro meio de transporte utilizado pelas comunidades é o moto-taxi, que faz o transporte para pequenos trajetos. As famílias que não dispõem de bicicleta para fazer o percurso de um povoado a outro ou para se dirigir até Moju, têm como opção longas caminhadas ou moto-taxi como transporte alternativo.

Os fatos narrados sobre o transporte permitem imaginar as dificuldades recorrentes que experimentam os produtores quilombolas para conduzir a produção para o município ou Belém. O rio Jambuaçu que desemboca no rio Moju foi até uma década atrás um meio de transporte para passageiros e mercadorias, entretanto, uma série de circunstâncias tem contribuído para o seu abandono, e aqui cito uma delas. O rio Jambuaçu em alguns trechos tornou-se de difícil a navegação, após ter sido modificado seu leito para receber a tubulação do mineroduto. As estradas e ramais substituíram a navegação por este rio que atravessa o território em toda sua extensão.

Acrescente-se a dificuldade do transporte em situações especiais, quando os entes queridos falecem têm que ser transportados para ser sepultados nos povoados de São Sebastião de Ribeira, São Manoel, Conceição do Mirindeua, Nossa Senhora das Graças, São Bernardino e São Sebastião do Traquateua, que possuem *cemitério*.

Outra ordem de problemas representa igual ou maior gravidade como a poluição e desaparecimento de igarapés e as queimadas que se tornam mais freqüentes. Sobre o primeiro aspecto citado foi feita pesquisa pelo Projeto Nova Cartografia Social para a elaboração de um fascículo. Ainda o trabalho do geógrafo Anderson Nunes, que desenvolveu uma

monografia analisando os conflitos socioambientais provocados pelos empreendimentos da Companhia VALE e focaliza os igarapés.

Nos povoados não há segurança por falta de policiamento e conforme eles reivindicam pela ausência de um Posto Policial no Território, visto que ocorrem roubos e furtos, bem como o problema de drogas, fato que irrompe na vida das comunidades de forma célere e violenta. Hoje o consumo é facilitado. Esse motivo tem contribuído para que se alcance índices alarmantes, o que traz prejuízos para o indivíduo e a vida comunitária.

## 2.8 PROJETOS COMUNITÁRIOS

As denominadas ações comunitárias externas têm tido repercussão inegável no seio destas unidades. De um lado, existe a ideia de que estas possuem importância para a reprodução socioeconômica das famílias de Jambuaçu.

Desde o reconhecimento do território como remanescentes de comunidade quilombolas, passaram a se tornar clientes, sujeitos de determinados serviços de infraestrutura e projetos que em hipóteses possibilitam o desenvolvimento local.

Dentre os principais projetos implantados listam-se: Programa Luz para Todos, do governo federal, casa de farinha, bio-jóias de barro, plantação de castanheira e louças de cerâmica, segundo o Coordenador das Associações Quilombolas-BAMBAÊ,

Esses projetos foram implementados com apoio do Governo do Estado através do Programa Raízes e do Governo Federal. Contudo, esses programas introduzidos e muitas vezes impostos não mantêm relação com a consciência da necessidade que o grupo verbaliza, eles se situam por isto nas bordas de uma política étnica como escreve Almeida (2008).

Segundo Diegues (2001, p.37):

[...] para que as ações coletivas de uso dos recursos naturais e do espaço alcancem resultados positivos é necessário que estas estejam amparadas por uma organização social mais ampla e por uma ideologia pautada no coletivo, a fim de fazer frente ao individualismo e a interesses estritamente econômicos.

As tensões provocadas nestas relações com a burocracia do Estado, do município e ainda com funcionários das empresas, em especial da Companhia VALE permitem concluir que é na natureza de relações autoritárias, repressivas e as formas desrespeitosas para com os direitos territoriais dos quilombolas de Jambuaçu que se produzem conflitos sociais. Ações

protagonizadas pelo grupo com apoio jurídico, tal como realiza o MPF, conseguem controlar arbitrariedade que formam parte do seu exercício de poder económico e politico-ideológico.

### **3 CONFLITOS, MOVIMENTO SOCIAL E FORMAÇÃO POLITICA EM JAMBUAÇU**

A história dos quilombolas de Jambuaçu é repleta de conflitos, relações de opressão e lutas vividas coletivamente, em busca da proteção e da consolidação dos territórios. Nas últimas décadas, os conflitos e lutas foram travados contra os interesses capitalistas dos grandes projetos, com a instalação das agroindústrias, que teve início ainda na década de 1970<sup>14</sup>. Entretanto foi somente na década de 80 que estas se viram ameaçadas de perder suas terras para esses empreendimentos, passando a enfrentar situações de conflito.

Os projetos da agroindústria, idealizados para essa região, não se enquadravam no tipo de atividades econômicas, que durante séculos, foi desenvolvida por grupos indígenas, pequenos produtores ou colonos. Esse empreendimento tem como meta a produção em larga escala, produção e comercialização de excedentes, enquanto as unidades familiares estavam inseridas em um modelo econômico tradicional, baseado na produção para auto-consumo e um restrito excedente comercializado. Essa prática possui longa penetração na Amazônia, principalmente em regiões mais distantes dos centros urbanos. Outra meta dos empresários é a apropriação de grandes quantidades de terra para alcançar o objetivo almejado de instalação do agro-negócio. Por esse motivo muitos municípios viveram uma fase de grandes conflitos, em razão da expulsão das terras e as pressões sofridas pelas famílias. O território de Jambuaçu, no município de Moju, vivenciou conflitos dessa natureza. (SACRAMENTO 2007, p. 36).

A partir dos anos sessenta e setenta na Amazônia instalam-se empreendimentos industriais de grande porte com sustentação nos incentivos fiscais e financeiros. Seus proprietários não tinham nada de familiar, sendo, via de regra, sociedades anônimas que, como tal, atuam com a objetividade impessoal dos números, orientados para altas taxas de

---

<sup>14</sup> Na década de 70, a Amazônia foi marcada pelos planos e projetos de “desenvolvimento” que contemplava prioritariamente - empresários, fazendeiros, madeireiros, grandes comerciantes, ao lado de tecnocratas, políticos e inclusive líderes religiosos, na visão de da CPT (2006) “Todos os atores proclamando suas virtudes, mas escondendo os amargos efeitos reais que ele sempre provoca sobre a Natureza e sobre as Populações Tradicionais. Todos eles têm, nisso, interesses particulares: os empresários, o lucro, os tecnocratas, a proteção dos seus empregos, os políticos - eficientes arautos locais das ‘mudanças’ - sua permanência no poder, e os líderes religiosos, suas campanhas ‘fraternais’. Todos para converter e manipular o povo como uma passiva manada votante e fiel”. (GONÇALVES, 2001, p. 116).

lucratividade e totalmente indiferentes à realidade social e ecológica da região. O Estado pelo monopólio exclusivo da violência, aparece portanto legitimando politicamente o novo modelo. Para o capital importa se apropriar da natureza como objeto de trabalho, como matéria - prima (GONÇALVES, 2001, p. 116).

A primeira empresa a se instalar na comunidade quilombola de Jambuaçu foi a Reflorestadora da Amazônia Sociedade Anônima (REASA), ao longo dos anos 80. Essa empresa se apresentou formalmente como empresa de reflorestamento e era uma empresa monocultora de dendê que se estabeleceu na região e se utilizou do método de grilagem de terras para efetivar sua produção, com a alegação que “tinham terras legalizadas entre os rios Jambuaçu e Cuba”, essa empresa recebeu incentivos fiscais para executar projeto agropecuário.

Os remanescentes de quilombos enfrentaram uma verdadeira guerra contra essa empresa e seus capangas. Apesar da ferrenha resistência dos quilombolas, a REASA conseguiu ainda, subtrair quase que a metade do território (uns 20 mil hectares com a plantação de dendê), com a instalação dessa empresa no território a população diminuiu significativamente. Tudo isso acontecia com o consenso do Estado, da polícia e do poder judiciário. Após várias manifestações, os quilombolas conseguiram impedir que suas terras continuassem a ser tomadas pela empresa (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2006).

[...] apareceu uma firma chamada Reasa que entrava na terra nossa e vinha invadindo e tomando na marra nos deixando só com um pedacinho do terreno. Fomos ameaçados várias vezes por pistoleiro, que era pistoleiro para todo lado. Com essas ameaças foi que eles conseguiram tomar toda a nossa terra”. [...] “Nossa batalha dos anos 80 impediu que o dendê tomasse o território todo. Quilombola de Jambuaçu. (PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, 2007, p.1)

O conflito com esta empresa durou quase uma década e teve também os seus períodos mais latentes e os mais críticos e manifestos, de forma oscilante. A REASA<sup>15</sup> intimidava as pessoas por meio de jagunços e exercia corrupção de autoridades no município. Outra estratégia da empresa para provocar a saída dos quilombolas foi a contaminação das águas dos igarapés. (PEREIRA, 2008). O conflito com a REASA no que diz respeito ao contexto político da época, é parte do contexto de apropriação da terra de forma mercantil incentivada

<sup>15</sup> Ao longo dos anos 80, a população diminuiu significativamente com a instalação no território da firma agroindustrial REASA. Os Remanescentes de quilombos tiveram que enfrentar uma verdadeira guerra contra a empresa e seus capangas. A REASA, apesar da ferrenha resistência dos Quilombolas, conseguiu ainda subtrair quase que a metade do território (uns 20 mil hectares com a plantação de dendê), obviamente com o consenso do Estado, da polícia e do poder judiciário. (COMISSÃO PASTORAL..., 2006).

pelo Estado. Segundo Gonçalves (2001) o Estado teve destaque no deslanchar das formas de expropriação de indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

A REASA faliu, transferindo as terras para a Marborges–Norte Empreendimentos Comércio e Indústria.

[...] Hoje existe a Marborges que era a antiga Reasa, causando uns dos piores dos impactos ambientais como nos igarapés, secando os igarapés, impedindo o consumo da água, com seus produtos químicos que são despejados nos campos e com a chuva descem para os igarapés causando impureza (coceiras) nas pessoas que se utilizam da água; impedindo a passagem dos produtos dos moradores que ficam nos fundos dos terrenos da mesma. Sem falar nos desmatamentos que é feito descascando os caules das árvores. Tudo isso para não chamar a atenção do IBAMA. Comunidade Santa Maria do Traquateua (PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, 2007, p. 11).

O plantio de dendê avança na década de noventa e a empresa instala uma unidade para a fabricação do óleo de dendê. De imediato teve início novas disputas. A empresa Marborges assegurou-se de uma área pertencente ao território quilombola de Jambuaçu que foi titulado em 2003, pelo ITERPA.

### 3.1 CONFLITOS COM A COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

Em 2004, inicia um novo processo de intrusão no território de Jambuaçu, dessa vez pela Companhia de Mineração Vale do Rio Doce-<sup>16</sup>CVRD, a VALE, como é denominada pelos quilombolas e que se transformaria na sua nova razão social. O motivo foi a construção de um mineroduto para transportar caulim o qual integra o Projeto Mina de Bauxita de Paragominas, cujo objetivo é atender às estratégias de expansão da refinaria de alumina e sua subsidiária Alumina do Norte do Brasil (ALUNORTE), localizada em Barcarena (PA), ligando Paragominas ao complexo industrial de Vila do Conde (Barcarena) (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2006).

A VALE S.A é uma multinacional com tecnologias avançadas, que tem explorado minério na Amazônia nos últimos 30 anos. Segundo Pereira (2008, p. 87):

[...] Essa empresa não associa o seu potencial tecnológico com programas de desenvolvimento local, e, ainda, contrata empresas terceirizadas que

<sup>16</sup> A CVRD explora minérios no Pará desde a década de 1970, quando passa a ser a maior acionista da Mineração Rio do Norte (MRN), contava também com capital estrangeiro, principalmente da canadense Aluminium Limited of Canada (ALCAN). PEREIRA (2008).

implementam a tecnologia de maneira equivocada, causando impactos sociais e ambientais que poderiam ser minimizados com planejamento.

Os conflitos e tensões<sup>17</sup> entre os quilombolas de Jambuaçu e a Companhia Vale do Rio Doce tiveram continuidade em vários momentos por ocasião da instalação das tubulações do Projeto Bauxita Paragominas: eram dois minerodutos em funcionamento e um em construção.

No decorrer das instalações ocorreram vários danos ao meio ambiente; assoreamento de igarapés, desaparecimento de peixes de maior porte, a derrubada e morte de castanheiras, vazamento de caulim (contaminador do solo e da água). Houve ainda impactos sociais como comprometimento de roças e conseqüentemente do trabalho e do ganho produtivo das famílias. Em decorrência desta situação, os Quilombolas passaram a exigir que a VALE reparasse os danos causados às famílias bem como ao meio ambiente (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2006).

### **3.1.1 Mineroduto e Linha de Transmissão**

O território quilombola de Jambuaçu foi cortado pelo mineroduto que transporta a bauxita. Este transporta polpa de bauxita e energia a partir do seu local de extração e produção – Mina de Bauxita de Paragominas – situado no Município de Paragominas/PA, conduzida até a refinaria da Alunorte, localizada em Barcarena/PA.

O mineroduto e a linha de transmissão, com extensão de 243 quilômetros, passam por sete municípios: Paragominas, Ipixuna do Pará, Tomé-Açu, Acará, Moju, Abaetetuba e Barcarena. O mineroduto atravessa o território das comunidades quilombolas em uma extensão de 15 quilômetros (PEREIRA, 2008, p. 81).

Para construção do mineroduto e a passagem da linha de transmissão, a VALE impôs um espaçamento de cem metros para cada lado da tubulação do mineroduto, assim como cem metros para cada lado da linha de transmissão. Estudos feitos pela empresa no local concluíram que apenas sete das 15 comunidades foram afetadas diretamente pelo mineroduto

---

<sup>17</sup> Em diversos momentos houve tensões entre as partes: em fevereiro de 2006 após tentarem dialogar com a Vale, os Quilombolas detiveram três técnicos e um diretor da empresa, dois técnicos da SECTAM e duas técnicas do Programa Raízes. Em setembro, paralisaram durante um mês os trabalhos na linha de transmissão. A tensão aumentou quando em 19/12/06, durante a 4ª audiência pública no Ministério Público de Moju, a CVRD se retirou da negociação para dar cumprimento ao Termo de Compromisso assinado em 26/10/06. Só restava o confronto: os Quilombolas derrubaram uma torre da linha de transmissão e bloquearam as duas estradas de acesso aos canteiros de obras, impedindo a continuidade dos trabalhos. A paralisação no canteiro de obras obrigou a Vale a procurar os Quilombolas para reabrir as negociações que contou com presença da CNBB, Governo do Estado e a CPT-Guajarina, para intermediar as negociações. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (2006).

e pela linha de transmissão. Todavia, a implantação desse projeto causou danos<sup>18</sup> à hidrografia do território como um todo, prejudicando o conjunto das comunidades do território quilombola.

De acordo com o Relatório da CPT-Guajarina (2006):

[...] Entre as comunidades prejudicadas se encontra a de Santa Maria de Traquateua, hoje Associação dos Remanescentes de Quilombos de Santa Maria do Traquateua, que até o início dos anos 80 dispunha de uma área de mais de 2.000 há. No ato da entrega do título coletivo de domínio quilombola, ficaram a ela designados 833 ha. Com a passagem dos minerodutos e da linha de transmissão, o território ficou reduzido a 633 ha, a maioria dos quais é várzea e igapó. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA., 2006, p. 19).

Durante a negociação das compensações, 58 famílias quilombolas foram classificadas como diretamente atingidas (definidas pela empresa e reconhecidas pela CPT) e perderam a maior parte de suas terras aptas para a agricultura, as quais ficaram seriamente afetadas. Mais de cem castanheiras foram derrubadas, outras foram envenenadas ou suas raízes ou ficaram definitivamente comprometidas pelas escavações; nessas alturas roças e plantios, também, foram destruídos.

Após várias tentativas de diálogo com a VALE os quilombolas partiram para o confronto<sup>19</sup> através de manifestações, sendo necessário a intermediação<sup>20</sup> do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Governo do Estado e CPT Regional e CPT Guajarina como assessora, a partir daquela data foi firmado um Termo de Compromisso, que garantiu

<sup>18</sup> “Os danos ambientais provocado pela mexida de terra ao longo de 15 km, equivalente à extensão do mineroduto e da linha de transmissão provocou o assoreamento do rio Jambuaçu e seus afluentes, deixando as águas do rio Jambuaçu constantemente turvas, impossibilitando seu uso, sobretudo para as comunidades quilombolas do baixo rio Jambuaçu como Sant’Ana do Baixo e São Manoel, havendo, também destruição de plantações de açaí, coco, caju, roças e reservas de mata, além de inúmeras castanheiras. O rio Jambuaçu representa a principal fonte de manutenção e reprodução das Comunidades quilombolas. As obras de instalação da tubulação dos minerodutos têm produzido uma série de impactos no sistema hídrico que abastece o Território, as águas ficaram turvas, sem condições para o uso e consumo humano. Outro dano causado ao meio ambiente, desta vez ao igarapé Tracoateua, que é utilizado por grande parte de famílias de algumas comunidades se encontra contaminado com produtos químicos aplicados nos plantios de dendê da MARBORGES” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA., 2006, p. 6).

<sup>19</sup> Novas tentativas de diálogos aconteceram em 2006 durante os meses de setembro e dezembro aconteceram novos embates, devido à paralisação da linha de transmissão. Outro motivo: a Vale ter se retirado das negociações. Esses motivos levaram os quilombolas aos extremos, a ponto de deter oito pessoas, além de bloquearem as duas estradas de acesso aos canteiros de obras, impedindo a continuidade dos trabalhos. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA., 2006).

<sup>20</sup> Com a paralisação no canteiro de obras, foram reabertas as negociações, mas para isso foi necessário a intermediação da CNBB, do Governo do Estado e da Comissão Pastoral da Terra para dar assessoria aos Quilombolas (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA., 2006).

aos Quilombolas a execução de uma série de reivindicações, que vinham sendo feita à CVRD, desde fevereiro de 2006. Depois de um ano de enfrentamento “[...] a Vale admite que no território do Jambuaçu existe uma população étnica e os Quilombolas conseguem uma grande vitória sobre a segunda maior empresa em mineração do mundo. A Vale do Rio Doce” (COMISSÃO PASTORAL TERRA., 2006). As ações empreendidas pelo grupo aproximam-se das estratégias de mobilização dos movimentos populares descritos por Touraine (2006, p. 70):

[...] No processo de conflito, quando os movimentos populares enfraquecem a classe dominante, os dominados reencontram ou reconstroem uma subjetividade libertada de sua inferioridade, levando-os a reivindicar seus direitos. Estes indivíduos, tratados como meros objetos se tornam sujeitos da ação, ao adquirir a vontade de escapar às normas, às forças dos opressores, entrando em conflito de uma ação coletiva.



**Fotografia 5-** Essa é uma reunião com objetivo de debater as propostas para negociar com a Empresa VALE Foto de Haydeé Fonseca (15/04/2011)

Em atendimento a implantação do Projeto Bauxita de Paragominas, a companhia VALE junto com a Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará (SECTAM – PA), se propôs a plantar 50 mudas de Castanheira, como forma de compensar os danos ambientais provocados na região pela Companhia, além de

“indenizações” em dinheiro para as famílias prejudicadas. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2006).

O projeto implantado no município de Moju, nas Comunidades Quilombola de Jambuaçu visava “atender” cerca de 500 famílias distribuídas nas 15 comunidades que estão incluídas na Área de Influência Direta (AID) do Mineroduto e Linha de Transmissão da Mina de Bauxita Paragominas, empreendimento da VALE, entretanto, no documento redigido pelo Pe. Sérgio Tonetto consta que: “[...] A Secretaria Estadual de Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM aprovou o Estudo de Impactos Ambientais e Relatório de Impactos Ambientais - EIA-RIMA”<sup>21</sup> para o licenciamento do projeto sem “o devido conhecimento e consentimento dos moradores” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2006). O instrumento EIA/RIMA surge na legislação ambiental como mecanismo de controle e prevenção dos impactos de empreendimentos. A propósito do EIA, Wanderley (2008) assinala sua provisoriedade e caráter questionável:

[...] O Estudo de Impacto Ambiental - EIA não pode ser entendido como um estudo fechado inquestionável. Liberá-lo incompleto, além de ser uma ilegalidade, dá margem a impactos socioambientais imensuráveis. O EIA não é um simples documento técnico. Ele é um documento que prevê e informa à sociedade e ao poder público os perigos e possíveis impactos da atividade e as formas de mitigá-los e indenizá-los. Para então, serem questionados e debatidos enquanto custos sociais. Portanto, os estudos devem abarcar a plenitude do empreendimento, não deixando brechas para futuras catástrofes desconhecidas. (WANDERLEY, 2008, p.25)

Quanto a SECTAM, através de seu Relatório Técnico datado de 07/04/2005, reconhece que: “[...] existe falha na condução do processo de interlocução e fiscalização por parte da CVRD junto a tais empresas, e a ausência de esclarecimentos sistemáticos e mecanismos adequados no processo de interação social” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2006, p.19).

Nesse sentido, o enfrentamento dos quilombolas com a empresa VALE tem sido decisivo para a salvaguarda do que restou de seu território: “[...] sua trajetória histórica própria, suas relações territoriais e específicas, sua concepção de tempo e espaço, de vida e

---

<sup>21</sup> O EIA é um documento técnico-científico compostos por: diagnóstico ambiental dos meios físico, biótico e socioeconômico; análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas; definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos e elaboração de medidas mitigadoras dos impactos negativos; e Programas de Acompanhamento e Monitoramento. O RIMA é o documento público que reflete as informações e conclusões do EIA e é apresentado de forma objetiva e adequada a compreensão de toda a população (EIA-RIMA, 2003).

produção, sua cotidianidade e uso do solo, das águas e da floresta assaltados pela Companhia Vale do Rio Doce.” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2006, p.19.)

Como entender essa resistência? Em diversas situações como ocorre com os quilombolas de Alcântara, Estado do Maranhão, e Jambuaçu, Estado do Pará emerge uma profunda consciência da situação social e política. Segundo Almeida, A. (2006, p.61):

A implantação de grandes projetos leva a resistência dos atingidos, uni-os sob uma condição semelhante e provoca o advento de uma identidade coletiva: atingido, impactado violentado expropriado, ou seja, são atributos que aproximam pessoas e contribuem para a mobilização e lutas nas quais se erigem os elementos identitários.

Esses acontecimentos ocorridos em Jambuaçu revelam também um critério político-organizativo, que de acordo com Almeida, A., (2006, p.75-76):

[...] Esses componentes político-organizativo é que demandam condições para a reprodução econômica e cultural do grupo, funciona como aglutinador e explica a capacidade mobilizatória. Por isso se fala mais em uma identidade étnica no sentido de uma existência coletiva.

[...] A “nova etnicidade“ num sentido profundo de uma identidade cultural, tem objetivos de articular interesses e de fazer valer seus direitos perante o estado. Essas etnias refletem novas realidades e mudanças nessa realidade de pertencimento a um grupo particular com identidade coletiva. A demanda por direitos perante os poderes públicos e as mobilizações por maior acesso a oportunidades econômicas revelam critérios políticos-organizativos.

Os elementos étnicos ou identitários incorporados aos conflitos sociais são componentes das novas territorialidades reivindicadas pelos sujeitos coletivos. São processos criados durante conflitos e lutas como resposta às situações de ameaças vivenciadas pelos grupos (WANDERLEY, 2008). Segundo Almeida, A. (2006, p. 60):

O critério étnico construído a partir das mobilizações expressa formas de organização em torno de elementos comuns, ou seja, um critério étnico está diretamente atrelado a um fator político-organizativo. Esse critério de composição que faz com que as pessoas se sintam pertencentes a uma mesma identidade e com laços solidários aproxima de maneira profunda ao modo de existir. O critério étnico prevalece, mesmo que a noção de étnico não se atenha a uma língua, a laços de sangue ou a uma origem comum.

Segundo O’Dwyer (2002, p.84) “[...] a identidade étnica de remanescentes de quilombos emerge em um contexto de luta em que se resistem às medidas administrativas e

ações econômicas através de uma mobilização política pelo reconhecimento do direito a suas terras”. Nesse sentido Almeida (2002, p.79) enfatiza:

[...] as mobilizações transformadoras e de afirmação étnica, que está em pauta é uma unidade social baseada em novas solidariedades, a qual está sendo construída consoante a combinação de formas de resistência que se consolidaram historicamente e o advento de uma existência coletiva capaz de se impor às estruturas de poder que regem a vida social. Sua compreensão requer os novos conceitos de etnia e de mediação capazes de permitir esclarecimentos sobre esses fenômenos políticos em transformação.

Nesta situação social de conflito os Quilombolas de Jambuaçu têm reagido e resistido desde os anos 80, com a consciência de seus direitos legítimos sobre a posse de suas terras e ainda elaborado a consciência étnica.. A CPT interpretou que:

[...] O enfrentamento com a Vale foi decisivo para a salvaguarda do que restou no território: suas trajetória histórica própria, suas relações territoriais e específicas, sua concepção de tempo e espaço, de vida e produção, sua cotidianidade e uso do solo, das águas e da floresta, assaltados pela Vale (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA., 2006, p. 5).

O Estado estaria realizando o reconhecimento da dívida histórica, admitida pelos últimos governos brasileiros Os conflitos envolvendo as grandes empresas capitalistas na Amazônia, segundo Wanderley (2008, p.44) “[...] não condizem com a disputa por um mesmo recurso, mas sim com uma disputa pelo território e seus atributos materiais e simbólicos, incluindo os recursos naturais. Seus interesses estão voltados para o espaço onde estão territorializados os recursos naturais”. Nesta perspectiva, é importante compreender os processos de gênese e desenvolvimento dos conflitos, movimento social e a formação política dos quilombolas de Jambuaçu. Visto que, com as instalações das empresas capitalistas, passam a ter início os conflitos ambientais e territoriais, no território quilombola de Jambuaçu. Concordamos com a observação pertinente de Almeida, A. (2006) sob o risco de generalização da origem de movimentos sociais nas mineradoras e sua interpretação quando sublinha que:

[...] Não estamos defendendo que as mineradoras são, necessariamente, a gênese dos movimentos sociais nas áreas em que atuam. Mas, sim, que elas deflagram conflitos sociais que provocam mobilizações sociais e dão maiores visibilidades aos atores sociais locais, o que acaba por fomentar ou fortalecer as organizações sociais dos atingidos. Portanto, essas organizações estão intimamente relacionadas aos processos de conflitos, exclusão, opressão e injustiças vividos coletivamente nas regiões minerais,

concebendo a unidade social dos atingidos, ou unidade de mobilização (ALMEIDA, A., 2006, p. 32).

Em Jambuaçu, os conflitos permitem destacar diversas estratégias em situação de enfrentamento específica na qual diversos atores entram em jogo. Nos dois primeiros anos, a postura dos quilombolas foi de submissão ao projeto, uma vez que eram tratados como ‘posseiros’ pela empresa VALE. Com a chegada dos empreendimentos, autorizado pelo Estado (a implantação dos dois tubos e a linha de transmissão), os impactos ambientais foram ficando cada vez maiores, apresentam-se novos atores e houve um deslocamento da categoria identitária de trabalhador rural/posseiro para quilombola. A compreensão desta passagem encontra-se no argumento de Wanderley (2008) destacado a seguir:

[...] As relações desiguais de poder e os impactos socioambientais são processos nos quais oprimidos ou “atingidos” vivem e percebem sua situação social - mesmo que primeiramente de forma individual. A partir destas experiências vividas, os dominados ou as vítimas dos impactos deixam de ser apenas vítimas da estrutura social, tomando consciência de sua situação experienciada em comum, e tendem a entrar em conflito com seus “agressores (WANDERLEY, 2008, p.,79).

As empresas capitalistas, apoiadas pelo Estado, defendem a expansão da exploração para novas áreas, enquanto os grupos atingidos, com o apoio da Igreja, Ministério Público e outros interlocutores, cientes da impossibilidade de frear os empreendimentos, lutam por reconhecimento socioterritorial e um justo ressarcimento das perdas e ameaças futuras. “[...] A reivindicação central continua a girar em torno da terra e do acesso ou compensação relacionados aos recursos naturais”. (WANDERLEY, 2008, p.63); O autor acrescenta outra observação pertinente:

[...] Na lógica capitalista na qual está inserida a empresa Vale, almejando a reprodução do capital. Contudo, é impossível explorá-lo sem o controle total da área, sem provocar mudança nos recursos da superfície, ou desestruturar os espaços simbólicos e a paisagem. Entendemos que a luta por recursos não se resume a uma mera conquista ou uso de determinado bem material. O conflito por recurso engloba muitas outras dimensões (sociais, econômicas, culturais e históricas) que precisa ser levado em consideração. O território, espaço no qual se concentram tais recursos, é o cerne da disputa. Controlar o território significa mais que usar o recurso, significa controlar determinada área geográfica, recursos e indivíduos ali presentes (RAFFESTIN, 1993, apud WANDERLEY, 2008, p.46)

Esses fatos possibilitaram um confronto mais incisivo, dos quilombolas com as empresas. Nesse estágio dos acontecimentos o processo de reconhecimento e titulação dos

quilombolas era ainda incipiente. As empresas terceirizadas pela VALE viam naquele território uma área livre para seu uso, vistos que os moradores eram tidos como posseiros. Somente após as primeiras titulações, os quilombolas passaram a negociar a partir de outra perspectiva, agora como detentores do usufruto pleno do território, com garantias constitucionais e instituições específicas para serem acessadas - SEJU, FCP, SEPPIR, MPU, (PEREIRA, 2008, p. 54). Nesse ponto a VALE contava com seus instrumentos legais de exploração, e os quilombolas com o instrumento legal de posse do território, além de seus direitos étnicos. De acordo com o que afirma Wanderley (2008, p. 6):

[...] o conflito assume papel fundamental, pelo fato de expressar as relações de força entre atores que possuem diferentes tipos de poder. Isto acontece quando uma das partes busca reverter a legitimidade de quem exerce o poder, questionando as estruturas sociais e espaciais existentes. O espaço social, neste momento, transforma-se em campo de força, ao mesmo tempo em que o território se torna objeto de disputa.

Na esfera do conflito ambiental os indivíduos dão significados ao território, que serve de suporte aos recursos naturais a serem apropriados. O ator que impõe suas práticas espaciais é quem detém o controle sobre o território, isto é, quem exerce o poder (SOUZA, 2006).

O conflito socioambiental se apresenta como desdobramento da forma como a empresa violentou o território e deixou marcas de destruição irreparáveis, como os igarapés aterrados. Wanderley (2008, p.78) interpreta próximo da observação anterior que “[...] No conflito ambiental, o território tem que ser visto como o objeto em disputa, e não como arena, pois não há a possibilidade de utilização ou significação dos recursos naturais e do espaço geográfico sem o controle dos limites territoriais”.

A noção de conflito ambiental elaborada por Henry Acserald e de conflito socioambiental em José Sergio Leite Lopes apresentam possibilidades de interpretação das situações empíricas observadas em Jambuaçu. O primeiro autor entende que:

[...] Os conflitos ambientais são aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade da formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. Este conflito tem por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo “acordo simbiótico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes (ACSELRAD, 2004, p. 26).

### 3.1.2 Novas negociações e a intervenção do Ministério Público

Os quilombolas de Jambuaçu, aproveitando-se das novas redes sociais e da democratização política, passaram a utilizar as vias institucionais como meios de luta, apresentaram assim as denúncias junto ao Ministério Público Federal.

A intervenção do Ministério Público<sup>22</sup> nos conflitos em Jambuaçu se deve à legitimidade sociojurídica da instituição, que a permite se pronunciar em defesa do direito coletivo (VIANA, 2002). Os MPs vêm pressionando as empresas transnacionais por maior responsabilidade social, com os atingidos e de melhores compensações para os que experimentam os impactos socioambientais.

Buscando solucionar os conflitos, bem como a garantir o reconhecimento de suas terras, as comunidades remanescentes de quilombo, vem acompanhando as discussões e os debates políticos no âmbito do movimento social quilombola. Tanto as comunidades que já possuem título reconhecido ou que estejam em processo de reconhecimento, como aponta Mares (2007, p. 63) “[...] há necessidade de um tratamento ‘diferenciado’, por sua especificidade jurídica determinada pela norma constitucional”.

Os conflitos que tiveram início na década de 80 com a instalação de empresas do ramo agroindustrial vêm se estendendo até os dias atuais. Entretanto, os quilombolas de Jambuaçu contam com aliados, que continuam até o momento dando suporte político e orientações de cunho administrativo.

Entre as principais causas de conflito situam-se as obras que foram executadas no território quilombola sem o reconhecimento de condições jurídicas e de direitos territoriais e étnicos. Os atos da Companhia Vale do Rio Doce têm demonstrado um desconhecimento dos direitos jurídicos conquistados pelos quilombolas. Com isto desrespeita acordos internacionais do qual o Brasil é signatário, como o Artigo 17 da Convenção 169 da OIT: “[...] que estabelece que “os povos interessados deverão ser consultados sempre que for considerada sua capacidade para alienarem suas terras transmitirem de outra forma os seus direitos sobre essas terras para fora de sua comunidade”. (PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZONIA, 2007, p. 4).

---

<sup>22</sup> Os MPs, em muitos casos, têm se posicionado como defensores da cidadania, na qual atuam como advogados, conselheiros, investigadores e mobilizadores sociais, na busca de solução para alguns problemas, que ocorrem na sociedade civil. (VIANNA, 2002).

De acordo com as declarações de quilombolas, que participaram da oficina de cartografia realizada em Jambuaçu, vários deles foram coagidos a assinar documentos de forma individual e não coletiva. A oficina revela as demandas dessas comunidades na defesa de seu território. Essa declaração revela a insatisfação das pessoas com a empresa VALE.

[...] Estamos sendo pressionados pelas negociações da Vale. Sendo pagamento individual, mas nós queremos indenização pelo território não individual. O linhão traz problemas no sentido de tomar as nossas terras. A nossa água dos igarapés ficou totalmente sujas e imundas por danos causados pelas máquinas. Quilombola de Jambuaçu. (PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZONIA, 2007, p. 11)

Diante desses e outros abusos praticados pelas empresas que se instalaram no território para “assaltar” as riquezas naturais dos quilombolas, o Ministério Público Federal foi convocado para agir em defesa dos interesses dos quilombolas e no sentido de coibir os danos socioambientais e a usurpação de terras. Esse órgão do governo tem se pronunciado em favor dos quilombolas de Jambuaçu, em audiências públicas, realizadas em Belém e em Jambuaçu. Os quilombolas vêem o MP como órgão público capaz de defender os direitos da sociedade.

### **3.1.3 Decisões do MPF em favor dos quilombolas de Jambuaçu**

A empresa VALE foi intimada a comparecer ao Ministério Público Federal, no dia 20 de setembro de 2010, em Belém para uma última negociação.

[...] De acordo com decisão tomada pela maioria dos Presidentes presentes na Reunião realizada no dia 20/08/2010 no Ministério Público Federal, em Belém, além de representantes de diversas entidades, ficou deliberado que a Vale será intimada pelo Ministério Público Federal - MPF e Ministério Público Estadual – MPE a comparecer no próximo dia 20/09/2010 no endereço do MPF para uma ‘última negociação. (RELATÓRIO das atividades das comunidades quilombolas, 2010, p. 20)

No dia 20/09/2010, conforme o combinado, estiveram reunidos novamente, no auditório do Ministério Público Federal, o grupo formado pelos presidentes das Associações de Quilombolas de Jambuaçu, o presidente do Conselho das Comunidades de Jambuaçu e os advogados da VALE. Nessa reunião, enquanto pesquisadora estive presente com os quilombolas de Jambuaçu, os quais buscavam estabelecer um novo diálogo, para que fossem reconhecidas suas reivindicações, junto aos representantes da CVRD.

O assunto era referente ao descumprimento de um acordo feito, anteriormente por parte dos representantes da CVRD, com os quilombolas de Jambuaçu. O Ministério Público Federal mediava o que se apresentou como sendo um ato de negociação de partes envolvidas em conflito.

Após vários questionamentos, para mais uma tentativa de negociação, a VALE se manteve irredutível, ou seja, não estava interessada em negociar com os quilombolas. Enquanto os quilombolas apresentavam uma pauta de dez reivindicações, os advogados da VALE apresentavam duas propostas, para ser escolhida apenas 01(uma). Entretanto, as propostas não foram aceitas pelos quilombolas. Diante do impasse ficou decidido que entrariam com um Processo Judicial contra a Empresa, no sentido de obrigá-la a executar integralmente o projeto Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) com todas as famílias que estão incluídas. Tomaram a decisão de paralisar as atividades de manutenção da empresa fechando todas as vias de acesso.

Essa foram as propostas apresentadas pela VALE, para ser escolhida apenas 01(uma) alternativa:

**Alternativa 1:** Implementar o projeto desenvolvido pela UFRA integralmente para as 58 famílias atingidas pelo empreendimento minerário da VALE mais R\$ 1.000,00 (um mil reais) por mês durante 18 meses, de acordo com o desenvolvimento das atividades, e mediante o planejamento e cronograma a ser estabelecido pela UFRA, ou seja, trabalhou pouco recebe pouco.

OU

**Alternativa 2:** Implementar duas culturas anuais (mandioca e feijão ou mandioca e milho) e ainda duas culturas perenes (cupuaçu e açaí) para as 399 famílias que aderiram ao trabalho da UFRA.

Diante de não haver acordo entre as partes, os quilombolas recorreram ao Ministério Público Federal, que ajuizou uma Ação Civil Pública em desfavor da **VALE S/A**, pleiteando em sede liminar:

[...] a) o pagamento, no prazo de 3 (três) dias, as 788 famílias residentes no Território Quilombola do Jambuaçu, b) suspensão imediata das atividades da mina "Miltônia 3" e da linha de transmissão de energia e do mineroduto, com a conseqüente suspensão da Licença de Operação nº 4.352/2010, até que seja efetivado o pagamento dos salários mínimos; e, c) a implantação imediata e integral do Projeto de Geração de Renda elaborado pela UFRA. O MPF/PA pede multa diária de R\$ 1 milhão caso a Vale não cumpra a decisão judicial requerida. (RELATÓRIO das atividades das comunidades quilombolas, 2010, p.15)

Passados mais ou menos seis meses, após esse episódio o MPF ganhou a ação em favor dos quilombolas.

O MPF, mediando as ações e mais o apoio da CPT Guajarina, a empresa foi obrigada a garantir a manutenção da Casa Família Rural (CFR), produção de estudo através da UFRA sobre as potencialidades produtivas do território quilombola, assistência para o funcionamento do posto de saúde e pagamento de dois salários mínimos por dois anos para as 58 famílias afetadas diretamente pelo linhão (Linha de Transmissão) e garantia de outras obras de infraestrutura.

A foto abaixo mostra uma reunião entre os quilombolas de Jambuaçu e o representante do Ministerio Publico Federal, Dr, Felicio Pontes, na busca de seus direitos.



**Fotografia 6** - A foto mostra outro momento em que os quilombolas de Jambuaçu estão reunidos com o Procurador do Ministério Público Federal, Dr. Felício Pontes, na Casa Familiar Rural Pe. Sergio Tonetto, localizada na comunidade N. S. Das Graças.

**Foto de Haydeé Fonseca (15/04/2011)**

### 3.1.4 Identidade quilombola objetivada em Movimento Social

No final da década de 1980, as comunidades quilombolas passaram a se organizar nacionalmente. Mas somente em 1988 é que o Estado brasileiro, por meio das pressões dos movimentos sociais, admite a existência dos territórios quilombolas, ao reconhecer o direito à propriedade definitiva titulando coletivo das terras dos remanescentes de quilombos.

Entretanto, o processo de reconhecimento das comunidades quilombolas no Brasil gerou um grande número de conflitos agrários, que exigiu dessa população uma articulação cada vez maior, uma vez que já haviam conquistado esse direito a partir da Carta Magna. Sobre esse processo escrevem Acevedo Marin e Castro (1999, p.74):

[...] os movimentos políticos nacionais em defesa de direitos trouxeram à tona uma questão importante para a agenda da Constituição de 1988: a demarcação das terras com base no Artigo 68 das Disposições Transitórias que, embora em uma primeira leitura revele-se um instrumento legal auto-aplicável, de fato exigiu que esses atores enveredassem por caminhos que podemos definir, sem dúvida, como tortuosos.

Na década de 90, avança a organização do movimento nacional das comunidades negras rurais quilombolas, sob a Coordenação Nacional de Quilombos (CONAQ). Essa coordenação foi um dos mais ativos agentes do movimento negro rural no Brasil, que passou a reunir representantes de vários estados da Federação. Suas ações mantêm-se concentradas na luta pela regularização dos territórios quilombolas e na conquista de políticas públicas para a categoria conforme observa Treccani (2006)

Nos Estados do Pará e Maranhão, os movimentos sociais iniciaram mobilizações mais intensas. No Pará, a organização das comunidades quilombolas contou com forte apoio de entidades da sociedade civil, ligadas ao movimento, entre as quais se destacaram: o Centro de Defesa e Estudos do Negro do Pará (CEDENPA), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (FETAGRI) a CPT, entre outros. Em 1999, foi criada a representação estadual provisória que deu origem à criação da Malungu - Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará. (TRECCANI, 2006; ARRUTI, 2008).

Almeida (2005, p.47) sublinha que esse movimento social:

[...] se caracteriza pela capacidade de expressão de contradições e conflitos, pela resistência e luta, pela busca de mudança de uma determinada ordem, como, por exemplo, o sistema escravista ou o sistema capitalista, ou mesmo de conquista de reivindicações sociais e econômicas imediatas, e principalmente pela organização com base em uma identidade coletiva. O

que importa é a articulação e o reconhecimento de objetivos e valores que dão sentido a existência de um determinado grupo como coletivo.

### 3.2 A MOBILIZAÇÃO DOS QUILOMBOLAS DE JAMBUAÇU

Entre as comunidades do território quilombola de Jambuaçu já existia um sentimento de grupo construído, a partir das resistências coletivas, iniciadas na década de 80. Devido às ações autoritárias das empresas, que adentraram o território, não respeitando seus direitos adquiridos, os quilombolas precisavam se fortalecer enquanto unidade de mobilização, pois eram eles os prejudicados pelos projetos capitalistas infiltrados na região.

Antes das ameaças de conflitos no território quilombola, em razão de interesses econômicos das empresas, o estilo de vida adotado pelos quilombolas era tido como “pacato”, “passivo”. Não existiam discussões para tratar de assuntos relacionados à gestão dos territórios ou qualquer outro assunto comum no dia-a-dia dos então classificados como “moradores”, porque não havia grandes problemas a serem resolvidos pela coletividade.

A partir desses conflitos emerge o movimento político quilombola em Jambuaçu, por consequência das políticas empresariais implantadas no território, pelas empresas REASA, MARBORGES e CVRD, ocorrido no início da década de 1980 e com novas situações de enfrentamento em 2005, 2006, 2009. Nesse processo os quilombolas são “atingidos”, principalmente, por perdas de terras e danos ao meio ambiente. Esses foram os principais elementos da luta dos quilombolas e a gênese do processo de mobilização social, o qual revela as características identitárias de um grupo que desenvolve o pertencimento étnico, fundamental para sua reprodução social.

A organização política se deu com o apoio da Igreja, aconteceu de maneira coletiva, ou seja, as lideranças, que participam nas arenas se colocam no lugar de confronto direto, e aqueles que não participavam das atividades políticas, contribuía de alguma forma, produzindo alimento para os que estavam na mobilização.

A partir da organização iniciam as estratégias para o embate com as empresas “invasoras”; os quilombolas manifestavam atitude de quem teme perder benefícios “conquistados” em seu território, ao longo do processo histórico e procede a elaborar estratégias de organização. Entretanto, no bojo da comunidade já existia um sentimento de grupo coeso. A partir desse ponto fortaleceram ainda mais a ideia de formar uma entidade de defesa étnica, separada das lutas sindicais.

A visão de construção de um movimento é exposta por Sacramento que indica um quadro menos favorável à emergência de organizações face aos grupos dominantes tradicionais “[...] A região do Jambuaçu foi uma das regiões do município onde a dificuldade de criar uma organização que enfrentasse o latifundiário foi maior, porque parecia algo “cultural e histórico” SACRAMENTO, (2007 p.99)

A questão assume importância na reflexão da organização central dos quilombolas de Jambuaçu no seu Conselho das Associações e que traz a memória das formas iniciais da mobilização:

[...] A ameaça pela perda do território tem nos motivado a maior integração e comunicação dentro dos quilombos e os agentes externos. Além disso, é notório o amadurecimento de nossas lideranças em prol de uma organização territorial/social fortalecida e declaradamente quilombola. É um processo lento, mas que nossas lideranças já estão incorporando e espera-se que, com o tempo, a construção de uma “significação quilombola” seja disseminada entre todas as pessoas dos quilombos (RELATÓRIO das atividades das comunidades quilombolas, 2006, p. 14).

Nesse discurso situam o que denominam “*uma organização territorial/social*” e enfatizam a política de identidade ao anunciar o propósito de se tornar “declaradamente quilombola”, ainda da incorporação pelas lideranças.

### **3.2.1 A interferência da Igreja nos conflitos em Jambuaçu**

Os movimentos sociais, que surgiram em razão dos conflitos com as grandes empresas acabaram por agregar novos aliados na luta em defesa do território pela preservação da natureza. Nessas investidas contra os antagonistas os quilombolas de Jambuaçu contaram com um forte aliado: a Igreja católica, que exerce papel de destaque como o principal articulador em defesa dos quilombolas.

De acordo com os relatos da CPT, as mobilizações existentes entre o movimento social quilombola em Jambuaçu se deve, principalmente, à ação da Igreja, que passou a conscientizar através de reuniões e encontros, as lideranças quilombolas dessa localidade, em razão do grupo não apresentar uma sólida organização social capaz de resistir às ameaças. A Igreja católica, na figura do Pe. Sergio Tonetto e nos anos 2003 – 2007 da religiosa Maria Luisa Fernandes, da equipe da CPT Guajarina, que passou a defendê-los e a impulsioná-los à tomada de consciência sobre a iminente perda das terras tradicionalmente ocupadas.

Nesse sentido, os quilombolas de Jambuaçu expressam seu sentimento através de um relato contido no documento da BAMBAAÊ (2010) e neste é omitida a atuação da religiosa:

[...] A Luta em defesa da nossa Terra teve início na década de 60, entretanto tomou força com a chegada do saudoso Pe. Sérgio Tonetto e sua Equipe da Comissão Pastoral da Terra – Região Guajarina, que nos deram ânimo para lutar. Por isso reconhecemo-nos como um povo negro remanescente de nossos irmãos negros trazidos da Mãe África nos navios negreiros e assim aconteceram a nossa auto *definição como remanescente de escravos, mas não queremos sermos mais escravos na cidade, queremos lutar pelos nossos direitos, e com isso fundamos nossas associações quilombolas e uma Coordenação, a BAMBAAÊ, a qual cuida do interesse de um modo geral das associações.* (RELATÓRIO das atividades das comunidades quilombolas, 2010, p. 9).

Este discurso contém os elementos de construção da identidade quilombola, na contra sentido da situação de escravidão, no passado também vista na condição de se transformar em “morador da cidade”, (elaborando a imagem do escravo da cidade) obrigados a migrar na situação de perda da terra

Os conflitos sociais em torno das demandas quilombolas estimularam um modo de organização definido pela Igreja, desde a década de 1970, com a formação de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A Igreja defendia a apropriação coletiva da terra e estimulava as lutas sociais locais. Enquanto que o governo federal passou a incentivar a formação de associações representativas para titulação coletiva da terra, em substituição às políticas de lotes individuais para o campo, na região Amazônica. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2006).

Apesar de a Igreja ser uma das principais instituições mobilizadoras na região amazônica, ela centralizava a organização política de luta, devido o forte domínio militar.<sup>23</sup> Hoje existem outros atores, que estão a frente do processo de mobilização e organização política. Esses movimentos, antes capturados pela Igreja atualmente se consolidaram em estrutura independente, atuando nas mobilizações de base (GOHN, 1995).

A intervenção da igreja católica acarreta a politização da questão agrária. O patrimônio político acumulado e os quadros formados entre os camponeses durante o período da ditadura favoreceu o fortalecimento dos movimentos emergentes. A influência das CEBs na formação

<sup>23</sup>

Retoma-se algumas interpretações do religioso dominicano, sobretudo quando destaca o “pós 1964”, quando se inicia o período de Ditadura Militar, os movimentos sociais são duramente reprimidos, entretanto, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) já se organizavam desde 1960 e de certa forma foram preservadas. Estas tinham a finalidade de suprir o déficit de agentes pastorais para as comunidades mais afastadas, principalmente nas zonas rurais. Mas em meio ao cenário de agitação política e conflitos no campo, acabaram por tornar-se agentes de educação das massas, e apoiar os trabalhadores rurais diante dos conflitos. (BETTO, 1997).

dos movimentos sociais vai além dos aspectos religiosos, ela representa um modelo que favorece a organização política nos primeiros anos de existência dos movimentos sociais. E, com isso, marcaram a abertura para a relação entre Igreja<sup>24</sup> Católica e os diversos movimentos sociais e associações que surgiram no período. Na instituição Igreja, os posseiros, seringueiros, trabalhadores assalariados, arrendatários, indígenas, encontravam o principal referencial ideológico. Com o apoio da CPT, o trabalhador do campo aprendeu a denunciar os conflitos e agressões sofridas, assim como a articular-se para a retomada de diversos sindicatos rurais atrelados à política oficial do governo como interpreta o Frei Betto (1997) intelectual da igreja que dentro e a revelia, até certos limites e posições da cúpula produziu uma ação política e de conscientização.

Devido às suas próprias atribuições, em trabalhar com conflitos fundiários relacionados aos trabalhadores no campo. A CPT<sup>25</sup> como principal ator externo tem apoiado os quilombolas do Jambuaçu, desde os anos 80. (De acordo com relatórios da instituição), atuando junto a essa população, no sentido de impedir as grilagens constantes, que ocorrem no território.

Nesse sentido, o religioso Pe. Sergio Tonetto foi descrito pelos entrevistados como “incansável batalhador das causas quilombolas”. Devido sua articulação com outros atores sociais e sua luta em favor dos direitos das comunidades e contra os objetivos empresariais ganhou reconhecimento não apenas em Jambuaçu, mas em toda a região Guajarina.

Nessa construção política o Movimento Social em Jambuaçu passou a ter mais visibilidade. Os conflitos políticos com as outras empresas, mas a resistência da empresa VALE intensificou o processo de organização e mobilização e as “comunidades” se constituíram enquanto comunidades políticas. Visto que, a partir desses eventos se forma um

---

<sup>24</sup> A relação entre política e religião foi e ainda é bem estreita na Amazônia. A partir das CEBs, na década de 1960 na América Latina, durante a repressão política do período militar, os religiosos, especialmente católicos, eram os principais articuladores e com a perseguição aos antigos mediadores, partidos e sindicatos, a Igreja se voltou a organizar o povo para uma revolução social, tendo nas CEBs sua nova forma de atuação e organização socioespacial. A partir desse momento foi possível conduzir o processo de mobilização e organização social dos grupos oprimidos, em comunidades onde se fazia presente a figura de um representante eclesiástico. (GUTIERREZ, 1971).

<sup>25</sup> A CPT foi fundada em junho de 1975, em plena ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia. Nasceu ligada à Igreja Católica, mas logo adquiriu caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e Metodista. A Pastoral da Terra está organizada em todo o território nacional com uma Secretaria Nacional, em Goiânia, e 21 regionais, cobrindo todo o território nacional. A cada ano, desde 1985, publica um relatório sobre os conflitos e a violência que atingem os camponeses e camponesas, intitulado "Conflitos no Campo Brasil".

coletivo articulado para constituírem uma organização que defendesse seus interesses políticos, sociais e culturais, que se canalizavam para o território étnico.

A partir desse momento, estimulou-se a formação de uma instituição representativa que prezasse a manutenção do território e organização étnica, e ainda instigaram-se os debates, os questionamentos, as reivindicações e a resistência contra os projetos das empresas capitalistas. O objetivo estava sendo alcançado – foi formada a primeira associação dos moradores de Jambuaçu, localizada na comunidade de São Sebastião, cujo Presidente foi o Senhor Pregote.

Com a consolidação dessa entidade outras foram se constituindo até a formação da BAMBAE, entidade representativa das Associações quilombola do território de Jambuaçu. Antes, havia somente a Associação de Moradores, que tinham pouco poder de representação e legitimidade e se restringia a cada comunidade.

De acordo com a fala do Sr. Pregote, 70 anos, Comunidade de São Sebastião.

[...] Fizemo mutirão e limpamos e conseguimos, aí eu coloquei assim uma comissão do pessoal que limpou, e nós tivemos um advogado, o Antonio Pereira, que teve por aí com a gente e disse que não podia ser comissão, pois não podia ser registrada, que antes tinha que ser implantada uma associação, uma comunidade qualquer. Aí a gente fez a associação dos moradores do Jambuaçu, porque nessa tinha umas 40 famílias. Essa foi a primeira associação, depois foram surgindo as associaçõeszinhas e essa ficou encostada. Eu que era o presidente. (PEREIRA, 2008; RELATÓRIO das atividades da s comunidades quilombolas, 2006)

Com a formação política através das lideranças de associações e o apoio da CPT e demais colaboradores, é visível o progresso organizativo do território. A formação de uma identidade coletiva, seu auto-reconhecimento enquanto comunidade quilombola e sua afirmação enquanto grupo étnico são evidências de um movimento quilombola que passou a lutar pela efetivação de seus direitos, perante a sociedade. As estratégias de mobilização e organização ampliaram-se no Pará e para isto contribuíram os Encontros, Seminários o que irradiou os sentidos e princípios da luta quilombola. As pesquisadoras Acevedo Marin e Castro (2009) deram destaque analítico a esse processo:

No nível da representação, as comunidades elegeram como estratégia a formação e o registro de Associação de Comunidades, instituição legalmente reconhecida para interpretar e administrar os interesses dos seus membros. Nesse terreno o grupo passa a identificar atores e líderes que discutem, participam e se constituem em agentes ativos. (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 1999, p. 80)

Algumas leituras tendem a refletir estas associações como produto unicamente de uma pressão externa, inclusive por ser condição para o pleito da titulação coletiva, todavia o enraizamento destas é o mais interessante por colocar em evidência tanto as ações e conteúdos da política de identidade como a trama de relações intracomunitárias fundamentais a sua existência e dinâmica. Algumas associações revelam a densidade das relações de parentesco, de afinidade religiosa, de relações de gênero e de distribuição do poder nas comunidades étnicas.

### **3.2.2 Formação política e social em Jambuaçu**

O movimento social de comunidades quilombolas produz formas de organização concretizadas em associações, construídas a partir da luta pela terra, que anteriormente, estavam vinculadas à Igreja Católica. Hoje as associações estão articuladas por comunidades, criando-se autoridades de representação política.

O Território quilombola de Jambuaçu, está politicamente formado por quinze comunidades e dez Associações Comunitárias vinculadas a uma Coordenação de Associações Quilombolas– BAMBAAE, Associações de Mulheres, Quilombolas de Jambuaçu e Associação das Famílias da Casa Familiar Rural Pe. Sergio Tonetto e mais as Irmandades Religiosas.

A Coordenação das Associações Quilombolas do Território de Jambuaçu –BAMBAAÊ-Moju/PA, foi fundada em 01 de julho de 2008. Tem como objetivo geral defender os direitos e interesses das associações e comunidades remanescentes de quilombos do Território de Jambuaçu afiliadas. E tem como uns dos seus objetivos específicos estatutariamente: promover a articulação entre as associações, apoiar as associações e comunidades quilombolas no desenvolvimento de seus trabalhos, as quais são quinze Comunidades Quilombolas e suas respectivas associações. (ESTATUTO DAS COMUNIDADES. QUILOMBOLAS DE JAMBUAÇU, 2008, p. 1)

As associações comunitárias são pré-requisitos para titulação coletiva do ITERPA e podem agregar uma ou mais comunidades. Cada associação se responsabiliza pelo controle e gestão de uma comunidade titulada ou em via de titulação, como a comunidade de Santa Luzia do Poacê, todas com vínculo com a BAMBAAÊ, que representa politicamente os quilombolas do território. Essa entidade centraliza e hierarquiza as funções de representação, articulação, captação de recursos e implantação de projetos de desenvolvimento para as

comunidades, bem como, fortalecer as comunidades do território quilombola de Jambuaçu e defender seus direitos no enfrentamento dos interesses com atores sociais hegemônicos, interno e externo ao território.

O debate sobre a criação dessa unidade de representação política que é o Conselho foi paralela as discussões para uma reflexão sobre o “território” central no embate contra a VALE. No vídeo “Amor pelo território quilombola de Jambuaçu” (PNCSA) várias intervenções repetem “porque nos somos um território”.

### **3.2.3 A formação das lideranças quilombolas em Jambuaçu**

Após a criação da organização política, os quilombolas de Jambuaçu conquistam os direitos às terras ocupadas e estão conseguindo nos espaços políticos, legitimar seus pleitos no nível externo. Unidos em associações e na coordenação das associações, com a nova organização de alguma forma imposta pelos órgãos públicos são influenciados a manter os laços familiares e de solidariedade, o que significa a união de todos nas comunidades em defesa do território. Nessa nova configuração o trabalho das lideranças tem sido de fundamental importância pela representatividade em todas as instâncias políticas.

Em uma das entrevistas que realizei com o Sr. Max Assis, coordenador da BAMBABÊ, relatou a origem e formação dos quadros das Associações e Conselho:

[...] As lideranças quilombolas em Jambuaçu vem principalmente, dos sindicatos e Igreja, foram as fontes que iniciaram a conscientização. Dentro do movimento social as pessoas que se sobressaíam se tornavam presidentes de Associação. Na década de 70 tinha o movimento sindical, mas a maioria das comunidades de Jambuaçu, faziam parte das Comunidades Eclésias de Base - CEBs, que com trabalho realizado pela Pastoral da Terra, na pessoa do Pe. Sérgio, com o falecimento do Padre tomou posse a Sra. Maria dos Reis. Esse trabalho social inicia devido o enfrentamento com a empresa REASA. Nesse momento as lideranças começaram a sobressair para acompanhar os embates. Por exemplo, Seu Dárico vem do movimento Sindical. No período da década de 80 o Sindicato e a Igreja caminhavam juntos, atualmente não é o mesmo sistema devido às divergências políticas com o partido dos trabalhadores. Essas divergências atingiu o Movimento Sindical e a Igreja, enfraquecendo o movimento no trabalho do enfrentamento com a empresa REASA. Os conflitos vieram despertar a liderança que havia dentro das pessoas. (Informação verbal)<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup>

Relato de Max Assis, Liderança Quilombola, Comunidade de Santa Luzia do Poace. 2011

As ações realizadas por lideranças, tanto homens quanto mulheres, estão relacionadas aos eventos de embate e à organização política e social do grupo. Esta ação foi fundamental para estabelecer relações com os antagonistas e atores externos, no sentido de cumprir as exigências legais sobre os pleitos relacionados às demandas do território. Hoje esse trabalho está sendo executado com mais autonomia.

Nesse sentido, o líder das associações de comunidades de Jambuaçu, junto com outras lideranças, estão vendo a melhor forma de trabalhar o fortalecimento, a oportunidade, a autonomia e a questão da identidade no território. Nessa entrevista Max Assis aponta que:

[...] Com a passagem da Vale pelo território nós tivemos prejuízos ambientais e sociais. No entanto por causa da Vale nos estamos organizados. Quando se pontua o movimento, entra a questão do agente externo. De 2001 a 2009 nós estávamos totalmente dependente do agente externo; por exemplo, a Universidade ia lá, fazia o trabalho e se retirava, mas, a comunidade não sabia dar continuidade, antes tudo tinha que ser consultado. A partir de 2010, com a nova diretoria o território se fortaleceu no sentido de caminhar com as próprias pernas, ou seja, criou-se o sentido de autonomia, agora dar pra trabalhar sem consultar o agente externo. (MAX ASSIS- Presidente da BAMBAE - Informação verbal em 2011)<sup>27</sup>

Autonomia acontece na ação no relacionamento com os outros sujeitos, envolvendo a dimensão política, isso implica a realização dos projetos que os sujeitos, por meio da ação política criam as condições sociais mais favoráveis para sua realização.

No trabalho desenvolvido na organização quilombola de Jambuaçu, por ocasião da escolha de seus representantes de comunidades destacam-se situações de disputa, de avaliação e consenso. As tensões e conflitos não estão ausentes neste universo micro. Ainda intervêm as visões políticas de outras instâncias de poder (incluindo da empresa, governo municipal, tecnocracia do Estado) no campo das comunidades. Não dispomos de observações empíricas suficientes para refletir como cada indivíduo é capaz de fazer uso de seu próprio entendimento, para tomar decisões, numa condição de autodeterminação e autonomia. Na interpretação de Zatti (2007, p.83):

A opressão e as condições econômicas de miséria devem ser superadas para que realmente haja a possibilidade de autodeterminação. A democracia supõe que seus membros possam ser capazes de tomar decisões. Por isso, a

---

<sup>27</sup>

Entrevista concedida à autora por Max Assis, Comunidade de Santa Luzia do Poace, 2011

democracia é uma forma de organização política que respeita a dignidade e autonomia dos sujeitos.

No Relatório da BAMBAÊ encontra-se desenvolvida uma reflexão sobre o que está sendo interpretado por autonomia.

Para garantir a autonomia local, o papel dos agentes externos deve ser de apoiar os agentes locais para que tenham seus domínios individuais estimulados a assumirem o processo de intervenção e, desse modo, assegurar a mudança. A continuidade do apoio de agentes externos, e não os externos como condutores do processo, é uma importante condição para o processo de intervenção (RELATÓRIO das atividades das comunidades quilombolas., 2006, p. 32)

### **3.2.4 O papel das lideranças de Jambuaçu**

As lideranças de Jambuaçu se destacaram nas funções de mediação entre as empresas que adentraram o território trazendo transtorno para as estruturas políticas e sociais do local. Dessa forma, as lideranças iniciaram atividades para organizar a comunidade e engendrar a ação política durante os embates com as empresas capitalistas.

A forma de organização política elaborada através dos anos, bem como as características das instituições locais, se constitui a base para a formação da história social e política internamente ao território. Para Almeida et al. (2008, p. 75) “[...] As comunidades étnicas dispõem cada vez mais de seus próprios líderes para pensar criticamente a forma de se relacionar com ‘os de fora’, esses novos sujeitos sociais, que constituem lideranças são: Presidentes de Associação, Coordenadores de Comunidade ou Líderes Religiosos”.

Leite (2008) elabora uma reflexão sobre as capacidades políticas que as lideranças têm conseguido desenvolver e por em prática, segundo a antropóloga:

[...] está cada vez mais evidente o nível de discernimento das lideranças de comunidades quilombolas e o momento que são obrigadas a transitar em um campo minado, devido a interesse e alianças politico-partidárias, que se apresentam até mesmo como pré-condição para o acesso as políticas sociais. Essa uma das formas de instrumentalização política dos quilombos (LEITE, 2008, p.287).

### 3.2.5 O trabalho das lideranças femininas em Jambuaçu

Na organização da comunidade política de Jambuaçu percebi o expressivo número de mulheres que assumem cargos de lideranças em associações, além do Grupo de Mulheres. As mulheres desse território não estão segregadas somente no grupo familiar, mas estão participando ativamente de outros espaços da sociedade local. A Profa. Waldirene dos Santos Castro (Comunidade de Santa Luzia do Poacê), que é uma das lideranças, demonstra certa preocupação com a parte econômica no território, quando fala da parceria com a empresa SEBRAE:

*[...] Estamos fazendo uma parceria com o SEBRAE para que seja ministrado no território um curso de artesanato para ganhar dinheiro. Já existe um projeto voltado para a cultura. O objetivo é trazer um incentivo da cultura para os jovens, idosos, mulheres, em conjunto com a escola. O problema é que não sabíamos fazer projetos. Foi quando fizemos uma proposta com a Vale, que se dispôs a nos dar o apoio. Tivemos que pedir auxílio para fazer o projeto.*

Nesses espaços de contradição e antagonismos, Silva (2008) diz que as mulheres de Jambuaçu reconstróem oportunidades a partir de práticas políticas, que vêm em encontro às suas necessidades, que passam a descobrir novas formas e mecanismos para atuar na esfera pública e na própria comunidade. Nesse sentido as lideranças quilombolas confirmam suas práticas políticas e as novas formas de atuar na comunidade.

Isso fica explícito na fala da Profa. Waldirene Castro:

*[...] O trabalho das mulheres flui melhor do que dos homens. Antes na casa de farinha eram as mulheres que lideravam, hoje, são os homens que estão na liderança, no futebol também são as mulheres que lideram. Como liderança nas associações, na Igreja, são as mulheres que têm uma grande expressão.*

Comungando do mesmo pensamento, D. Raimunda Gomes (Comunidade de São Bernardino), assim se manifesta:

*[...] Quanto ao desempenho na organização política as mulheres da comunidade são mais ativas que os homens, é quem participa tem mais sugestão que os homens. A participação delas é “boa mesmo”, não tem dificuldade, largam suas casas, sua família e vão para a luta, estão sempre dispostas. Findou o meu mandato e nós não fizemos uma reunião para presidente das mulheres de Jambuaçu. Termina em maio o mandato dessa diretoria e vai ter outra eleição, por enquanto está parado.*

É uma consciência que está sendo construída através da participação - nos encontros na Associação de Mulheres, encontro com as lideranças locais, nos embates contra as empresas que adentraram o território e nas reuniões com o Ministério Público. Nesses locais e eventos são discutidas as problemáticas do território.

D. Raimunda Gomes expressa bem o comportamento do grupo na questão dos direitos e seu contentamento por saber que uma Juíza deu ganho de causa aos quilombolas:

*[...] Quando se sabe que vai haver qualquer movimento relacionado aos direitos dos quilombolas, no território, aí todos se mobilizam. Quando foi pra saber como estava o processo dos quilombolas, foi formado uma comissão pra ir ao Ministério Público, então tivemos a confirmação que havíamos ganho a sentença, isso foi motivo de felicidade porque foi uma Juíza, mulher, que deu ganho de causa aos quilombolas.*

De acordo com depoimento das lideranças, as mulheres sempre estão presentes nas organizações sociais, contribuindo na parte política com discussão, articulação e ações coletivas de caráter decisório. Essa parte é visível e mostra a importância da participação feminina.

A Profa. Waldirene dos Santos Castro mostra como e feita a articulação política com a comunidade:

*[...] Quando tem reunião chamamos a “companheirada”, todos são chamados; os que são associados e os não associados, para estarmos discutindo com todos e para todos. Temos próximo de nossa comunidade os fazendeiros, que também incomodam os quilombolas, mas todos têm que ser chamados. A “Casa”<sup>28</sup> também não pode ficar de fora porque vai formar cidadão, valores humanos. Essa visão de valores em relação ao dinheiro é muito errada.*

O movimento é formado em grande parte, por mulheres casadas ou solteiras; algumas são professoras na própria comunidade, participam de trabalhos na Igreja, Clubes de Mães, além de donas de casa.

Nessa organização elas não seguem nenhum modelo sistematizado, mas agem movidas pela necessidade de transformação das suas realidades e do meio em que vivem, ou seja, elas contribuem para um modelo de sentimento de justiça que fornece base para ação política. Essas mulheres passam a ser concebidas como sujeitos históricos, porque foram capazes de

---

<sup>28</sup> A “Casa” é expressão usada pelos nativos de Jambuaçu quando se referem à Casa Familiar Rural Pe. Sergio Tonetto. Localizada na comunidade N. S. das Graças.

resistir e enfrentar o sistema social e suas instituições públicas de forma consciente e organizada (SILVA, 2008).

No quadro abaixo, organizam-se o nome das mulheres e o cargo assumido dentro das Associações e na BAMBAÊ.

**Quadro 2** – Nome de Associações e suas respectivas presidentas

<b>Associação</b>	<b>Presidente</b>
Sta. Maria Mirindeua	Maria do Espírito Santo dos Santos
São Bernardino	Maria do Carmo Coimar Amaral
São Sebastião	Conceição de Souza Silva
Bom Prazer Poacê	Waldirene dos Santos Castro
Bambaê (Coordenadora)	Guiomar Correa Tavares
Oxala de Jacundai	Nelnice do Carmo Valadares
Vila Nova	Givanilda Correa da Silva
N. S. das Graças	Maria Matilde Morais Aires
Santana do Baixo	Maria Olinda Malcher da Costa

**Fonte:** Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2007).

Em oito Associações conta-se com a presença de mulheres. Este é apenas uma informação que se completa com sua postura em reuniões, audiências (como as citadas no Ministério Público Federal) em comissões, eventos. A análise dos seus discursos, manifestações e formas de argumentar poderão representar um registro da visibilidade desse agente e seus saberes no campo político.

#### 4 CASA FAMILIAR RURAL EIXO DE PROJETOS E CONFLITOS

A educação quilombola, compreendida como um processo amplo permite penetrar nas relações sociais construídas no dia-a-dia dos quilombolas, tanto aquelas significadas a partir da concepção de território, do sagrado, da cultura e que estão presentes nas diversas formas de organização. Para o grupo a educação tem sido um lento movimento de conquistas, a começar pelo direito ao acesso, pela busca de condições de permanência e de construção de uma escolarização que contemple sua identidade, sua cultura, seus valores. Nesse sentido suas lutas por educação estão no cerne de políticas de identidade que procura alicerçar-se em novas políticas educacionais que sob a pressão de movimentos sociais o Estado brasileiro tem elaborado recentemente. Na acepção de Silva Júnior (2004, p.104):

[...] Portanto, se faz necessário uma educação que contemple todas as formas e modalidades, voltadas para a realidade do grupo [...] requer a adoção de políticas educacionais que valorizem a diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino.

O movimento quilombola de Jambuaçu passou a idealizar uma educação e uma escola no território, que acompanhe, responda pela a realidade local. Estas propostas aproximam-se de possibilidades refletidas por Henriques (2007) que escreve à propósito dos seus princípios e valores “[...] que possibilite a formação de crianças, jovens e adultos, vinculando o saber universal às experiências de vida dos educandos, para que se tornem sujeitos participativos, capazes de estabelecer os alicerces de uma nova ordem social” (HENRIQUES, 2007, p. 17).

No território quilombola de Jambuaçu as reivindicações pela educação abrangem as escolas de ensino fundamental e o projeto da Escola Família Rural, o mais novo e no qual depositam expectativas. Em relação às primeiras encontra-se no arquivo da BAMBAÊ um ofício (quadro 3) solicitando providências do governo municipal ante o estado físico e funcionamento dessas unidades.

**Quadro 3** – Ofício expedido à Prefeitura de Moju

Moju – PA, 07 de setembro de 2010.

À: Prefeitura Municipal de Moju  
Ilmo. Iram Ataíde Lima  
Prefeito Municipal e Moju  
Assunto: Solicitação

Prezado Senhor Prefeito,

Em virtude da maioria de nossas escolas quilombolas de nosso Território Quilombola de Jambuaçu estarem em processo de reforma, é de nosso conhecimento que nem todas foram contempladas em seu Orçamento da sua Secretaria Municipal de Obras a instalação de forro, ventiladores e grades nas portas. Nossas escolas carecem de mais segurança, haja vista que já tivemos furtos de merenda escolar e botijão de gás entre outras coisas. Só assim nossos filhos estudarão com mais conforto e nós pais, mais tranquilos com a segurança de nossas crianças e patrimônio.

Diante do exposto, vimos através deste, solicitar de Vossa Senhoria a instalação dos itens acima e 03(três) roçadeiras para manutenção da área das escolas e das comunidades. Estas ficarão em local estratégico para utilização das comunidades.

Desde já agradecemos esta parceria e continuidade de nossos trabalhos e que o Divino Espírito Santo esteja convosco.

Sem mais para o momento.

**Fonte:** Arquivo da BAMBAÊ (2010).



**Fotografia 7**– Frente parcial da Casa Familiar Rural Pe. Sergio Tonetto, localizada na comunidade N. S. das Graças em Jambuaçu.

**Foto de Haydeé Fonseca (12/03/2011)**

Aqui se observa que todas as comunidades disponibilizam escolas, prédio com duas salas e copa, construídas em alvenaria e teto de *brasilite*. É para estas escolas que ocorre a chamada de atenção de setembro de 2010.

O Projeto Saberes da Terra do Governo Federal, em conjunto com a Pedagogia da Alternância, da ARCAFAR-NORTE, é um projeto educacional que está sendo desenvolvido para proporcionar um padrão adequado de ensino para filhos de trabalhadores das comunidades do território quilombola de Jambuaçu.

Esse projeto pedagógico está sendo desenvolvido na Casa Familiar Rural Pe. Sergio Tonetto e, é a partir dele que mostrarei a trajetória de luta dos quilombolas de Jambuaçu até chegar na concretização do projeto da escola.

Quando iniciei minha pesquisa em Jambuaçu o primeiro local que me dirigi foi à Casa Familiar Rural Pe. Sérgio Tonetto. De acordo com o que já foi narrado, na introdução deste trabalho, durante a viagem conheci a Profa. Silvana Fonseca, que me acompanhou até a Casa

Rural. Lá chegando fui apresentada aos Professores da escola, logo em seguida fui conhecer as dependências da Casa.

Nesse mesmo dia conversei com a Senhora Maria Olinda Malcher da Costa (Comunidade N. S. das Graças), membro da comunidade Nossa Senhora das Graças e que também trabalha na Casa Rural, na parte de serviços gerais. A senhora me falou das dificuldades enfrentadas pelos pais/famílias para conseguir educar os filhos:

[...] Foi com muita luta que conseguimos a construção dessa escola e do posto de saúde. Nossa dificuldade era muito grande. Para que os filhos pudessem estudar alguns pais tinham que se mudar pra Belém para que os filhos tirassem o ensino médio e superior.

Diante dessas dificuldades e com um firme propósito de colocar em prática o sonho, de ter na comunidade quilombola uma escola que viesse atender os anseios da comunidade iniciaram reuniões para discutir a melhor forma de alcançar esse objetivo. Os quilombolas têm consciência da necessidade da educação das novas gerações, direito que as gerações anteriores não usufruíram. Caldart (2004) ajuda a compreender esse projeto coletivo e o vínculo com a identidade quando escreve:

[...] Um movimento popular que reivindica a necessidade que seus militantes sentem de verem seus filhos na escola que eles não tiveram e muito mais, que estes possam ter uma educação que faça sentido no cotidiano de cada um deles, na vida que eles têm e dentro da luta que eles vivem, fazendo com que estes tenham uma consciência crítica e se formem como sujeitos com uma identidade (CALDART, 2004, p. 24).

Após várias reuniões feitas durante quase dois anos e sempre com o apoio de um religioso, o Pe Sergio Tonetto, a escola veio a luz. Na fala de D. Maria Olinda Malcher da Cosa está a memória do apoio recebido “[...] *O Padre foi o grande incentivador para que o objetivo fosse concretizado*”. Depois de haver um plano idealizado foi convocado a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), que deram apoio novo incentivo e orientação. “[...] *Após tudo planejado chamamos a Vale pra que nos apresentasse a proposta e a planta da nova escola. A Vale já tinha feito uma proposta pra nos, pra construir a escola, Essa foi uma recompensa pra nós, quilombolas de Jambuaçu, que eles tavam devendo*”. (Relato de D. Maria Olinda Malcher da Costa, comunidade N. S. das Graças)

Finalmente a escola foi construída e inaugurada no dia 18 de fevereiro de 2008, para atender a demanda de filhos dos quilombolas. A escola atende crianças do sexo masculino e feminino e com idade a partir de 14 anos.

A Casa Familiar Rural Pe. Sergio Tonetto (CFR), localizada na Comunidade N. S. das Graças, no Território Quilombola de Jambuaçu, município de Moju, está instalada numa área de aproximadamente 850 m<sup>2</sup>, toda equipada, com espaço para refeitório, cozinha, dormitórios masculinos e femininos, área de convivência, salas de aulas e uma grande sala de multiuso. Contém ainda uma área destinada a Prática Agrícola. Nessas dependências os alunos ficam hospedados durante o período da alternância.

Sobre essa pedagogia foi realizado novo tempo de debate e de formações o que recorda a Profa. Silvana Fonseca em seu relato:

*[...] A Casa Familiar Rural Pe. Sergio Tonetto tem uma metodologia de ensino que veio atender a necessidade da comunidade quilombola, é o sistema de Alternância, em que o aluno passa um período na escola e outro na comunidade de origem, conciliando as disciplinas curriculares com o trabalho da roça. A escola funciona num regime de semi-internato, somente no período em que não há plantio nem colheita. Inicialmente, a instituição atende três turmas do Ensino Médio com habilidade em agricultura familiar, uma turma do Ensino Fundamental, além de receber duas turmas do Saberes da Terra.*

Atualmente, a Casa abriga sessenta alunos matriculados no Ensino Fundamental e Médio, com atividades pedagógicas e ações voltadas para atividade agrícola familiar. Dessa forma vem contribuindo com a formação deste grupo, mantendo o convênio de cooperação assinado com a prefeitura municipal e as comunidades quilombolas em seu benefício.

Durante a entrevista que realizei com o Prof. Walmir Peres da Natividade, Coordenador Pedagógico da Casa Familiar Rural Pe. Sergio Tonetto obtive informações importantes sobre a escola - o regime de funcionamento, metodologia aplicada e sobre a capacitação dos profissionais que atuam na Casa. O Professor iniciou sua narrativa falando sobre os objetivos do Programa:

*[...] que é e elevar a escolaridade de pessoas que não conseguiram adquirir dentro da sua faixa de idade, como também atender o produtor rural para melhoria da produção e na formação social, ou seja, oferecer uma formação voltada para a realidade dos educandos desse território. Por apresentar uma proposta pedagógica, o ProJovem Campo – Saberes da Terra, está baseado na metodologia da Alternância, em que o aluno passa um período na escola e outro na comunidade de origem, conciliando as disciplinas curriculares com as agrícolas. O aluno aprende um ensino profissionalizante e as relações sociais, aprende a cuidar de sua roupa e o espaço onde habita. Todo o trabalho de organização é de responsabilidade*

*do aluno.* (Prof. Walmir P. da Natividade, Coordenador Pedagógico da CFR-Pe. Sergio Tonetto, grifos nosso).

É preciso observar que nem sempre a questão da identidade aparece nos discursos, de tal forma que a categoria “produtor rural” é destacada pelo educador, sem dar relevância à concepção política desta escola. Aspectos formais estão sendo ressaltadas: ensino profissionalizante, cuidar da roupa e do espaço. No grupo de professores a leitura da educação quilombola não é homogênea ou possui relevância idêntica.

#### 4.1 OS INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS

A Pedagogia da Alternância utiliza diversos instrumentos metodológicos elaborados com base na experiência adquirida pelos alunos e seus familiares. Através desses instrumentos é garantida uma interação permanente entre família e escola. Estes instrumentos se constituem no Plano de Estudos, Folha de Observação, Caderno da Realidade, Visitas e Viagens de Estudos, Visitas às Famílias (ALMADA, 2005, p. 51).

Dentro da metodologia do Programa existe um Plano de Estudos que é elaborado pelos jovens conjuntamente com os professores, por meio da Pesquisa Participativa. O plano de estudos do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, está fundamentado no eixo articulador Agricultura Familiar e Sustentabilidade. Este eixo amplia as dimensões de atuação na formação do jovem agricultor. A proposta pedagógica da Casa está fundamentada no eixo, que vai nortear a identidade quilombola de Jambuaçu.

De acordo com a declaração do Prof. Walmir da Natividade:

*[...] A Casa Familiar Rural trabalha com eixos temáticos, que são trabalhados na comunidade através de pesquisa participativa. O trabalho realizado é uma tentativa de buscar soluções para os problemas na comunidade. O eixo mais importante vai construir essa identidade. O tema escolhido para ser trabalhado foi: Agricultura Familiar: identidade, cultura, gênero e etnia. Esse tema vai nortear toda a identidade quilombola porque vai trabalhar a cultura e o preconceito.* (Prof. Walmir Peres da Natividade Coordenador Pedagógico da CFR-Pe. Sergio Tonetto, (grifos nosso).

A proposta do Projovem Campo – Saberes da Terra - está baseado na Pedagogia da Alternância, combinando dois tempos educativos: Tempo Escola e Tempo Comunidade. Essa metodologia diferenciada do Programa considera as peculiaridades e especificidades do aluno

do campo, uma vez que concilia estudo e trabalho, construindo uma relação entre educação e agricultura familiar e os demais aspectos produtivos.

Quanto à capacitação dos Professores que trabalham na Casa, o Prof. Walmir Peres da Natiidade informou que:

*[...] Os professores do ProJovem Campo que recebem a capacitação, que já possuem nível superior e com experiência das Escolas Família Agrícola, organizada pela Associação Regional das Casas Familiares Rural – ARCAFAR, saem com o título de especialista em Educação no Campo, através do IFPA – Pólo de Abaetetuba. Essa formação é para o Professor que trabalha na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA, nessa proposta pedagógica o foco da formação fica de três anos (Prof. Walmir Peres da Natividade, Coordenador Pedagógico da CFR-Pe. Sergio Tonetto).*

O educador situou o que considera grandes desafios a vencer, tanto no sentido de garantir ao aluno o acesso ao conhecimento de acordo com o currículo proposto pelo Programa, quanto um conhecimento técnico – agrícola -, que dê condições de formar agricultores com um conhecimento amplo e específico da realidade em que atuam.

A Pedagogia da Alternância é uma proposta de educação voltada para o desenvolvimento do meio rural, buscando respostas à condição do homem do campo, procurando resolver problemas a partir de uma tomada de consciência, sendo um instrumento de transformação e que tem como foco principal a realidade do grupo. “[...] A Alternância significa uma maneira de aprender pela vida, partindo da própria vida cotidiana, dos momentos experienciais, colocando assim a experiência antes do conceito” (GIMONET, 1999, p. 44).

#### 4.2 PROGRAMA DE SUBSISTÊNCIA DA CASA FAMILIAR RURAL

Na comunidade de N.S. das Graças, onde está localizada a Casa Familiar Rural, tem uma área verde, relativamente extensa onde se desenvolve o cultivo de horta, frutas e verduras, além da criação de frango e porcos. Todas as atividades são cultivadas pelas mãos dos alunos, na faixa etária de 14 a 18 anos, sob orientação e supervisão.

Durante o percurso que fiz para conhecer a área onde estão localizados os criadouros de porcos, observei que o sistema de criação é semi-intensivo, em razão dos animais estarem confinados em espaços, denominados de pocilga. Segundo o Prof. Raimundo Gualberto

Silva Moraes: “*existe todo um cuidado com os animais, são alimentados com sobras de alimentos, além da ração. As pocilgas foram construídas em áreas bem largas, que possibilitam os animais se movimentarem a vontade*”.

As hortaliças são uma alternativa de subsistência, visto que a produção local está sendo utilizada para o consumo na Casa. Mais ainda, elas são resultado do aprendizado recebido em sala de aula, por meio do Programa Pró-Jovem Campo: Saberes da Terra. Durante o pernoite que fizemos<sup>29</sup> na Casa, conversei bastante com o professor Raimundo Gualberto Silva Moraes: coordenador do Programa. Segundo o Professor:

*[...] esse trabalho é gratificante, os alunos têm respondido as expectativas do Programa, em razão de estarem repassando em casa, para as famílias, os ensinamentos adquiridos durante as aulas práticas. A implantação da horta escolar é apenas um dos muitos resultados positivos, portanto, uma das principais conquistas. (Prof. Raimundo Gualberto, Comunidade N. S. das Graças).*

Além da criação de porcos existe também uma criação de galinhas caipiras. Por sinal na noite que antecedeu a reunião com o Dr. Felício Pontes, o Prof. Raimundo Gualberto Silva Moraes: pediu para preparar um frango, que foi servido durante o jantar para as pessoas que estavam pernoitando na Casa.

No âmbito desse grupo familiar, encontros são realizados sistematicamente para debater, trocar experiências e avaliar os resultados obtidos. Nas várias falas, mesmo fora das entrevistas, percebemos que esta articulação encontra-se bem estabilizada, fazendo parte do cotidiano. Nesse sentido, D. Maria de Fatima Santos, que vive na Comunidade N. S. das Graças, assim se expressa: “*[...] A escola é boa, o alimento é bom, nenhum aluno é maltratado. Tem também o trabalho da horta, os jovens aprenderam a tratar da terra, foi através da escola que os jovens tiveram uma vida melhor, mas produtiva. A alimentação que é servida é igual para todos*”.

Este aspecto é um detalhe da articulação entre o ensino prático e a manutenção dos alunos dentro da Escola, com relativa autonomia. Mas isto não significa que os problemas de orçamento e financiamento não tenham limitado essa autonomia e tenha orientado a buscar apoio externo da SEDUC, por meio de convênio e o mais delicado o apoio da VALE S/A e mais recentemente da empresa HYDRO que adquiriu o empreendimento para programas e de aproximação entre direção da escola e a VALE mesmo em situações de conflito como ocorreram recentemente.

---

<sup>29</sup> Neste dia pernoite e estava em companhia de Joseline Simone Barreto Trindade, Professora da UFPa, Campus de Marabá.

#### 4.2.1 Educação quilombola na Amazônia

Estudos realizados pela Socióloga Violeta Loureiro apontam que a educação na Região Amazônica evoluiu a partir da década de 60, mas as desigualdades regionais persistiram e estão expressas nos indicadores da região. Os desafios para educação na Amazônia se apresentavam de várias formas, exigindo ações urgentes do governo, para atender às necessidades básicas de grupos do meio rural, principalmente os jovens. Devido às dificuldades enfrentadas pela deficiência do sistema educacional a sociedade começa a se organizar e pressionar o governo para o aumento de vagas nas escolas do campo. A partir daí a educação passa a ser vista sob um ângulo de valorização (LOUREIRO, 2007).

Após muitas mobilizações regionais em que estiveram envolvidos militantes, parlamentares negros e entidades de apoio, o tema passou a ter outra visão na sociedade, principalmente com a publicação na Constituição Federal de 1988, do artigo 68 da ADCT e o Decreto 4.887/03, que se referem diretamente aos quilombos (BRASIL, 1988). De acordo com Nunes (2006, p.151): “[...] Os movimentos sociais se constituem espaços essencialmente educativos, educam nas e para as contradições sociais, resultando em uma construção e disseminação de conhecimentos que tem como horizonte uma educação voltada para a formação humana”. A autora chama atenção para “[...] a perspectiva de educação em que cada um seja capaz de ir além da leitura das páginas do caderno ou do livro didático” (NUNES, 2006, p.150)

O reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida a quem vive nas cidades é recente, o tema ganhou visibilidade com a instituição das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. “[...] O objetivo foi de atender a essas especificidades e oferecer uma educação de qualidade, adequada ao modo de viver, pensar e produzir dessas populações identificadas com o campo, dentre eles os quilombolas, garantindo os direitos sociais e a formação integral desses indivíduos” (HENRIQUES, 2007, p. 9).

Na mesma linha a antropóloga Ilka Boaventura Leite (2002) afirma: “[...] A luta do homem do campo pela escola, pela instrução de seus filhos, se situa no contexto de conquista de um direito, ou de um mínimo de igualdade de oportunidades, sendo uma forma de se defender de uma ignorância que percebe estar vinculada a sua situação de exclusão política e econômica”. (ARROYO, 1982, p. 5 apud LEITE, 2002, p. 86).

A educação no Brasil mereceu um pouco mais de atenção por ocasião do texto da Carta Magna de 1988, que proclama a educação como direito de todos e, dever do Estado, transformando-a em direito público e abrangendo todos os níveis e modalidades de ensino, ministrados em áreas urbanas ou rurais. Devido a uma ampla movimentação da sociedade em torno da garantia dos direitos sociais e políticos, referente ao acesso de todos os brasileiros à educação escolar como uma premissa básica da democracia. Ao afirmar na Carta, que “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo” (BRASIL, 1988, Art. 208), ergueram-se os pilares jurídicos sobre os quais viria a ser edificada uma legislação educacional capaz de sustentar o cumprimento desse direito pelo Estado brasileiro.

No bojo desse entendimento, a educação escolar do campo passa a ser abordada como segmento específico, e com implicações sociais e pedagógicas próprias. Apesar de não fazer referência direta, no corpo da Carta, ao ensino rural, mas possibilitou às Constituições Estaduais e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - o tratamento da educação rural no âmbito do direito à igualdade e do respeito às diferenças (BRASIL, 2001).

Neste aspecto, a Constituição do Pará, no artigo 281, explicita que o plano estadual de educação deverá conter, entre outras, medidas destinadas ao estabelecimento de modelos de ensino rural que considerem a realidade estadual específica, e no artigo 280 dessa Constituição, diz que o Estado é obrigado a expandir, concomitantemente, o ensino médio através da criação de escola técnico-agrícolas ou industriais.

As diretrizes promocionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, aprovadas em 2001 pelo Conselho Nacional de Educação, representa um importante marco para a educação do campo porque contempla e reflete um conjunto de preocupações conceituais e estruturais presentes historicamente nas reivindicações dos movimentos sociais. Dentre elas, o reconhecimento e valorização da diversidade dos povos do campo, a formação diferenciada de professores, a possibilidade de diferentes formas de organização da escola, a adequação dos conteúdos às peculiaridades locais, o uso de práticas pedagógicas contextualizadas, a gestão democrática, a consideração dos tempos pedagógicos diferenciados, a promoção, através da escola, do desenvolvimento sustentável e do acesso aos bens econômicos, sociais e culturais. (HENRIQUES, 2007).

Nesse contexto, surge o Saberes da Terra: programa nacional de educação de jovens e adultos, que integra à qualificação social e profissional para agricultores e familiares. O Programa surge com o objetivo de amenizar as desigualdades educacionais entre o campo e a cidade. Sua metodologia reconhece as necessidades próprias e a realidade diferenciada da

população do campo. O programa estimula e apóia o fortalecimento e a ampliação das iniciativas de acesso e permanência de jovens agricultores familiares na rede pública de ensino. Henriques (2007, p. 27):

Hoje, portanto, a educação no meio rural assume um importante papel para o desenvolvimento das comunidades rurais, pois é através de uma ação educativa que essas comunidades buscam uma integração social, cultural e econômica além de ser um veículo de conhecimento e saberes sociais.

Pensar em educação para quilombola sugere pensar a partir da própria comunidade, onde se crie condições necessárias para que os educandos possam construir um conhecimento agregador de saberes sociais e saberes científicos, não se desvinculando de sua cultura, sua história, que contemple as relações étnico-raciais no seu interior, o que significa dar corpo a outros saberes, saberes mais “abertos”, que dêem dinamicidade e consistência aos saberes “fechados”, que se constituem, em complementaridade, o conhecimento a ser produzido na escola. (ARROYO, 2001 apud NUNES, 2006).

Os saberes “abertos” estão oficialmente incorporados à realidade educacional brasileira na proposta de Parâmetros Curriculares Nacionais, que os apresenta como Temas Transversais; encontram-se incorporados, também, na lógica do mercado de ponta, onde são exigidos trabalhadores “polivalentes”, com uma bagagem intelectual que não se reduz a letras e números, mas que se formem com outras habilidades e sensibilidades. (NUNES, 2006, p.152).

Educar as relações étnico-raciais é um apelo que emerge de segmentos contestatórios da sociedade, entre eles, o movimento social negro que tem sua gênese organizativa um agrupamento de pessoas que estão sempre em um contínuo movimento de ideias e práticas para transformar, através de lutas, a causa do negro.

#### 4.3 PRÁTICAS E SABERES NA ORGANIZAÇÃO QUILOMBOLA

Os caminhos construídos durante essa pesquisa me levaram a concluir que as práticas e os saberes têm relação com a educação, não a educação tradicional, mas a educação que vem das práticas de um saber não formal, e que se dá no âmbito da organização política quilombola. Segundo Frigo (2008, p.17) a educação faz parte da política. Seguindo o caminho indicado pela frase que diz: “alguns saberes se aprendem na prática”. Nesta pesquisa segui essa trilha para compreender de que forma a educação que vem das práticas do cotidiano está relacionada ao fazer político dos quilombolas.

Interessou-me compreender como esses sujeitos ficaram politizados em suas comunidades através do saber advindo do trabalho nas Associações e Coordenação de Associações. Procurei fazer um recorte analítico em torno dessas experiências, que não se resume apenas no universo do trabalho cotidiano, mas nas demais formas que os sujeitos elegem para se relacionar com a configuração social da qual fazem parte e na qual estão inseridos.

A análise da educação proveniente de práticas e saberes relacionado aos fazeres políticos dos quilombolas organizados em Associações e no Conselho de Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Jambuaçu é o eixo deste trabalho. Neles, também se refletem as estratégias que potencializaram a educação entre os quilombolas. Esses saberes ficaram evidentes pelo grau atingido em expor posições, argumentar, acompanhar reuniões e decisões de assuntos que estão relacionados ao dia-a-dia do território.

Para começar a entender bem o universo do qual fazem parte os quilombolas de Jambuaçu, registrei diversas ações, questões, gestos e atos que envolvem seus saberes. A partir daí passei a participar com mais frequência das reuniões de associações com intuito de observar todo o potencial existente daquele grupo de pessoas do território.

A concretização da pesquisa esta diretamente relacionada as relações e interação sistemática com os agentes, as lideranças das associações das comunidades quilombolas de Jambuaçu e suas relações com as práticas e os saberes relacionados ao fazer político. Em todos os momentos em que estive acompanhando os quilombolas em suas reuniões, minha atenção esteve voltada em observar como eles se portavam em cada apresentação, que se relacionasse com assuntos referentes ao território. Essas apresentações se deram em vários momentos: nas audiências com o Ministério Público, por ocasião das reuniões com os técnicos do ITERPA para auto-definição da comunidade Santa Luzia do Poace. Em cada momento era necessário que os quilombolas elaborassem uma documentação específica como: ata, declaração, avisos, ofícios, memorandos, croquis e outros. É uma infinidade de documentos que exige certa habilidade na escrita.

Entretanto, o fazer quilombola vai além dos expedientes que fazem parte do cotidiano de uma organização administrativa. Dentre o “saber fazer” percebi as habilidades na organização, na discussão com os representantes da VALE no MP, por ocasião de se planejar para os embates com empresas que adentraram o território e durante as audiências públicas, quando se pronunciam em plenária reivindicando melhorias para o território, como políticas públicas ou outros benefícios. Nessa experiência observei que os eventos são considerados

pelo grupo como “momentos de aprendizagem”, principalmente os que estão relacionados com a empresa VALE. Para Charlot (2000, p. 63) a relação com o saber é definida como:

Uma relação de sentido e, portanto, de valor, entre um indivíduo pertencente a um grupo e os processos ou produtos do saber. A relação com o saber se enraíza na própria identidade do indivíduo. Conclui-se, portanto, que toda a relação com o saber é indissociavelmente uma relação singular e social

Em meio às reuniões que aconteceram em Santa Luzia do Poace, os quilombolas se pronunciavam para tirar as dúvidas ou dar sugestão sobre o processo de auto-definição, que está tramitando no ITERPA. Toda a burocracia que está sendo tratada era de conhecimento de quase todos os que estavam presentes à reunião. Isso denota um saber, um conhecimento dos assuntos referentes aos tramites da regularização da comunidade, no que se refere ao direito a terra.

A organização quilombola, como qualquer outra assumiu o desafio das exigências que lhes são impostas pelos órgãos públicos e sociedade civil organizada, ficando cada dia mais eficiente, em razão da transformação social e das mudanças que vêm ocorrendo na sociedade. Nesse sentido os quilombolas estão procurando adequar-se às exigências, que demandam ações imediatas.

Essas práticas educativas que se desenvolvem no ambiente administrativo das associações e na coordenação das associações fazem parte de um saber-fazer que indica mais capacidade nas atividades burocráticas. Segundo Freire (2001, p. 34):

[...] As práticas educativas enquanto prática social a prática educativa, em sua riqueza, em sua complexidade, é fenômeno típico da existência, por isso mesmo fenômeno exclusivamente humano. Daí, também, que a prática educativa é histórica e tem historicidade.

Segundo Gohn (2004) “[...] As relações políticas apresentam interação entre os grupos da comunidade e a sociedade política, porque se estrutura a partir de um território”. A organização social quilombola cria redes de pertencimento e de participação social, principalmente quando se articulam para comparecer até o poder público. Dessa forma “[...] contemplam uma nova esfera pública articulada à sociedade civil organizada por meio de comissões, conselhos, fóruns etc.” (GOHN, 2004, p. 9)

Acredito que esse aprendizado é resultado de uma série de práticas adquiridas na organização política do grupo, seja no Conselho, nas Associações, no grupo de mulheres. Nesse sentido, Charlot (2000, p. 63) afirma, que: “[...] a prática mobiliza informações,

conhecimentos e saberes, produzindo o aprender, que é o domínio de uma situação”. Portanto, é importante conhecer a criatividade, potencial, experiência, conhecimento, unidade, maturidade e até as discordâncias existentes entre os grupos, que é comum em uma organização política. Esses fatos promovem um entendimento sobre o universo cultural dos entrevistados.

Nesse trabalho aponto os fatores relativos ao sucesso do grupo, referente à sua politização adquirida nas várias formas de se relacionar com os saberes, transmitindo ou se apropriando deles. Para Charlot (1996, p. 49), a relação com o saber é definida como:

[...] uma relação de sentido e, portanto, de valor, entre um indivíduo pertencente a um grupo e os processos ou produtos do saber. A relação com o saber se enraíza na própria identidade do indivíduo, questiona seus modelos, suas expectativas em face da vida, do futuro, do ofício futuro, da imagem de si mesmo e das suas relações com as figuras parentais. Falamos, então, de relação de identidade com o saber.

Essa educação do qual me refiro nesse trabalho, está inserida nos moldes da Educação não formal, porque “[...] capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo”. (GOHN, 2006, p. 29).

A trajetória histórica e política da organização quilombola de Jambuaçu, foi constituída em diferentes momentos, de lutas políticas para garantia de seu território. Entretanto, essas lutas são consideradas como um aprendizado, porque têm proporcionado oportunidade de conhecimento, que provém de práticas e saberes. As experiências que aconteceram em diferentes momentos contribuíram para a educação do grupo, e está relacionada ao saber político dos quilombolas. Segundo Bourdieu (1975, p.40):

[...] as mais diferentes relações estabelecidas pelos sujeitos com os saberes, seja qual for a natureza desse saber, poderia também ter explicações na sua origem social, que os colocaria em condições mais ou menos favoráveis com estes. A origem, no entanto, não determinaria as relações estabelecidas entre sujeitos e saberes.

Durante o tempo em que estive realizando o trabalho de campo identifiquei o desenvolvimento de estratégias diferenciadas e que foram percursos de lutas e resistências, conquistando espaço e se consolidando. Esse processo educativo não-formal muito contribuiu para a aprendizagem significativa do grupo. As trajetórias percorridas e as vitórias alcançadas

revelam desde o início das lutas com as empresas “invasoras”, até o momento do “despertar” da autonomia para gerir o desenvolvimento do território.

A literatura sociológica frisa o que é denominado “tomada de consciência” e que coincide com a memória social do grupo quilombola que teria se tornado mais célere com ajuda da igreja e de outros atores sociais. Antes dos acontecimentos ocorridos nos anos 80 os quilombolas de Jambuaçu essa “terra tradicionalmente ocupada” não parecia ter registro da presença de agentes externos que pressionassem seu modelo tradicional de existência; pelo menos esse registro adquire opacidade ante as pressões provocadas por fazendeiros; madeireiros. As terras de uso comum apenas dispunham de um marco feito, às vezes, com um piquete que simbolizava separação, objeto de consenso, somente a confiança era suficiente pra saber a quem pertencia determinado local.

Com a entrada de fazendeiros e da empresa REASA processaram-se atos de violência, inclusive com presença de pistoleiros. Segundo Sacramento (2007) após esse incidente os quilombolas de Jambuaçu passaram a contar com ajuda da Igreja. Um forte aliado contra os invasores. A Igreja católica orientava os quilombolas durante as reuniões e encontros, O grupo não apresentava uma organização social capaz de resistir às ameaças de invasão, que vinham ocorrendo. A Igreja católica combinou evangelização com educação política, conscientizando o povo, para enfrentar a situação de opressão e subordinação que estavam experimentando. Estas ações da igreja se deslocam entre a defesa e a tomada de consciência sobre a iminente perda das terras tradicionalmente ocupadas.

Com a entrada em ação da VALE para executar os projetos mencionados no capítulo II, desse trabalho, passaram a interagir e receber orientação de outros atores externos como: CPT, PNCSA, UNAMAZ, MALUNGU, MPF e outros, que colaboram de diversas formas para orientar e debater as ações, passando a oferecer apoio aos quilombolas. Para Charlot (2000, p.54) “[...] toda relação com o saber é também uma relação com o outro. Aprender é um movimento interior que não pode existir sem o exterior, é uma construção, que só é possível com a intervenção do outro”.

Portanto, as leituras por parte dos quilombolas, da relação institucional, contribuíram para novas estratégias e representam uma ampliação dos seus instrumentos de ação e estratégias. Exemplifico aqui, entre outros, o uso da cartografia, as práticas de comunicação para informar sobre o grau do conflito, as relações com pesquisadores de quem solicitam o repasse dos resultados.

A articulação política é intensificada nos diversos processos de organização e mobilização no interior das comunidades para levar a efeito um plano de ação de defesa do

território. Ocorre o estímulo para a formação de comissões quando se trata de ir à procura ou reunir com as instituições de apoio (MPF, Governo de Estado, Ministério Público Estadual, CNBB, SPDH, ou mesmo ITERPA, SEDUC) e nos debates preliminares são instigados ao debate, questionamentos, reivindicações e a resistência contra os projetos das empresas. O objetivo maior que foi alcançado está representado pelas Associações e, posteriormente, o Conselho das Associações de Jambuaçu.

Na convocatória de outubro de 2010 parecem ter sido priorizadas as 58 famílias classificadas pela VALE como “diretamente atingidas” grupo contemplado nas negociações de 2007 e que passou a receber durante 24 meses dois salários mínimos. A convocatória apela para essa condição:

CONVOCAÇÃO Nº 01/2010 – BAMBÁÊ

Moju – PA, 12 de outubro de 2010

Ao Senhor (a): \_\_\_\_\_

Representante Incluso nas 58 famílias Afetadas pela VALE

Prezado (a) Representante de Família,

Conforme decisão tomada pelos presentes na reunião realizada na Comunidade Quilombola São Bernardino, no dia 12/10/2010, onde segundo os próprios, estão inconformados com a ausência de Vossa Senhoria, que é afetado (a) diretamente, nas reuniões realizadas no que diz respeito à Companhia VALE. Onde ficou definido que só entrarão no processo de negociação com a empresa VALE as famílias das Comunidades Quilombolas Diretamente Afetadas pelos empreendimentos da empresa, ou seja, as 58 (cinquenta e oito) famílias.

Diante do exposto Vossa senhoria está terminantemente convocado (a) a comparecer na **próxima segunda-feira dia 18/10/2010 na Comunidade Quilombola São Bernardino**. Na oportunidade estaremos negociando com a VALE e contaremos com a presença do Ministério Público Federal – MPF, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Comissão Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Sociedade Paraense dos Direitos Humanos entre outros parceiros de Movimento Popular.

**Saiba que o não comparecimento de V. Senhoria implicará na sua retirada de receber os benefícios referentes aos Salários e Projetos feitos com a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA que estarão na pauta de negociação.**

Sem mais para o momento.

\_\_\_\_\_  
MAX S. ASSIS  
PRESIDENTE BAMBÁÊ

Ciente de recebimento da Convocação: \_\_\_\_\_

O seguimento deste processo de mobilização nos arquivos da BAMBAE mostra a ação de comunicação mediante ofício e o apelo para ampliar a participação, assim cada presidente era convidado a trazer mais quatro pessoas. A este mecanismo de comunicação por escrito para mobilização se somam os contatos diretos. A dispersão das residências no território e as distâncias precisavam ser vencidas.

No tempo de gestão na BAMBAE de Max Santana Assis parece ter sido produzido um efeito de burocratização, o que não podemos comparar por falta de levantamento dos arquivos para comparar com a presidência de Manoel Almeida, o primeiro a ocupar o cargo no Conselho.

Desta forma o movimento delinea as articulações internas e externas para o enfrentamento contra as empresas e o Estado que as prioriza. Nesse ínterim os espaços de decisões das ações começam a ser planejadas e construídas, bem como as decisões sobre o fazer político. É quando inicia a construção da proposta política, a forma do grupo dar sentido ao seu saber fazer.

Nesse processo as ações são construídas de forma participativa, envolvendo as comunidades, dispostos em participar. É um processo onde o grupo assume os compromissos de trabalhar pela e na comunidade, para que as propostas se transformem em ação.

O Coordenador do Conselho Max Assis (2010-2011) expunha suas observação nos seguintes termos:

[...] Os quilombolas de Jambuaçu estão vendo a melhor forma de trabalhar o fortalecimento, a oportunidade e a questão da identidade no território. Visto que com a passagem da Vale pelo território nós tivemos prejuízos ambientais e sociais.

Dentre as ações planejadas pelo grupo estão: mobilizar a comunidade para construção de propostas; registrar as práticas e as experiências do que estão sendo feito e os já existentes nas comunidades quilombolas; realizar encontros para discutir com as secretarias municipais de educação e prefeitura local o caminho para construção de políticas para os territórios quilombolas; identificar as pessoas ou órgãos/instituições que podem contribuir com o processo de desenvolvimento da luta dos quilombolas por educação e outras políticas sociais.

Em outra entrevista concedida pelo ele informou como é feita uma negociação com a empresa VALE:

[...] Antes as negociações com a Vale eram feitas de outra forma. Chamava as lideranças e a Vale pra tentar negociar, após as reuniões eram chamados novamente as lideranças pra marcar uma nova negociação. Com a nova diretoria mudou a forma de negociar: faz o ofício e chama as lideranças e o

MP na presença do Procurador o Dr. Felício Pontes. Em uma das reuniões de negociação, que eu denominei de “os dez mandamentos do território”, cobramos da Vale: indenizações pras famílias, pavimentação da estrada, a manutenção da Casa Rural, recuperação de pontes e a execução do Projeto Ufra para as 399 famílias que trabalham no Projeto.

Os Dez Mandamentos do Território Quilombola constituem uma lista de reivindicações e posições que produz um sentido unitário:

### **OS 10 MANDAMENTOS DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA**

- 1) Que a VALE englobe todas as famílias inclusas no Projeto UFRA;
- 2) Que implante o Projeto UFRA a todas as famílias quilombolas, com Capacitação, Assistência Técnica e Financeira compatíveis com a realidade das comunidades (Lavoura em Execução e escoamento da Produção);
- 3) Renda Mensal Temporária: Ajuda de Custo de 05(cinco) salários mínimos durante 05(cinco) anos. Período para se ter Produção Sustentável;
- 4) Benefício Social a todas as 15(quinze) Comunidades Quilombolas: Incentivo a Cultura, Educação, Meio Ambiente, Agricultura, Produção e Renda (àquelas famílias quilombolas não inclusas no Projeto UFRA), Saúde, Esporte, Lazer, Infra Estrutura;
- 5) Benefício de Infra Estrutura Pavimentação/Perenização da Rodovia dos Quilombolas e todas as suas vicinais e Implantação e/ou Ampliação de Abastecimento de Água a todas as Comunidades Quilombolas;
- 6) Passivo Ambiental;
- 7) Cláusula Indenizatória por eventual Dano Ambiental;
- 8) Manutenção da Casa Familiar Rural das Famílias Quilombolas do Território de Jambuaçu - CFRFQTJ por 05(cinco) anos;
- 9) Agregar alunos da CFRFQTJ como Estagiários na Implantação do Projeto UFRA e;
- 10) Implantação de uma Sala de Memória para abrigar o acervo encontrado na Comunidade Quilombola de São Bernardino.

Este documento datado de 8 de setembro de 2010 finaliza conclamando a unidade: “Dê pra rir ou pra chorar de ambos os lados vamos juntos acabar com esta etapa e partir para uma próxima. Lembrem-se. Unidos Venceremos com Justiça e Dignidade!”.

Os enfrentamentos são fatores que geram vivências e são ricos em lições, aprendizagens e revelam acumulação de experiências, porque contribui para a formação do

movimento, projetando mudanças no modo como o grupo se posiciona diante da realidade. Esse aprendizado, que provem das práticas coletivas, representa uma dinâmica afirmativa e identitária que é compartilhado por cada membro do grupo, com graus diferentes de apreensão.

Nesta pesquisa não inserimos o estudo sobre a trajetória das lideranças e como foi ou é vista sua atuação, o que se adianta é que tem havido um espaço de disputas de posições nas quais não está isenta as intervenções da VALE, tensões entre as lideranças com as assessorias. A pesquisa privilegia a fala das lideranças para perceber de que forma o grupo produz uma politização e toma decisões em situações de conflitos complexas e sabidamente dentro de uma situação de assimetria. O que é inegável é que os quilombolas passam a negociar de forma organizada e lutam por espaços de autonomia.

A educação adquirida através da participação dos grupos organizados é entendida aqui como instrumento de conscientização, que para Souza (2003) “[...] resulta de um processo educativo que a própria participação social e política engendra, quando são submetidas a um processo de reflexão”. É o processo de pensar e agir conjuntamente.

Na perspectiva defendida por Paulo Freire: “A conscientização não pode existir fora da ‘práxis’, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens” (FREIRE, 1980, p. 26 apud SOUZA, 2003, p. 5).

Percebo que após muitas experiências o grupo passou a ter autonomia, passando a exercer outra postura em relação aos acontecimentos locais, partindo para as ações. Em 2010, muito mais que em 2007 o movimento dos quilombolas de Jambuaçu teve inclusão de sua mobilização e conquistas em textos jornalísticos. Estes relataram os eventos e o grupo passou a se relacionar com a mídia. A partir daí todas as informações novas que foram produzidas durante os embates serviram para dimensionar o sentimento positivo dos quilombolas quanto aos direitos adquiridos, mas também despertou no grupo a motivação em participar com mais intensidade dos problemas políticos do território.

Para Gohn (2004) isso significa a autonomia dos sujeitos, que se obtêm quando se adquire a capacidade de ser sujeito histórico, no qual o domínio da linguagem possibilita ao sujeito compreender e se expressar por conta própria, em um campo ético e político de respeito ao outro.

[...] Os sujeitos autônomos vêem e aceitam as diferenças e as singularidades das pessoas. Olham para suas crenças e valores como algo constitutivo, aprendem a dialogar com o diferente e as diferenças, buscam o diálogo para

uma aprendizagem que leve ao entendimento, à construção de consensos, e não para apropriar-se/apoderar-se do saber do outro (GOHN, 2004, p. 11).

Dentro das associações, os grupos passaram a se integrar com o objetivo de construir novos conhecimentos. Nesse processo o sujeito pensa o coletivo e reformula as ações. A partir dessa reflexão melhoram as ações realizadas em prol das comunidades, pela experiência e os conhecimentos adquiridos, dentro da comunidade política e com grupos externos. Visto que o grupo, não possui as informações necessárias para desenvolver uma determinada tarefa procura a troca de conhecimentos com outros agentes. A agenda cumprida em fóruns, seminários, reuniões, congressos exemplificaria esta aquisição de capital político.

O processo no qual os quilombolas iniciaram a preparação para as atividades políticas foi um processo educativo, que teve início a partir de mobilizações, negociações coletivas, encontros, assembléias, entre outras. Essas ações se constituíram em espaços de convivência e aprendizado coletivo. “[...] Os conteúdos deste aprendizado não são transmitidos por um professor aos alunos, mas socializados, trocados ou construídos numa relação dialógica entre pessoas que têm experiências e saberes diferentes – ainda que impulsionadas pela figura do “intelectual orgânico” (SOUZA, 2003, p.5).

O processo educativo adquirido através de ações conjuntas, na concepção de Souza (2003, p. 5), é entendido “[...] como instrumento de conscientização, na perspectiva da transformação social. Tão importante quanto os conteúdos transmitidos através dos ensinamentos do dia-a-dia são as relações que se estabelecem entre os sujeitos envolvidos no processo educativo, que inclui reflexão e ação coletivas”.

Vivências e competências de atores produziram novas experiências políticas a partir das lutas e embates travados no território quilombola em Jambuaçu. O acesso a um saber não formal no e dentro dos ambientes de construção política ampliou o referencial cultural dos quilombolas, potencializando um melhor desempenho nas atividades políticas e sociais, a construir a trajetória de um fazer político e social.

Mas tudo isso se deu devido à circulação de outros atores no território quilombola, que propiciaram e estimularam o aprendizado de novos saberes, contribuindo assim para a aquisição de outra forma de capital cultural. Tal experiência não está em diplomas, pois se trata de um saber não-escolar, que predispõe e potencializa o indivíduo a enfrentar novos desafios e vencer os limites de uma nova experiência relativa a um universo de luta entre opositores. É possível pensar em uma educação apreendida, principalmente, de experiências do convívio social e política?

As interações a partir de questões conflitantes que ocorrem no território leva refletir consoante com Bourdieu (1975) a capacidade analítica da noção de:

O campo social representa um espaço social de dominação e de conflitos. Cada campo tem certa autonomia e possui suas próprias regras de organização e de hierarquia social. No interior desse campo o que existe é a luta constante entre os atores sociais para a ocupação dos espaços (BOURDIEU, 1975, p.82)

Bourdieu (1975) percebe que para um campo funcionar, “é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de habitus que impliquem no conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas”.

Os eventos sobre conflitos foram bastante relevantes para compreender as relações estabelecidas entre os “de dentro” e os “de fora”. O processo de titulação reorganizou socialmente essas pessoas, inserindo-as em um campo de disputas políticas e passando a exigir do grupo uma gama de práticas sociais por conta dos novos contatos que passaram a ser estabelecidos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve o propósito de identificar e analisar práticas e saberes relacionados ao fazer político de quilombolas organizados em Associações e no Conselho de Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Jambuaçu, por entender, que estes conhecimentos constituem tanto uma educação política quanto um tipo de capital político. O estudo foi realizado, mas especificamente nas comunidades de Santa Luzia do Bom Prazer Poace, São Bernardino e Nossa Senhora das Graças, no município de Moju-Pará.

Estas pertencem ao território quilombola de Jambuaçu, que é composto por 15 comunidades legalmente representadas por 11 associações, que passaram a ter domínio coletivo após terem sido tituladas pelo Instituto de Terras do Estado do Pará (ITERPA), por meio da Lei Estadual Nº 165/98 e Decreto Estadual 3.572/99. O estatuto das associações está fundamentado no que estabelece o artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988. Todas as comunidades possuem uma estrutura territorial que compreende uma área de maior denominada de “Quadro do Santo” (PEREIRA, 2008). Essa área é comunitária e nela estão instaladas: a igreja, a escola, o centro comunitário, o comércio, o campo de futebol, entre outras estruturas de apoio a comunidade. Nessa área estão os “sítios”, são as áreas demarcadas pelos quilombolas para a coleta de frutos.

Os quilombolas de Jambuaçu passaram de uma identidade reconhecida de trabalhadores rurais para quilombolas. Mas sempre utilizando de forma comum os recursos naturais como: florestas, campos e pastagens, bem como outras atividades produtivas como o extrativismo, a agricultura e a pesca.

Esses sistemas de uso comum funcionam de conformidade com regras, principalmente para definir a abertura dos roçados, destinados ao plantio de alimentos e nos quais são cultivadas várias espécies de frutos e legumes para a economia doméstica familiar. A produção econômica baseia-se no plantio de mandioca, beneficiada em casas de farinhas comunitárias ou particulares e o extrativismo da castanha do Pará e açaí. Esses produtos permitem a manutenção da segurança alimentar, pelo consumo direto ou pela venda e obtenção de um pequeno rendimento financeiro.

Entretanto, as comunidades de Jambuaçu enfrentam sérios problemas com a infraestrutura, como saneamento básico, saúde, educação transporte, segurança pública e estradas em péssimas condições.

Nos quatro meses (abril até julho/2008) em que estive no território de Jambuaçu, foi o período em que pude participar, progressivamente do cotidiano dos quilombolas. A

convivência com esse universo do qual pode desfrutar, me trouxe uma clareza de seus anseios, concepções, valores e necessidades, tão importantes para o fortalecimento de uma identidade quilombola, bem como de uma história marcada por conflitos e tensões desde a chegada de grupos empreendedores que se instalaram para realização de grandes projetos capitalistas.

A partir dos anos sessenta e setenta, chegam na Amazônia empreendimentos mobilizados pela lucratividade e abundância de recursos para exportação. O Estado pelo monopólio da violência aparece, portanto, legitimando politicamente o denominado novo modelo. Neste o capital passa a se apropriar da natureza como matéria-prima (GONÇALVES, 2001).

Nesse período, os quilombolas de Jambuaçu iniciam a convivência com os conflitos, devido à instalação de grandes projetos agroindústrias. Utilizando-se do método de grilagem de terras para efetivar sua produção de dendê instalou-se a primeira empresa – a Reflorestadora da Amazônia Sociedade Anônima (REASA). O conflito com esta empresa durou quase uma década. Seguida a sua falência ocorreu a transferência das terras para a empresa Marborges – Norte Empreendimentos Comércio e Indústria. O plantio de dendê avança na década de noventa e a empresa instala uma unidade para a fabricação do óleo de dendê. A partir daí se inicia novas disputas em razão da empresa Marborges apropriar parte das terras que constituem o território dos quilombolas de Jambuaçu.

Em 2004, inicia mais um novo conflito, dessa vez é a Companhia de Mineração Vale do Rio Doce (CVRD, devido à construção de um mineroduto e linha de transmissão. Devido a construção do mineroduto e a passagem da linha de transmissão, sete das quinze comunidades foram afetadas diretamente, identificando a empresa somente 58 famílias diretamente atingidas, as quais perderam a maior parte de suas terras aptas para a agricultura, ficando seriamente afetadas, além dos danos causados ao meio ambiente.

Entretanto, a SECTAM, através de seu Relatório Técnico datado de 07/04/2005, reconhece que: “[...] existe falha na condução do processo de interlocução e fiscalização por parte da CVRD junto a tais empresas, e a ausência de esclarecimentos sistemáticos e mecanismos adequados no processo de interação social”. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2006, p.19). Nesse sentido, o enfrentamento dos quilombolas com a empresa VALE tem sido decisivo para a salvaguarda do que restou de seu território.

Esses acontecimentos ocorridos em Jambuaçu revelam também um critério político-organizativo, que de acordo com Almeida, A. (2006, p. 75-76) “[...] Esses componentes

político-organizativo é que demandam condições para a reprodução econômica e cultural do grupo, funciona como aglutinador e explica a capacidade mobilizatória. Por isso se fala mais em uma identidade étnica no sentido de uma existência coletiva”.

Em razão dos conflitos com as grandes empresas os quilombolas acabaram por agregar novos aliados na luta em defesa do território pela preservação da natureza. As mobilizações quilombolas que emergiram em Jambuaçu se deve, principalmente, à ação da Igreja Católica que passou a conscientizar os grupos através de reuniões e encontros sobre seus direitos e possibilidades de introduzir pleitos jurídicos.

Frente às injustiças sociais cometidas na América latina, principalmente após a conquista do poder pelos militares, a Igreja tomou uma posição diante das injustiças e decidiu optar pelos ‘carentes e oprimidos’, num gesto que fortalecia o novo movimento que estava nascendo dentro da Igreja Católica. O papel de destaque do Pe. Sergio Tonetto, visto como o principal articulador em defesa dos quilombolas que actuou na conscientização e reorganização dentro do movimento.

Hoje existem outros atores, além da Igreja, que passaram a dar apoio aos quilombolas de Jambuaçu, como as ONGs, Universidades e outras entidades sociais, que estão à frente do processo de mobilização e organização política. O movimento, que antes era mobilizado pela Igreja atualmente se consolidou em uma estrutura independente, atuando nas mobilizações de bases, através de redes sociais que estão interligando grupos para dar visibilidade aos conflitos e atraindo estudiosos, ONGs e outras organizações que apóiam as lutas quilombolas de Jambuaçu. Este conforma o fato político dessa organização e mobilização segundo (GOHN, 1995

Inserindo-se dinamicamente no interior das novas redes sociais e da democratização política, os quilombolas passaram a utilizar as vias institucionais como meios de lutar. Assim, apresentaram as denúncias junto ao Ministério Público Federal. A intervenção do Ministério Público nos conflitos em Jambuaçu se deve à legitimidade sociojurídica da instituição, que a permite se pronunciar em defesa do direito coletivo. Os MPs vêm pressionando as empresas transnacionais por maior responsabilidade social, com os atingidos e de melhores compensações aos impactos socioambientais. (VIANNA, 2002)

O movimento social das comunidades de Jambuaçu está organizado e representado por associações e uma coordenação das associações, construídas a partir da luta pela terra, que anteriormente, estavam vinculadas à Igreja Católica.

Hoje as associações estão articuladas por território quilombola onde são representados pela figura de uma liderança política, à frente da Coordenação das Associações de Comunidades Remanescentes de Quilombos de Jambuaçu, BAMBAÊ, que nasceu de associações organizadas no nível das comunidades. As lideranças de Jambuaçu se destacaram nas funções de mediação entre as empresa que adentraram o território trazendo transtorno para as estruturas política e social do local. Dessa forma, as lideranças ficaram envolvidas em organizar a comunidade e engendrar a ação política durante os embates com as empresas capitalistas.

De acordo com o decreto 4.887/2003, que dispôs sobre os procedimentos para a titulação dos territórios quilombolas previu, no parágrafo único de seu artigo 17 que, “As comunidades serão representadas por suas associações legalmente constituídas”. Isso significa que a partir desse dispositivo as comunidades quilombolas passam a ter amparo legal através das associações.

Em Jambuaçu a necessidade do ensino formal identificado positivamente pelos grupos fez com que, através de lutas, buscassem um processo educacional para seus filhos, e mediante o qual objetivizam uma inclusão social, através de saber formal, essencial para a formação dos mais jovens. A partir desse momento o movimento quilombola de Jambuaçu passou a idealizar uma escola no território, que acompanhasse a realidade local.

Após várias reuniões feitas durante quase dois anos e sempre com o apoio de um religioso, o Pe Sergio Tonetto, foi idealizado um plano para construção da escola, com apoio incentivo e orientação da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC). O projeto da escola foi realizado e surge a Casa Familiar Rural Pe. Sergio Tonetto (CFR), localizada na Comunidade Nossa Senhora das Graças, no Território Quilombola de Jambuaçu, município de Moju, a qual funciona com atividades pedagógicas e ações voltadas para o ensino agrícola familiar. A expectativa é unanime sobre a contribuição desta Escola com a formação dos filhos de agricultores.

A escola apresenta uma proposta de ensino do programa Projovem Campo – Saberes da Terra e está baseado na Pedagogia da Alternância. Essa metodologia diferenciada do Programa considera as peculiaridades e especificidades do aluno do campo, uma vez que concilia estudo e trabalho, construindo uma relação entre educação e agricultura familiar e os demais aspectos produtivos.

Contudo, a educação não se restringe apenas aos processos de ensino-aprendizagem no interior de unidades escolares formais. Novas concepções emergem de situações, muitas vezes

de conflitos, que são gerados no cotidiano. Segundo Gohn (2004, p. 15) “tem que haver interação entre a escola e a comunidade, essa integração é necessária e urgente”. Visto que a comunidade passa a ser vista como a parcela da sociedade civil organizada.

Hoje a comunidade é convocada a participar e a interagir com os poderes constituídos, e parte dessa força advém da interação. Portanto, “[...] A participação da sociedade civil nas novas esferas públicas – via conselhos e outras formas institucionalizadas – também comporta uma premissa básica: seu objetivo não é substituir o Estado, mas lutar para que este cumpra seu dever de propiciar educação de e com qualidade para todos” (GOHN, 2004, p.13).

Após o término deste estudo cheguei à conclusão que vários fatores contribuíram no processo de politização dos quilombolas. Desde o momento em que iniciaram a participação nos processos políticos de mobilizações, negociações coletivas, encontros, assembleias, entre outras. Essas ações se constituíram em um espaço de convivência e aprendizado coletivo, visto que, na comunidade os grupos passaram a interagir com o objetivo de construir novos conhecimentos, nesse processo o sujeito passa pensar o coletivo e reformular suas ações. Nessa reflexão melhoram as ações realizadas em prol da comunidade, pela experiência e o conhecimento adquirido, dentro da comunidade e com grupos externos.

O processo educativo adquirido através de ações conjuntas pode ser entendido “[...] como instrumento de conscientização, na perspectiva da transformação social. Tão importante quanto os conteúdos transmitidos através dos ensinamentos do dia-a-dia são as relações que se estabelecem entre os sujeitos envolvidos no processo educativo, que inclui reflexão e ação coletivas”. (SOUZA, 2003, p. 5),

É possível constatar que o acesso a um saber não formal no ambientes de construção política, ampliou o referencial cultural dos quilombolas, potencializando novos desempenhos nas atividades políticas e sociais, o que os pré-dispôs a construir a trajetória de um fazer político e social.

O território de Jambuaçu é privilegiado por possuir uma coletividade autônoma em relação aos agentes externos, e que ganhou maior consciência sobre a posição de destaque alcançada, na estrutura social da comunidade. Este auto-reconhecimento tem se reafirmado de forma mais intensa quando há necessidade de se unir em mobilização com as famílias em prol da luta pela terra.

Nos contextos de conflito social nos quais os quilombolas de Jambuaçu participam têm feito demonstração de um capital político, assim como de uma crescente politização que é produto dos diversos embates que protagonizam com importante conquista jurídica, o que

poderia ser o alicerce de autonomia e das posições independentes, em relação aos projetos empresarias (até 2010 da VALE e de sua sucessora a HYDRO) em nível local.

## REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARIN, R. E.; CASTRO, E. **Negros dos trombetas: guardiães de matas e rios**. 2. ed. Belém: Cejup:UFPA: NAEA, 1998.
- \_\_\_\_\_. Mobilidade política de comunidades negras rurais: domínios de um conhecimento praxiológico. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 2, Belém: UFPA :NAEA, 1999.
- \_\_\_\_\_. **No caminho de pedras de Abacatal: experiência social de grupos negros no Pará**. 2. ed. Belém: NAEA:UFPA, 2004.
- ACSELRAD, H.(Org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: RelumeKTR'0-Dumará, 2004.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Documento do grupo de trabalho sobre comunidades negras rurais**. Rio de Janeiro, 1994.
- ALMADA, Francisco de Assis Carvalho de. A experiência educativa de uma casa familiar rural e suas contribuições para o desenvolvimento local Dissertação de Mestrado, NAEA, Belem (PA). 2005
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombolas e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Os quilombolas e base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico**. Brasília: MMA, 2006.
- \_\_\_\_\_. [et al] **Estigmatização e território: mapeamento situacional dos indígenas em Manaus**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazonia-UFA, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Quilombos: sematologia face a novas identidades**. In: SMDDH; CCN. (Org.) **Frechal Terra de Preto: Quilombo reconhecido como Reserva Extrativista**. São Luís, 1996.
- ALMEIDA, Regina Araújo de; SOUZA, José Camilo Ramos de. Vazante e enchente na Amazônia Brasileira: impactos ambientais, sociais e econômicos. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA, 6., **Anais...**, 2010.
- AZEVEDO, Ana D`Arc Martins. **Tensões na construção de identidades quilombolas: a percepção de professores de Escolas do Quilombo de Jambuaçu – Moju (PA)**. 321 f. 2011. Tese (Doutorado), PUC- São Paulo.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. (Org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- ARRUTI, José Maurício Andion. Quilombos. In: OSMUNDO, Pinho (Org.). **Raça: perspectivas antropológicas**. São Paulo: ABA: Unicamp: EDUFBA, 2008.

BARBOSA, Jorge Luiz. O Conhecimento do território: conhecer o território, viver a cultura, **Revista Salto para o Futuro**, n. 9, 2005.

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. Comunidades eclesiais de base: fermento de marca boa. Entrevista com Frei Betto. **Sem Fronteiras. A Igreja no Brasil aberta ao mundo**, n. 252, jul., p.5, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação** / Maria Alice e Afrânio Catani (organizadores) – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 2ª edição. pp. 71-79.

BRASIL. **Artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal da República**. Estabelece que aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, e dá outras providências. Brasília, DF, 1988.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

\_\_\_\_\_. **Instrução Normativa n. 16 do INCRA**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Instrução Normativa no. 20 do INCRA**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, de intrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto no 4.887, de 20 de novembro de 2003. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação. **Educação Quilombola**. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2005.

\_\_\_\_\_. SEPPIR. **Plano Nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, 2009.

CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento Sem Terra**. 4. ed. [S. l.]: Ed. Expressão Popular, 2004.

CAMPELO, Marilu Márcia. **Cultura, Religiosidade Afro - brasileira e Educação Formal no Pará: os valores culturais afro-brasileiros chegam as salas de aula**. [S.l., s. n.], 2006.

CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o saber: elementos para uma teoria**. Tradução Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Medicas Sul, 2000.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Quilombolas do Jambuaçi- Moju- PA X Companhia Vale do Rio Doce: Dossiê - CPT Região Guajarina**. Moju, Pa, 2006.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE COMUNIDADES RURAIS QUILOMBOLAS (CONAQ). 2009. Disponível em: <<http://www.conaq.org.br/>>. Acesso em: 08 jul. 2011.

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.) **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec: NUPAUB- USP, 2000.

ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EQUIPE do Centro de Cultura Luiz Freire e do Instituto Sumaúma, **Revista Quilombos Hoje**, 2002.

ESTATUTO DAS COMUNIDADES DO TERRITÓRIO DE QUILOMBOLA DE JAMBUAÇU. Moju, Pa, 2008

FREIRE, Paulo. **Educação e participação comunitária: política e educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23).

FRIGO, Simone. **A Luta é a nossa escola: educação e formação política no movimento dos trabalhadores rurais sem-terra**. 136 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

FONSECA, Anderson Nunes. **Geografia da injustiça ambiental: impactos socioambientais sobre os recursos hídricos do território quilombola de Jambuaçu, Moju (PA)**. 2010. 88 f. : Monografia (Especialização em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

GARCIA-MONTRONE, A. V. et al. **Práticas sociais, o que são?** São Carlos: PPGE;UFSCar, 2004. (material produzido pelos docentes da disciplina Práticas Sociais e Processos Educativos do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos).

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro : J. Zahar, 1978.

GIMONET, Jean Claude. **Nascimento e Desenvolvimento de um movimento educativo: as casas familiares rurais de educação e de reorientação**. I Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância. Salvador, 1999.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. A Educação Não-formal e a Relação Escola - Comunidade. **Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal**, v. 6, n.002, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos movimentos sociais**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Educação Não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006

\_\_\_\_\_. **Movimentos e lutas sociais na História do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

GOMES, Flávio dos Santos. **A História de Quilombolas: mocambos e comunidades de Senzala, no Rio de Janeiro, séculos -XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVES, Walter Porto. **Amazônia, Amazonas**. São Paulo: Contexto, 2001.

GUTIERREZ, G. **Teología de La Liberación: perspectivas**. Lima: CEP, 1971.

HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília: Cadernos SECAD, 2007.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terencer (Org.). **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984.

KOINONIA. (2007). **Dossiê Imprensa anti-quilombola**. Disponível em: <[http://www.koinonia.org.br/eq/dossies\\_detalhes.asp?cod\\_dossie=2](http://www.koinonia.org.br/eq/dossies_detalhes.asp?cod_dossie=2)>. Acesso em: 20 jun. 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnica de pesquisa**. 3.ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1996.

LOUREIRO, Violeta. R. K. Educação e Sociedade na Amazônia em mais de meio século. **Revista. Cocar**, Belém, 2007.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. 2000. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>>. Acesso em: 03abr. 2010.

\_\_\_\_\_. **Classificações étnicas e as Terras de Negros no Sul do Brasil**. Rio de Janeiro, ABA,1995.

\_\_\_\_\_. As perícias antropológicas realizadas pelo NUER e as lutas por reconhecimento e titulação das terras de quilombos. **Boletim informativo do NUER**, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os quilombos e a Constituição Brasileira**. São Paulo: ANPOCS, 2008.

\_\_\_\_\_. **Humanidades insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos**. Santa Catarina: UFSC, 2008.

LEITE, S. C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARÉS, C. F. A função Social da terra. Revista da Escola Superior Dom Helder Câmara - Veredas do Direito, v.4, n.7, Porto Alegre: 2007.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, n.17, jun., 1989.

MILANI, Carlos R. S. O Princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências Latino-Americanas e Européias, **RAP**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p.551-579, 2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL [**Folder informativo sobre a ação civil pública contra a Companhia Vale do Rio Doce**]. Brasília, 2011.

MULLER, Cíntia Beatriz. **Comunidade remanescente de quilombos de Morro Alto: uma análise etnográfica dos campos de disputa em construção do significado da identidade jurídico-política de “Remanescentes de Quilombos”**. 342 f. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Rio Grande do Sul, 2006.

MUNANGA, Kabenguele. (Org.) **Estratégias e políticas de combate a discriminação racial**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

NASCIMENTO, Adbias do. **O quilombismo**. 2.ed. Brasília;Rio de Janeiro: Fundação Palmares:OR Editor Produtor, 2002.

NUNES, Georgina Helena Lima. **Educação quilombola**. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e ações para educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

O'DWYER, E. C. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. **Revista de Ciências Humanas e Artes**, v. 14, n. 1/2, jan.dez. 2002.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Terra de Quilombos**. Rio de Janeiro: Decania CFCH:UFRJ, 1995.

OLIVEIRA, Rosiska & OLIVEIRA,Miguel. **Pesquisa social e ação educativa** in: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org) **Pesquisa participante**, São Paulo, Brasiliense, 1981.

PEREIRA, Carmela Morena Zigoni. **Conflitos e identidades do passado e do presente: política e tradição em um quilombo na Amazônia**. 130 f. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

POLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, n. 3, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1992.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. (PNCSA). **Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: quilombolas de Jambuaçu- Moju**. Pará. Brasília: 2007. Fascículo, n. 3.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RELATÓRIO das atividades da s comunidades quilombolas do território de Jambuaçu. Moju, Pa, 2006.

RELATÓRIO das atividades das comunidades quilombolas do território de Jambuaçu. Moju, Pa, 2010.

SACRAMENTO, E. D. **As almas da Terra:** a violência no campo paraense. 187 f. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

SADER, Emir. **O que é ser politizado.** 2009. Disponível em: < <http://pensamentospeculiares.blogspot.com/2009/04/o-que-e-ser-politizado.html>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão.** 3. ed. rev. ampl. Belém: Programa Raízes, 2005. [1971].

SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos. **Fiéis descendentes: Redes-irmandades na pós-abolição entre as Comunidades negras rurais Sul-mato-grossenses.** Tese (Doutorado), PPGAS- Brasília, 2010

SANTOS, J. R. **Movimento negro e crise brasileira.** Brasília: Ministério da Cultura: Fundação Cultural Palmares, 1994.

SANTOS, Murilo da Costa. (Org.). **Quilombos no Brasil.** Brasília: [s. n.], 2002.

SANTOS, S. B. Uma reflexão acerca da cultura afro-brasileira. In: GONÇALVES, M. A. R. **Educação, arte e literatura africana de língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Quartet: NEAB:UERJ, 2007.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim (org). **Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil.** Coleção Documentos de Bolso n. 1. PPGSA-UFAM/Fundação Ford. Manaus: UEA 2007

SILVA JÚNIOR. Hédio. **Discriminação racial nas escolas:** entre a Lei e as práticas sociais Brasília: [ s. n.], 2004.

SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. **Mulheres migrantes na Transamazônica:** construção da Ocupação e do fazer político. 156 f. 2008. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SOUZA, Ana Inês. **Relação entre educação popular e movimentos sociais na perspectiva de militantes-educadores de Curitiba:** um balanço das décadas de 1980 e 1990 e os desafios da realidade atual. 154 f. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação e Trabalho) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

TOURAINÉ, A. **Um novo paradigma:** para compreender o mundo de hoje. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo:** caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Secretaria Executiva de Justiça: Programa Raízes, 2006.

\_\_\_\_\_. Remanescentes de quilombos: os difíceis caminhos para o reconhecimento de seus direitos territoriais. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil** Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2007.

VIANNA, L. **Revolução processual do Direito e democracia progressiva: a democracia e os três poderes no Brasil.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

WANDERLEY, L. J. M. **Conflitos e movimentos sociais populares em área de mineração na Amazônia brasileira.** 167 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.* Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4ª Ed. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 2009. Vol. I. (P. 243-275).

ZATTI, Vicente. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.